

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MINAS GERAIS – UEMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO

ELIANA MEDINA FONSECA

**ENSINO SUPERIOR E MUDANÇAS EDUCACIONAIS: ESTUDO DE
CASO SOBRE A FAPAM, FACULDADE DE PARÁ DE MINAS**

Belo Horizonte
2019

ELIANA MEDINA FONSECA

**ENSINO SUPERIOR E MUDANÇAS EDUCACIONAIS: ESTUDO
DE CASO SOBRE A FAPAM, FACULDADE DE PARÁ DE MINAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa 1 – Culturas, Memórias e Linguagens em Processos Educativos.

Orientação: Prof.^a Dra.: Karla Cunha Pádua

**Belo Horizonte
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Professor Mello Cançado

F676e

Fonseca, Eliana Medina.

Ensino superior e mudanças educacionais: estudo de caso sobre a FAPAM,
Faculdade de Pará de Minas / Eliana Medina Fonseca. -- 2019.
138 f.: il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Minas Gerais, Faculdade
de Educação, Programa de Pós – Graduação Stricto Sensu em Educação, Belo
Horizonte, 2019.

Orientação: Prof.^a Dra. Karla Cunha Pádua.

1. Ensino superior. 2. Inovações educacionais. 3. Faculdade de Pará de
Minas. 4. Mercantilização. I. Título.

CDD: 378
CDU: 378

Responsável técnico: Jordeilson de Lana Silva – CRB/3518

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Karla Cunha Pádua – UEMG – Orientadora

Prof.^a Dra. Rosana Areal de Carvalho – UFOP – Titular

Prof. Dr. José Eustáquio de Brito – UEMG – Titular

Prof.^a Dra. Regina Magna Bonifácio Araújo – UFOP – Suplente

Prof.^a Dra. Lana Mara de Castro Siman – UEMG – Suplente

Belo Horizonte, 10 de maio de 2019

Dedico este trabalho a todos aqueles que, assim como eu, se orgulham de fazer parte da Fapam, que acreditam na força da sua tradição, na sua capacidade de continuar valorizando pessoas e transformando histórias.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois, sem ele, esta conquista não seria possível. Obrigada Senhor!

Ao meu marido Iraci e minhas filhas Ana Clara, Ana Júlia e Ana Beatriz, motivos de alegria e muito orgulho em minha vida. Obrigada pelo carinho, paciência, apoio, dedicação e compreensão. Com vocês pude caminhar mais segura.

Aos meus queridos pais Onofre e Regina, alicerces da minha vida, exemplos de luta, honestidade e sabedoria.

A todos os meus familiares, agradeço de coração pela força e incentivo; em especial às minhas irmãs Marta e Célia, sempre disponíveis para cuidar das minhas Anas.

À minha orientadora professora Karla Cunha Pádua, que me acolheu com muito carinho na carreira acadêmica, por acreditar em mim, agradeço profundamente a compreensão e os ensinamentos ao longo desses dois anos.

Aos professores da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que me proporcionaram ricos conhecimentos na trajetória do mestrado.

Aos professores, Rosana Areal de Carvalho e José Eustáquio de Brito, membros das bancas de qualificação e defesa, a eles um profundo agradecimento pelas interlocuções na pesquisa.

À minha querida amiga Silvana Batista, por acreditar em mim mais do que eu mesma, minha grande incentivadora, sempre esteve disponível, não poupando esforços para me ajudar. Foi imprescindível sua contribuição no mestrado.

À Faculdade de Pará de Minas-Fapam, em especial ao Diretor, professor Ruperto Benjamin Cabanellas Vega pelo apoio recebido, pela confiança em disponibilizar os dados sobre a Instituição, por propiciar os caminhos para que a pesquisa se realizasse. À professora Lígia Augusta Muniz, pela generosidade em compartilhar valiosas contribuições do seu saber sobre a Fapam. Minha eterna gratidão aos dois que sempre estiveram prontos para sanarem minhas dúvidas.

Aos meus colegas de turma do mestrado, amigos que fiz nessa trajetória e com os quais ampliei meus horizontes. Em especial minha amiga Jaqueline, pelo fato de termos a mesma orientadora aproximamo-nos mais, com ela pude compartilhar minhas angústias, reflexões, informações, trabalhos, enfim, meus anseios.

Aos amigos da Fapam e da Escola Estadual Manoel Batista, pelo apoio, carinho, ajuda e compreensão durante a realização da pesquisa.

Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais.

Milton Santos

RESUMO

O presente trabalho propõe examinar como a Fapam, Faculdade de Pará de Minas, uma instituição privada e sem fins lucrativos do interior mineiro, consegue manter-se ativa e competitiva, diante das rápidas e profundas transformações que o ensino superior brasileiro vem sofrendo. Parto do pressuposto de que a mercantilização da educação e a alta competitividade nesse nível de ensino impõem um novo cenário no qual pequenas instituições de ensino superior, tanto na capital quanto no interior, estão deixando de existir dando lugar aos grandes conglomerados educacionais, o que torna oportuno (re)conhecer as ações de sobrevivência da IES em foco. Como fundamentação teórica, o trabalho buscou compreender o processo de expansão do setor privado da educação superior e suas particularidades, necessidades e interesses, assim como entender a história da Fapam a partir do campo da História das instituições escolares para construir interpretações e problematizações a respeito das instituições educativas e sua relação com a comunidade envolvente bem como o seu sentido histórico. O trabalho de investigação entrelaçou métodos quantitativos e qualitativos para uma melhor compreensão do problema estudado, tomando a instituição pesquisada como uma unidade a ser aprofundada por meio do estudo de caso. Dessa forma, a fim de compor uma descrição bem completa a respeito da Fapam, o principal caminho de concretização da investigação, foi a pesquisa documental, por meio da qual foram levantados dados a partir de fontes primárias e secundárias. Com base nos resultados da pesquisa, esta dissertação demonstra que, para vencer os desafios e permanecer no mercado como uma instituição filantrópica e sem fins lucrativos, a Fapam vem se reformulando, criando alternativas que assegurem a sua sustentabilidade financeira, procurando manter coerência com seus princípios educacionais ao longo dos seus 50 anos de existência.

Palavras-chave: Ensino Superior Privado; História da Fapam; Mudanças Educacionais; Mercantilização.

ABSTRACT

This paper proposes to examine how Fapam, Faculdade de Pará de Minas, a non-profit private institution from the interior of Minas Gerais, can maintain itself active and competitive, in face of the fast and deep changes Brazilian higher education has been undergoing. I start from the assumption that the commodification of the education and the high competitiveness in this level of teaching imposes a new scenario in which small higher education institutions, both in the capital and interior, are ceasing to exist giving rise to the big education conglomerates, what makes it timely to know (and acknowledge) the surviving actions of this mentioned higher education institution. With theoretical grounding, this paper sought to understand the expansion process of the private sector of the higher education and its particularities, needs and interests, as well as to understand Fapam's history from the history field of academic institutions to build interpretations and problematizations about educational institutions and their relationship with the surrounding community as well as their historical meaning. The investigation work intertwined quantitative and qualitative methods for a better understanding of the studied problem, taking the researched institution as a unity to be deepened by the means of case study. Thus, in order to compose a quite complete description of Fapam, the main way for the substantiation of the investigation, was the documentary research, whereby data from primary and secondary sources was researched. Based on the investigation results, this thesis shows that, to win challenges and stay on market as a non-profit philanthropic institution, Fapam has been reformulating itself, creating alternatives that ensure its financial sustainability, seeking to maintain consistence with its educational principles along its 50 years of existence.

Key-word: Private Higher Education; Fapam's History; Educational Changes; Commodification.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM - Banco Mundial

CAA - Centro de Atendimento ao Aluno

CADD - Centro de Atendimento ao Discente e Docente

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFAPAM - Centro de Extensão da FAPAM

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CFE - Conselho Federal de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPA - Comissão Própria de Avaliação

EAD - Ensino a Distância

E-MEC - Sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação, credenciamento e credenciamento de Instituições de Ensino de Superior

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM - Exame Nacional Ensino Médio

ES - Ensino Superior

EXPANDIR - Programa de Expansão da Educação Superior Pública

FACEB - Faculdade de Bom Despacho

FACED - Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Divinópolis

FACISA MG - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Minas Gerais

FADOM - Faculdade de Direito do Oeste de Minas

FANS - Faculdade de Nova Serrana

FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FINECON - Feira de Investimentos, Negócios e Empreendedorismo do Centro Oeste Mineiro.

FUMEPAM - Fundação Municipal de Educação de Pará de Minas

FUNEDI - Fundação Educacional de Divinópolis,

GTA - Grupo de Trabalho Acessível

GT-EGRESSO - Grupo de Trabalho Egresso

IES - Instituição de Ensino Superior

INCLUIR - Programa de Acessibilidade na Educação Superior

INEP - Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Anísio Teixeira

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério Educação e Cultura

MEC-USAID - Ministério da Educação e *United States Agency for International Development*

MUSPAM - Museu Histórico de Pará de Minas

NPJ/FAPAM - Núcleo de Práticas Jurídicas da Fapam

NTCC - Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso

NUPE - Núcleo de Pesquisa

OPEN - Oficina de Projetos da Escola de Negócios

PROLIND - Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PT - Partido dos Trabalhadores

PUC MINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAI - Sistema de Avaliação Integrada

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SPA - Serviço de Psicologia Aplicada.

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UCMG - Universidade Católica de Minas Gerais

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei

UNA BH - Centro Universitário Una Belo Horizonte

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNI BH - Centro Universitário de Belo Horizonte

UNINCOR - Universidade Vale do Rio Doce

UNIPAC - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

UNIAFRO - Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização de Pará de Minas em Minas Gerais.....	60
Figura 02: Mapa da região de Pará de Minas.....	61
Figura 03: Mapa dos Municípios da área de abrangência da Fapam.....	67
Figura 04: Vista da fachada do Asilo Padre José Pereira Coelho, 01/05/1951.....	74
Figura 05: Vista aérea e panorâmica atual da Fapam	75
Figura 06: Vista da fachada do prédio Fapam -1984	76
Figura 07: Convênio firmado entre a Sociedade Mineira de Cultura e a Confraria Nossa Senhora da Piedade - 25 de outubro de 1968.	79
Figura 08: Cônego Gabriel Hugo da Costa Bittencourt	80
Figura 09: Colégio Sagrado Coração de Maria, Colégio das Irmãs, primeira sede da Fapam 1969-1971	82
Figura 10: Vista do Campus Fapam – 1972	83
Figura 11: Documento de rescisão do Convênio entre da PUC/MG e a Confraria Nossa Senhora da Piedade, 16/08/1984	88
Figura 12: Exemplar de nº 01 de 10/11/1984, do Jornal Gazeta Paraminense	89
Figura 13: Fotos Biblioteca e secretaria, década 1990 e atuais	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Perfil dos alunos atendidos pela Fapam – origem	69
Gráfico 02: Perfil dos alunos atendidos pela Fapam-origem/cidades	69
Gráfico 03: Perfil dos alunos atendidos pela Fapam-Faixa etária	70
Gráfico 04: Perfil dos alunos atendidos pela Fapam- Gênero	70
Gráfico 05: Evolução do número de ingressantes e concluintes da Fapam - período 2006 a 2018	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Indicadores socioeconômicos dos municípios da Microrregião de Pará de Minas –2013	64
Quadro 02: Indicadores socioeconômicos dos municípios da área de abrangência da Fapam	68
Quadro 03: Número de alunos ingressantes e concluintes da 1ª turma da Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas	82
Quadro 04: Evolução das matrículas da Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas por ano e curso 1969 a 1984	91
Quadro 05: Evolução do número de alunos concluintes na Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas por ano e curso - 1971 a 1984	92
Quadro 06: Evolução das matrículas da Faculdade de Pará de Minas por ano e curso – 1985 a 1998.....	94
Quadro 07: Evolução do número de alunos concluintes na Faculdade de Pará de Minas por ano e curso - 1985 a 1998	95
Quadro 08: Evolução das matrículas na Faculdade de Pará de Minas por ano e curso - 1999 a 2005	96
Quadro 09: Evolução do número de concluintes da Fapam, Faculdade de Pará de Minas por ano e curso - 1999 a 2005	98
Quadro 10: Evolução do número de ingressantes da Fapam no período de 2004 a 2008	100
Quadro 11: Evolução do número de concluintes da Fapam no período de 2004 a 2008	100
Quadro 12: Cursos de graduação da Fapam – autorizações de funcionamento e reconhecimentos - 1998 a 2018	102
Quadro 13: Evolução do número de ingressantes da Fapam no período de 2009 a 2014	104
Quadro 14: Evolução do número de concluintes da Fapam no período de 2009 a 2014	105
Quadro 15: Evolução do número de ingressantes e concluintes da Fapam no período de 2014 a 2018	106
Quadro 16: Relação de bolsas Institucionais e Prouni, distribuídas pela Fapam no período de 2014 a 2018	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Número do total e índice de crescimento de matrículas nas instituições públicas e privadas no ensino superior (1956 e 1960).....	34
Tabela 02: Evolução das matrículas da educação superior privada brasileira por categoria	36
Tabela 03: Número total e índice de crescimento de matrículas nas instituições públicas e privadas no ensino superior (1960 e 1980)	37
Tabela 04: Número de universidade/Brasil (público e privado) 1980-2008	43

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: Do entrecruzamento de histórias à definição do problema de pesquisa	15
2. O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL E OS DILEMAS DA MERCANTILIZAÇÃO	29
2.1. Novos desafios do Ensino Superior.....	46
3. A FAPAM E O ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO CENTRO - OESTE DE MINAS GERAIS	54
3.1. Ensino superior na região Centro Oeste de Minas Gerais.....	56
3.2. Pará de Minas: história e identidade.....	59
3.3. Abrangência da Fapam e seu público	67
4. A CRIAÇÃO DA FAPAM E OS PRIMEIROS ANOS DA INSTITUIÇÃO: O período de 1969 a 1985	72
4.1. Os primeiros anos da Instituição	77
5. MAIORIDADE INSTITUCIONAL: O período de 1985 aos dias atuais	90
5.1. Emancipação: início da trajetória independente.....	90
5.2. Maturidade: aprendendo a lidar com os desafios	109
6. CONCLUSÃO	126
7. REFERÊNCIAS	131

1. INTRODUÇÃO: Do entrecruzamento de histórias à definição do problema de pesquisa

Inicialmente descrevo um pouco da minha trajetória, contextualizando de onde vem a mobilização para esta pesquisa e sua relevância para mim. A experiência de vivenciar de perto os desafios e as transformações estruturais ocorridas na Fapam, ambiente de trabalho, onde atuo como professora, desde 1998, primeiramente no curso de História, depois Pedagogia e Direito, despertou-me a curiosidade sobre o tema das mudanças ocorridas no ensino superior privado. Por conseguinte, a elaboração desta pesquisa se deu a partir da análise sobre as ações de sobrevivência de uma instituição de ensino superior privado, sem fins lucrativos, no interior de Minas Gerais no atual contexto de mercantilização da educação.

Com formação e especialização em História, atuo também como professora no ensino médio na rede estadual de ensino há cerca de 20 anos. Em 2014, resolvi retornar à universidade em busca de qualificação profissional, não na área de História, mas na de Educação, motivada pelo meu ingresso como docente no curso de Pedagogia. Comecei assim, como aluna de disciplinas isoladas para o mestrado em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como já havia feito em anos anteriores na área da História. O objetivo era me inteirar sobre o campo da Educação, conhecer seus autores e suas respectivas linhas de pesquisa. Foi paixão à primeira vista, encantei-me com as infinitas possibilidades de pesquisa nessa área. Esse reencontro com a academia proporcionou-me uma experiência muito significativa, porque me aproximou das discussões, envolvendo inclusive a prática em sala de aula.

Meu contato com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) deu-se por meio de uma disciplina interinstitucional promovida pela UFMG, UEMG, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), sobre História da Educação. Afirmo aqui que foi uma das melhores disciplinas que fiz, a experiência de uma aula em cada *campus* foi fantástica, principalmente a última em Mariana, quando fiz grandes amigos e tive o prazer de conhecer e aprender muito com professores renomados como Vera Nogueira, Irlen Gonçalves, Luciano Faria Filho, Rosana Areal, dentre outros. Foi na aula da professora Rosana e depois nas conversas que tivemos na UFOP, *campus* Mariana, que a ideia de pesquisar sobre a Fapam surgiu.

Na época, ela me apresentou os arquivos da pesquisa que estava desenvolvendo sobre o Grupo Escolar de Mariana. Isso acabou me incentivando, abrindo-me os olhos e a mente para as grandes possibilidades de pesquisa sobre a Faculdade de Pará de Minas. A partir daí, comecei a pesquisar sobre instituições escolares e Ensino Superior.

Duas disciplinas, cursadas no ano de 2015, ajudaram-me muito no processo de construção do projeto. A primeira delas foi Sociologia do Ensino Superior com o professor Cláudio Nogueira, da UFMG. A temática analisou como as desigualdades de acesso aos diferentes cursos e instituições de Ensino Superior são socialmente constituídas, servindo-se dos referenciais teóricos da Sociologia da Educação, especialmente da abordagem de Bourdieu. Analisaram-se também as desigualdades que marcam as trajetórias e experiências estudantis no interior das instituições de nível superior, bem como os usos socialmente diferenciados que são feitos dos diplomas. Discutiu-se também, a escolha dos cursos de licenciatura e da profissão docente. A segunda disciplina foi Universidade, Poética e Políticas: desafios contemporâneos, ministrada pelos professores: José Garíglío, Marco Scarassati, Maria Rosimary dos Santos, Rosilene Tavares Horta e Savana Diniz, da UFMG. A disciplina analisou os estudos sobre a Universidade Pública Brasileira no atual contexto de reestruturação do capitalismo em âmbito mundial, abrangendo estudos sobre a poética e as políticas atuais, suas relações, tensões e perspectivas; discutiram-se as condições de trabalho dos professores e de ensino, problematizando ações de resistência presentes na vida universitária.

Diante do exposto, é notório que a minha escolha pelo objeto de pesquisa foi motivada também por razões de ordem teórica visto que, transcorridos três anos, as muitas leituras, investigações, análises e discussões em torno do tema do ensino superior contribuíram para eu me apropriar das análises em desenvolvimento nesse campo. Essas leituras, somadas às vivências no meu espaço de trabalho proporcionaram outras percepções sobre o meu modo de ver e estar no mundo, a configuração do “meu lugar” na pesquisa, reconhecer-me não só como professora mas também como uma pesquisadora.

Estudar sobre a educação superior, mais precisamente sobre a Fapam, significa refletir sobre realidades bem próximas, nas quais me insiro enquanto ex-aluna e, atualmente, professora. No entanto, essa proximidade impõe inúmeros desafios; Velho (1981)

recomenda-nos exercitar uma vigilância epistemológica de “estranhar o familiar”. Faz-se necessário manter um distanciamento crítico entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa, um distanciamento de certa forma desejável e quase obrigatório de acordo com Vieira (2014). Esse autor ainda discorre que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e isso não constitui um defeito ou imperfeição. Isso ocorre porque, muitas vezes, nossa visão da realidade é excessivamente marcada por nossas emoções, e as emoções normalmente tiram a objetividade da pessoa, já que são pessoais, não estão baseadas na razão. Elas podem nos fazer agir de forma irracional.

Numa perspectiva sociológica é preciso equilibrar proximidade e distanciamento, para não se correr o risco de ser nem tão neutro nem tão engajado. Ajuda-nos a refletir sobre como o estranhamento pode ser inserido no nosso olhar cotidiano o fragmento do poema “Vista Cansada”, de Otto Lara Rezende citado por Priscila Cardoso (2015, p. 01),

[...] De tanto ver, a gente banaliza o olhar... Vê não – vendo... Experimente ver pela primeira vez o que você vê todo dia, sem ver... Parece fácil, mas não é... O que nos cerca, o que nos é familiar, já não desperta curiosidade... O campo visual da nossa rotina é como um vazio... Você sai todo dia, por exemplo, pela mesma porta... Se alguém lhe perguntar o que você vê no seu caminho, você não sabe... De tanto ver, você não vê.

Ao assumir o compromisso da pesquisa, torna-se necessário um exercício de afastamento para desnaturalizar o que nos parece natural e desvendar a realidade apresentada sob a égide da pesquisa. Diante do conhecido como óbvio, familiar e natural, o estranhamento desperta a vontade de saber, proporciona ao indivíduo uma inquietação indagadora, possibilitando sensibilidade para compreensão de outras formas de representar, definir, classificar e organizar a realidade e o cotidiano. O indivíduo pode analisar a sua época e sua vida sob uma nova perspectiva. Trata-se de um caminho difícil e permeado por incertezas, mas, apesar disso, considero que o conhecimento empírico oferece oportunidades para discutir o papel dessa Instituição de Ensino Superior privada, à luz do serviço prestado e das diversas ações de sobrevivência.

A discussão sobre educação superior tem sido uma constante na produção acadêmica brasileira em diversas áreas de conhecimento, sinalizando a grande relevância atribuída a esse nível educacional e aos diversos aspectos a ele relacionados. Uma análise desses escritos permitiu-me verificar que a mercantilização da educação e a diversificação do sistema são tendências no marco das mudanças ocorridas no capitalismo, em escala

mundial e também no Brasil. Contudo, um olhar mais crítico nesses estudos aponta também para a restrição ou quase escassez de materiais produzidos nos últimos anos que apresentem pesquisas aprofundadas ou específicas para as Instituições de Ensino Superior, doravante IES¹, sem fins lucrativos. A maioria analisa as instituições que já passaram pelo processo de fusões e aquisições, mas quase nada se produziu sobre as que estão lutando para se manter no mercado, como é o caso da Faculdade de Pará de Minas - Fapam, foco da minha pesquisa. A Fapam é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, vinculada a uma entidade mantenedora confessional católica. Embora com meio século de existência, muito pouco se produziu sobre ela até hoje. O interesse pelo tema surgiu a partir de inquietações e questionamentos em relação à expansão e ao crescimento do setor privado de educação superior, sem fins lucrativos, no Estado de Minas Gerais, em especial, sobre as particularidades dessa expansão, bem como por trabalhar na Fapam como professora há mais de 15 anos.

No decorrer do processo de construção, a pesquisa passou por transformações, que se fizeram necessárias a partir do contato com o campo e das orientações sempre cuidadosas da professora Karla Cunha Pádua. Essas transformações foram pontuais uma vez que *a priori* a pesquisa estava voltada para uma temática mais econômica, as modificações estabelecidas deram ao trabalho um viés mais educacional, meu real interesse. O diálogo com os professores Rosana Areal de Carvalho (UFOP) e José Eustáquio de Brito (UEMG), na banca de qualificação, foi essencial para apontar novos caminhos para a pesquisa, valorizando seus dados. Dessa forma, a partir de novas leituras, novos levantamentos de dados, não só da Instituição como da localidade onde ela está inserida e do seu entorno, novas questões foram surgindo, dando um novo formato à pesquisa, intitulada Ensino Superior e mudanças educacionais: estudo de caso sobre a Fapam, Faculdade de Pará de Minas. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo maior esclarecer sobre as ações ou alternativas de sobrevivência de uma instituição de ensino superior privado, sem fins lucrativos, no interior de Minas Gerais no atual contexto de mercantilização da educação.

Decorrem, diante desta proposta, algumas indagações que se espera averiguar: Como o contexto macroscópico de reestruturação do capitalismo, da mundialização do capital e

¹Faz-se necessário esclarecer que esta pesquisa está voltada unicamente para as instituições de ensino superior privado, não incluindo o setor educacional público, portanto a sigla IES, neste trabalho, designa apenas as instituições privadas.

da mercantilização da educação vem afetando a IES escolhida para este estudo? Como essa IES tem conseguido se manter no mercado como uma instituição filantrópica e sem fins lucrativos? Que outras ações ou alternativas ela tem adotado para se manter competitiva? Qual é a importância da instituição para a comunidade onde está inserida e o seu entorno? São essas as questões norteadoras do estudo proposto.

Na tentativa de responder a esses questionamentos, fez-se necessário levantar a história da Fapam em Pará de Minas, apresentando suas principais características como IES, bem como situar a referida instituição no contexto de expansão do ensino superior e de reestruturação do capitalismo, além de identificar as ações adotadas pela referida IES face a mundialização do capital. Dessa forma, espero trazer para a linha de pesquisa oportunidades de reflexão sobre a expansão e o crescimento do setor privado de educação superior no Estado de Minas Gerais, possibilitando assim uma ampliação da produção acadêmica sobre essa temática.

A estratégia metodológica do estudo de caso utilizada na pesquisa é entendida como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, no caso deste estudo, a referida IES. O estudo de caso geralmente fornece descrições detalhadas e ricas da unidade em análise, devido à centralização da atenção do pesquisador para uma situação particular, inserida em um fenômeno mais geral. A fim de obter apreensão mais completa do objeto, busca retratar a realidade de forma completa e profunda, enfatizando a complexidade das situações e evidenciando a inter-relação de seus componentes. Além disso, o estudo de caso utiliza variadas fontes de informação e busca confrontar diferentes e até mesmo divergentes pontos de vista de acordo com Yin (2005).

Inicialmente, ancorei a pesquisa num trabalho de investigação preponderantemente qualitativo, pois, como pontua Chizzotti (2003, p.1):

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa.

As pesquisas qualitativas podem ser caracterizadas pela realização do estudo em seu ambiente natural, “valorizando o contato do pesquisador com o ambiente e a situação

que está sendo estudada”, como destaca Godoy (1995, p.62). Ainda segundo esse mesmo autor, “um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte” e o pesquisador é o principal instrumento de investigação, buscando descrever minuciosamente o fenômeno estudado em busca de uma compreensão ampla do que está sendo pesquisado. A reflexão trazida pelo autor nos remete à nossa situação nesta pesquisa, na qual estou inserida no ambiente a ser pesquisado. Flick (2004) corrobora essa ideia ao afirmar que o pesquisador qualitativo carece de familiaridade com aquilo que de fato ocorre na esfera da vida que ele se propõe a estudar.

Assim, as pesquisas que se inserem nesta abordagem partilham de uma perspectiva em que o pesquisador necessita problematizar o objeto de estudo, bem como realizar uma interpretação dos dados coletados. Para que isso se efetive é fundamental que haja uma articulação entre objeto e referenciais teóricos adotados que orientem a escolha dos referenciais metodológicos da pesquisa. Além disso, a teoria é que regula os instrumentos de estudo e permite que seja feita uma interpretação dos dados. Dessa forma, os aspectos fundamentais da pesquisa qualitativa, conforme Flick (2004, p.20):

Consistem na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos.

No entanto, no decorrer da construção do problema de pesquisa, atentou-se para a necessidade de atrelar os métodos quantitativos e qualitativos para uma melhor compreensão do objeto de estudo. Tal perspectiva qualitativa não se contradiz com os métodos quantitativos utilizados e que foram fundamentais para a compreensão do problema de pesquisa. As duas abordagens complementaram-se, como na reflexão proposta por Tosta & Rocha (2013, p.138):

A metodologia, necessariamente qualitativa, e as fontes documentais para o estudo da vida cotidiana implicam afirmar que não se desprezam os dados quantitativos, pois tais dados servem para ampliar o entendimento e o uso sensato de procedimentos metodológicos qualitativos não descolados dos indicadores e datas relativos ao macro espaço e acontecimentos.

Através dessa reflexão promovida pelos autores, podemos ver que a pesquisa qualitativa e a quantitativa são metodologias importantes para a realização de estudos. Apesar de possuírem suas singularidades, podem ser utilizadas em conjunto, se complementando.

Quanto ao trabalho de campo, os dados foram levantados por meio de pesquisa documental, que se realizou a partir de fontes primárias e secundárias. Dessa forma, a pesquisa documental tornou-se o principal caminho de concretização da investigação, a fim de compor uma descrição bem completa a respeito da Fapam uma vez que traz fontes de informações, indicações e esclarecimentos que auxiliam o pesquisador na investigação do seu objeto de pesquisa como analisa Figueiredo (2007). A pesquisa documental é considerada uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. Segundo Cellard (2008 p.295):

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

Os documentos podem se constituir em uma rica fonte de dados permitindo ao pesquisador maior compreensão sobre o fenômeno estudado, ao levar em consideração, além dos elementos constitutivos de sua formação, também a sua historicidade. Através do exame de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, o pesquisador pode buscar novas interpretações ou interpretações complementares acerca do fenômeno estudado como afirmam Sá-Silva; Almeida & Guindani (2009). Essa ideia é corroborada por Pesavento (2008, p.18) ao afirmar que “tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas”, assim não há verdades absolutas, cabe ao historiador a consciência de que “o máximo que poderá atingir será sempre a construção de versões possíveis, plausíveis, aproximativas daquilo que teria ocorrido” nos dizeres da autora.

Ainda de acordo com Cellard (2009), os documentos são fontes de informação valiosas e que “permanecem como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente”. Entendemos a palavra “documento”, como Chizzotti (2003, p.109):

[...] qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais, etc., contida em um suporte material (papel, madeira, tecido, pedra), fixada por técnicas especiais como impressão, gravação, pintura, incrustação, etc. Quaisquer informações orais (diálogo, exposição, aula, reportagens faladas) tornam-se documentos quando transcritos em suporte material.

De acordo com este autor, essa técnica pode ser importante em estudos que buscam mostrar a situação presente de um determinado contexto ou para delinear a evolução histórica de um problema, podendo anteceder ou ser feita em conjunto com a pesquisa de campo. No caso desta pesquisa, a riqueza encontrada nos documentos pesquisados acabou transformando essa técnica no método principal de coleta de dados.

É bom frisar que os documentos não devem ser considerados como portadores da verdade, mas como fontes que representam uma versão da história institucional pesquisada. Dessa forma, o historiador também deve estar atento às “práticas discursivas”, aos efeitos de sentidos emaranhados na narrativa escrita ou oral. É o que ressalta Pesavento (1995, p. 17) ao constatar que “o passado já nos chega enquanto discurso, uma vez que não é possível restaurar o real já vivido em sua integridade. Neste sentido, tentar reconstruir o real é reimaginar o imaginado”.

A pesquisa documental realizada seguiu duas etapas, a primeira constituiu-se da análise das fontes secundárias através de pesquisa a bancos de dados de acesso público como o Censo da Educação do Ministério da Educação e as Sinopses estatísticas da educação superior, produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Esses dados foram importantes para se obter uma análise comparativa entre os dados da expansão do ensino superior no Brasil e na Fapam. Já a consulta aos relatórios dos Censos demográficos e agropecuários de Minas Gerais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao site do Museu Histórico de Pará de Minas (Muspam), foram extremamente relevantes para a compreensão da História de Pará de Minas e o seu entorno.

Na segunda etapa, com o objetivo de descrever a trajetória da Fapam desde a sua fundação, iniciei o trabalho de campo a fim de analisar os seguintes tipos de documentos, presentes nos arquivos da instituição: atas de reuniões da Confraria Nossa Senhora da Piedade, mantenedora da instituição, nos períodos de 1958 a 1997, a análise desses documentos foi importante para descrever a história da Fapam, uma vez que boa parte da história inicial da instituição aí se encontra. Atas do Conselho Diretor, livros de registro acadêmico, livros de atas das solenidades de colação de grau e Livro de Ouro dos cursos, planos de desenvolvimento institucional dos anos 2014 a 2017, relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), nos anos de 2006 a 2017, Relatório da Avaliação Externa do Ministério da Educação e Cultura (MEC/2017), Portarias da

Direção Geral, Regimento Interno, Relatórios do Cadastro E-MEC além de material de publicidade e as consultas ao próprio *site* da Fapam, com informações relevantes sobre a Instituição. Como a partir de 2005 os registros acadêmicos passaram a ser feitos de forma informatizada, os relatórios e planilhas do banco de dados fornecidos pelo sistema facilitaram muito a coleta de dados relacionados ao número de ingressantes e concluintes da IES. Essa etapa da pesquisa, embora prazerosa, foi a mais demorada uma vez que se trata de fontes primárias, no entanto, foram essenciais para compreensão da Fapam, foco deste estudo. Embora a Instituição tenha meio século de existência, muito pouco se produziu sobre ela. Assim, para um trabalho rigoroso, claro e preciso de recolha de dados e interpretação das fontes foram feitas anotações em diário de campo. Foram ainda mantidos contatos com a Secretária Acadêmica e com o Diretor Geral da Fapam a fim de colher outras informações a respeito da IES.

Para a construção do referencial teórico sobre a expansão do ensino superior privado no Brasil e a mercantilização do ensino, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, cuja finalidade foi conhecer as diferentes contribuições científicas de renomados autores no que se refere à temática em estudo. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado constituída principalmente de livros, publicações em periódicos e artigos científicos, dissertações, teses, com objetivo de interação do assunto, possibilitando, assim, uma maior compreensão sobre a temática da pesquisa e, também, levantamento das pesquisas já realizadas nessa área de acordo com Marconi (2002).

Dessa forma, a pesquisa buscou compreender o expressivo crescimento da educação superior ocorrido no Brasil, a partir da década de 1990, tanto no aumento da oferta de vagas para os estudantes como do número de instituições públicas e privadas. De acordo com Mancebo (2013), uma das principais tendências da expansão da educação superior foi o crescimento da iniciativa privada, cerca de 70% no período entre 1995 e 2013. Dados mais atualizados nos mostram que esse crescimento continua. De acordo com o último Censo da Educação Superior, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2017, a rede privada responde por 75,3% dos alunos do ensino superior, um crescimento de 0,5% em relação a 2016.

Todavia, apesar desse crescimento nos últimos anos, um fenômeno relativamente novo tem provocado expressivas alterações no modelo de expansão da educação superior, entre elas, a mercantilização da educação e a diversificação do sistema, que

acompanham as mudanças ocorridas no capitalismo em escala mundial, conforme apontou Sguissardi (2008). Tais mudanças, iniciadas internacionalmente a partir dos anos 70, começaram a repercutir no Brasil nos anos 90, de acordo com Mancebo (2010).

No caso do Brasil, o financiamento indireto do setor público, através de isenção fiscal e previdenciária, especificamente no caso das IES que se constituíram como filantrópicas sem fins lucrativos, permitiu uma expressiva expansão do setor privado da educação. As medidas adotadas pelo governo para financiamento do ensino superior pretendem reduzir o investimento nas universidades públicas e fortalecer a possibilidade de as instituições da rede privada ampliarem sua oferta de vagas, garantindo assim o acesso de “camadas menos favorecidas” a esse nível de ensino. Assim, nesse contexto, vimos a multiplicação das faculdades e centros universitários presenciais e a distância, sobretudo, privados. Em vista da formação de turmas, várias formas de entrada no ensino superior são oferecidas, desde a realização de processos seletivos, cujos critérios de seleção não são extremamente rígidos, à possibilidade do uso da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Percebe-se que essas medidas proporcionaram um crescimento quantitativo das matrículas nas IES privadas e, conseqüentemente, intensificaram a privatização da educação superior brasileira. Outro ponto merecedor de destaque é que as diversas IES privadas passaram a enfrentar uma competitividade maior, instaurando assim a busca por diferenciais que as tornem mais atraentes para os possíveis alunos, além disso, essas instituições têm adotado diversas estratégias para enfrentarem a competitividade com suas concorrentes e se manterem ativas no mercado. No entanto, o modelo de expansão do ensino superior proposto na década de 90, centrado na iniciativa privada, vem mostrando limites que poderão comprometer, em breve, a própria sustentabilidade da oferta, tendo em vista a baixa capacidade de demanda da sociedade e dos índices de inadimplência dos estudantes matriculados nas instituições privadas. A simples ampliação da oferta de vagas não é condição suficiente para a democratização do acesso ao ensino superior. Como afirma Mancebo (2010), as IES passaram a ser consideradas um novo tipo de negócio sendo exigido delas uma nova arquitetura estratégica, representada por práticas mais agressivas, inovadoras e futuristas que influenciem a área de atuação. De acordo com Vale (2011), as fusões e aquisições de instituições de ensino superior representam uma estratégia utilizada neste momento; determinando o surgimento de novas formas de gestão que vêm sendo adotadas pelas IES.

No entanto, é preciso destacar que, embora esse processo de mercadorização² do ensino seja uma realidade no país e no mundo, isso não ocorre com a mesma intensidade em todas as instituições de ensino. As análises sobre o processo de expansão da educação superior circunscrita a uma determinada cidade podem revelar aspectos e nuances diferentes, mesmo se levarmos em conta o mesmo contexto sócio-político-econômico e considerarmos as políticas públicas para a educação superior em nível nacional. As recentes mudanças que afetam o ensino superior, no Brasil e no mundo, têm sido abordadas nos estudos teóricos preferencialmente em uma perspectiva macro, desconsiderando as diversas alternativas de resistência criadas pelas IES para se manterem no mercado, como analisamos no caso da Fapam, foco deste estudo. Isso corrobora a relevância desse estudo, ao focar a expansão e o crescimento do setor privado de educação superior no Estado de Minas Gerais, em uma perspectiva micro, tomando como referência uma IES sem fins lucrativos do interior mineiro, a Fapam, apontando que a significativa demanda estudantil e a sua vigorosa expansão vêm trazendo muitas reverberações na vida da localidade e do seu entorno.

A discussão, travada neste estudo, tem como aporte teórico os trabalhos produzidos por Sguissardi (2008 e 2013); Vale (2011); Mancebo (2013); Mancebo, Vale e Martins, (2012), Santos (2015) e Carvalho (2008). Em conjunto, os trabalhos destacam que a reforma da educação superior de 1968, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, as políticas induzidas pelo Banco Mundial (BM) e Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), bem como as políticas nacionais de cunho neoliberal, a partir dos anos de 1990, interferiram diretamente na formulação e implementação de políticas para expansão desse nível de ensino. A diferenciação e diversificação institucional também são apontadas como princípios orientadores do processo de alteração do campo da educação superior brasileira, privilegiando e estimulando a expansão privada desse nível de ensino em detrimento do público, alinhando cada vez mais as políticas para a educação superior às demandas do mercado e do setor produtivo.

Vale (2011), ao investigar as conexões entre as políticas de educação superior no Brasil e a trajetória das empresas de serviços educacionais responsáveis pelo oferecimento de

²De acordo com Bittar e Ruas (2012), a mercadorização da educação superior brasileira, que tem como essência a lógica do mercado, impulsiona, cada vez mais, empresários, hoje conhecidos como a nova burguesia de serviços educacionais, interessados em ampliar seus negócios na área educacional e a investir maciçamente no setor educacional.

vagas na iniciativa privada, tomando como fio condutor a trajetória do grupo Estácio de Sá, propõe-nos uma análise da educação superior como espaço de acumulação capitalista para setores do empresariado que, cada vez mais, caminham para a financeirização de suas atividades, demonstrando que o campo em que se realiza a formação humana torna-se cada vez mais balizado pela intensa - e extensa - mercantilização da vida social, e nela, da educação superior. Saviani (2008) discute as realizações da ditadura no campo educacional destacando alguns aspectos do legado militar relacionados à vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado, ao favorecimento da privatização do ensino e à implantação de uma estrutura organizacional que se consolidou e se encontra em plena vigência. Santos (2015) auxilia-nos nas reflexões referentes ao crescimento do setor privado de educação superior, no Estado de Minas Gerais, em especial, as particularidades da expansão e dos modelos de financiamento dessas instituições.

O aprofundamento no campo da História das instituições escolares por meio de autores como Buffa e Nosella (2009), Gatti Júnior (2002) e Sanfelice (2006), pesquisadores que se dedicam em construir interpretações e problematizações a respeito das instituições educativas foi de grande relevância para a pesquisa. Entender a relação da instituição educativa com a comunidade envolvente bem como o seu sentido histórico, no contexto social de sua época, contribuiu para o entendimento e construção da história da Fapam.

No levantamento bibliográfico realizado no Portal da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – foi possível constatar que a grande maioria das produções acadêmicas relacionadas às tendências do ensino superior privado no Brasil foi desenvolvida em programas de pós-graduação *stricto sensu* nas áreas de economia, serviço social, administração de empresas, ciências sociais, sociologia, *marketing* e propaganda. Em número menos expressivo, constatou-se a produção de artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado relacionada especificamente com essa temática, na área de educação.

Com relação à Fapam, foco desta pesquisa, foram localizadas apenas duas dissertações de mestrado em Administração de Empresas que tomassem como foco de estudo a Fapam, Faculdade de Pará de Minas. Na primeira, Moreno (2003), numa pesquisa de *marketing*, analisa qual o nível de satisfação do estudante do curso de Administração de Empresas com a sua instituição de ensino, a Fapam, através da realização de uma

avaliação da performance da Faculdade sob a ótica do aluno. Na segunda dissertação, Maia (2005) analisa, numa perspectiva econômica, a contribuição da Faculdade de Pará de Minas para o desenvolvimento econômico, social e humano da cidade de Pará de Minas e sua área de influência. Como pode se constatar, nenhum dos dois estudos discute o processo de mercantilização da educação e as ações ou alternativas desenvolvidas pela Instituição para se manter no mercado tão competitivo do ensino superior como está sendo proposto neste estudo. Dessa forma, uma das justificativas para esta pesquisa se deve justamente ao foco que se pretende dar à Fapam através de sua trajetória histórica e desafios ao longo de seus 50 anos de existência.

Demarcar um recorte cronológico é um recurso didático importante uma vez que auxilia na compreensão do objeto a ser estudado. Isso porque ao considerar a análise histórica das fontes documentais o pesquisador tem em mãos uma riqueza de informações que possibilita extrair e resgatar significados que se poderiam perder ao longo dos tempos. Isso porque o objeto proposto no estudo não surgiu do nada: há toda uma história, um contexto que o antecede. Como bem pontua Cellard (2008), quando se acrescenta a dimensão tempo à compreensão do fenômeno estudado, torna-se possível compreendê-lo a partir de suas raízes históricas e concepções iniciais. Assim, para uma melhor compreensão da história da Fapam, optou-se por dividi-la em três fases: a primeira, de 1969, ano de criação da Fapam a 1985. A segunda compreende o período de 1985, ano em que acontece o desligamento da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC), e inicia-se a fase de expansão até 2014. A terceira, de 2014 a 2018, compreende o período em que se analisam as ações da Instituição frente à grande competitividade no ensino superior.

Após a coleta de todos os dados, esses foram analisados segundo uma perspectiva hermenêutica, conforme sugerida por Minayo (1996), na qual a compreensão dos sentidos é buscada a partir do diálogo entre a análise documental e a perspectiva teórico-metodológica do pesquisador. Entendemos que esse aprofundamento permitiu um diálogo que considerou a parte documental e a história da Fapam como permeada por um conjunto complexo de sociabilidades que integram e possibilitam a continuidade e manutenção da IES.

Ao reconstruir cientificamente a história, sabemos que os fatos não se manifestam imediatamente à compreensão e só podem ser captados pelo pensamento por meio da

análise. Como explica Thompson (1992, p.217), “toda comunidade carrega dentro de si uma história multifacetada, vida familiar e relações sociais à espera de alguém que a traga para fora”. São essas visualizações que o historiador trabalha para a montagem da história. Contudo, é possível fazer a história de um ângulo diferente sem com isso diminuir ou mentir sobre a sua realidade.

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta o curso metodológico utilizado para alcançar os objetivos propostos no estudo, descrevendo também uma breve revisão da produção acadêmica referente ao tema, a fim de refletir sobre o processo de pesquisa concernente à temática no âmbito das ciências humanas e sociais. O capítulo dois tem por objetivo descrever, ainda que de forma sucinta, a trajetória de expansão do ensino superior no Brasil, apontando suas principais características e tendências e os dilemas da mercantilização. A fim de compreender o processo de evolução do ensino superior em Pará de Minas e região, o capítulo três traz uma breve descrição acerca do desenvolvimento do ensino superior no estado de Minas Gerais, bem como uma narrativa sobre a história de Pará de Minas, além de informações sobre a sua microrregião para melhor entendimento do território e lugar de residência da Fapam. Redesenhar a trajetória da Fapam, Faculdade de Pará de Minas, traçando um panorama evolutivo de sua estrutura e organização desde sua criação, enquanto extensão da PUC Minas, até o período de sua emancipação é o que norteia a discussão do capítulo quatro. O objetivo do capítulo é situar a instituição no contexto de expansão do Ensino Superior e de reestruturação do capitalismo. No último capítulo, apresento o desfecho proporcionado pelo aprofundamento documental e teórico na expectativa de desvendar o cenário em que se situa a referida IES, identificando as ações adotadas por ela face à mundialização do capital e a suas alternativas para se manter como Instituição independente. Trago, no final do trabalho, reflexões realizadas a partir dos dados encontrados com a pesquisa esperando contribuir para o avanço das discussões e tratamento de uma temática tão complexa, além de tecer considerações sobre a contribuição da Fapam no desenvolvimento da educação superior em Pará de Minas e região, apontando suas forças e limitações.

2. O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL E OS DILEMAS DA MERCANTILIZAÇÃO

Neste capítulo, traço um breve histórico da educação superior no Brasil, na tentativa de compreender a trajetória dessa modalidade de ensino a fim de contextualizar a temática de pesquisa. Vale ressaltar que o cenário da educação superior no Brasil é bastante diversificado, por isso, não o trato na sua integralidade, trago apenas algumas características visando oferecer elementos que influenciaram a trajetória das IES privadas.

No início da colonização, o Brasil não possuía universidades nem outras instituições de ensino superior, a política da Coroa Portuguesa sempre foi de impedir a formação de quadros intelectuais na colônia, concentrando na metrópole a formação de nível superior. No entanto, apesar de as Universidades estarem proibidas, as escolas jesuítas eram autorizadas pela Coroa a oferecer alguns cursos superiores na colônia voltados para formação de religiosos e professores para atuarem nos colégios implantados pela Ordem no Brasil, como aponta Cunha (2000, p.152):

Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil. No seu lugar, a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra, assim como permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia”.

Dessa forma, a história do ensino superior, legalmente instituído no Brasil pelo governo português, tem início somente em 1808, quando houve a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil mediante a ameaça de invasão das tropas napoleônicas na metrópole. Nesse mesmo ano, foram fundadas três escolas de educação superior, uma na Bahia e duas no Rio de Janeiro, cujo objetivo era atender os interesses da elite local, formando alguns profissionais importantes na área de direito, engenharia e medicina para os Estados.

Ao longo do século XIX, mesmo com a Independência, em 1822, a Coroa manteve a tradição portuguesa do monopólio do ensino superior, a descentralização e expansão do sistema de educação superior foi um processo lento. De acordo com Sampaio (2000), é na República que surge, de fato, o ensino superior no Brasil. Com a Constituição de 1891, há a sua descentralização, deixa de ser exclusivo do poder central, sendo

concedido aos governos estaduais e assentindo-se também a constituição de instituições privadas. Pela primeira vez, permitiu-se também a criação de estabelecimentos confessionais no país. De acordo com Durham (2003, p. 8):

Entre 1889 e 1918, foram criadas no Brasil 56 novas escolas superiores, a grande maioria privada. Era assim dividido o cenário da educação naquele momento: de um lado, instituições católicas, empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público, e, de outro, iniciativas de elites locais que buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior. Desses, alguns contaram com o apoio dos 23 governos estaduais ou foram encampados por eles, outros permaneceram essencialmente privados.

Foi nessa época, portanto, que ocorreu a diversificação do sistema que marca até hoje o ensino superior brasileiro: instituições públicas e leigas, federais ou estaduais, ao lado de instituições privadas confessionais ou não.

Os anos de 1920 vieram acompanhados por um movimento de modernização do país, ao lado da urbanização e das transformações decorrentes da industrialização, houve uma verdadeira renovação cultural que atingiu também a educação. Nessa época, foram criadas as primeiras universidades do país: a Universidade do Rio de Janeiro (1920) e a Universidade de Minas Gerais (1927). Acompanhando essas mudanças, em 1928, o governo deu autonomia aos Estados para a criação de universidades estaduais, porém essas ficariam sujeitas aos moldes e controle das universidades federais.

Com o fim da chamada República Velha em 1930, a reforma educacional foi apropriada e reformulada pelo governo Vargas que, através da criação do Ministério da Educação, estabeleceu normas para organização do ensino superior. Com a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto n. 19851/31 vigente até 1961) organizou-se o ensino superior no país, permitindo atribuições das universidades a institutos isolados. Conforme Durham (2003, p.197),

A reforma que resultou do processo de negociação do governo Vargas consistiu num compromisso entre as forças conservadoras e inovadoras. No Ensino superior, instituíram-se as universidades e definiu-se o formato legal ao qual deveriam obedecer todas as instituições do mesmo tipo de ensino que viessem a ser criadas no Brasil. A reforma, entretanto, apesar de estabelecer a universidade como forma preferencial para oferta de ensino superior, não eliminou as escolas autônomas. Nessa legislação, também foi mantida a liberdade da iniciativa privada para a constituição de estabelecimentos próprios, embora sob a supervisão governamental.

Segundo Stallivieri (2006), no período de 1930 a 1964, foram criadas no Brasil mais de 20 universidades federais, surgiram também algumas universidades religiosas (católicas

e presbiterianas). É preciso acentuar que a formação da população nesse período é bastante precária e revela o déficit educacional do país. De acordo com Pessoa (2011), nos dados do IBGE, em 1960, observa-se, no contexto brasileiro, um número reduzido de pessoas preparadas com formação superior, capacitadas para participar do emergente desenvolvimentismo econômico do país, apenas 0,30% do total da população. Esse quadro permaneceu inalterado até o final da década, diante de um contingente de trabalhadores constituído de mais de 96% de analfabetos e de pessoas que não tinham sequer o ensino fundamental completo. Pessoa (2011, p. 115) ainda discorre que:

Essa situação de fragilidade da educação básica produzia uma educação superior elitizada, pois poucos galgavam este nível de ensino. Contudo, os dados do ensino superior nesse contexto indicado, correspondiam a uma situação de predomínio do setor público em relação ao setor privado, pois no ano 1956, do total de 78.659 matrículas realizadas no país, 40.297 pertenciam ao setor público (57%) e o setor privado detinha 38.362 (43%).

O contexto político, social e econômico desse período, entre 1945 e 1964, favoreceu uma grande expansão do ensino superior no país nesses anos. Uma explicação para a ampliação do sistema brasileiro nessa época se assenta naquele processo chamado de desenvolvimentismo, caracterizado pela industrialização, urbanização crescente, migração, êxodo rural, mobilidade social, ingresso de capitais e empresas estrangeiras no país, conforme aponta Cunha (1983).

Com a queda de Vargas em 1945, até a implantação do Regime Militar em 1964, houve uma contínua, porém gradual, expansão do ensino superior. De acordo com Durham (2003), o número de alunos aumentou de 41 mil para 95 mil. Houve também a formação da rede de universidades federais assim como a criação da primeira Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Surgiram nesse período 18 universidades públicas e 10 particulares, em sua maioria confessional.

A década de 1960 no Brasil foi marcada por uma acirrada polarização entre a esquerda e direita, deixando pouca ou nenhuma margem para alternativas intermediárias. Em meio a esse embate, João Goulart iniciava seu governo no momento em que se agravava a crise econômica e financeira do país. Na tentativa de vencer a crise e modificar a estrutura social do país, João Goulart, ou Jango, levanta a bandeira das Reformas de Base, dentre elas a reforma agrária e a nacionalização das empresas estrangeiras. Essas reformas desagradaram os setores da elite brasileira e do capital estrangeiro que, unidos aos grupos militares, depuseram Jango em março de 1964. Político muito ligado a

Vargas, Jango inquietara setores militares que anteviam, em seu governo, a possibilidade de implantação de um regime de esquerda no Brasil. Dessa forma, o golpe foi justificado por seus executores como intervenção necessária para a defesa da ordem e da democracia, ameaçadas, segundo eles, pela agitação de sindicalistas e comunistas. Sobreveio, então, um longo período em que as Forças Armadas, apoiadas pelos setores conservadores da sociedade e em nome da segurança e do desenvolvimento, assumiram as funções de Estado durante 21 anos, marcados pelo autoritarismo. Para se manterem no poder, eliminaram ou sufocaram as oposições com a prisão de lideranças políticas e sindicais, suprimiram direitos individuais, cassaram mandatos parlamentares, deixando apenas um pequeno espaço formal para a manifestação política e eleitoral das classes sociais.

No campo educacional, o período também foi de grandes embates entre intelectuais, estudantes e governo em torno de reformas que democratizassem o acesso e a gestão da universidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024, promulgada em 1961, garantiu subsídios públicos para as instituições privadas de ensino superior bem como a presença de seus dirigentes nos Conselhos de Educação. Esperava-se que essas instituições pudessem oferecer serviços no mercado que possibilitassem o financiamento de parte de seus orçamentos. No entanto, Durham (2003) afirma que a nova LDB constituiu basicamente na preservação do sistema existente, não conferindo autonomia como defendia os intelectuais e estudantes. A lei e suas complementações estabeleceram mecanismos de controle da expansão do ensino superior e do conteúdo de ensino. Na interpretação de Sampaio (1999), a LDB foi pragmática e reconhecia a organização do sistema em moldes não universitários.

Conforme referencia Saviani (2008), as reformas implementadas durante o regime militar tinham como objetivo maior garantir que os investimentos no ensino, desde o primário até o ensino superior, assegurassem o aumento da produtividade e da renda, através da preparação dos profissionais, necessários ao desenvolvimento econômico e social do país. No texto, O Legado Educacional do Regime Militar, Saviani discute as realizações da ditadura no campo educacional destacando alguns aspectos que se fazem presentes até hoje. Para o autor, os principais pontos desse legado estão relacionados à vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado; ao favorecimento da privatização do ensino e à implantação de uma estrutura

organizacional que se consolidou e se encontra em plena vigência além da institucionalização da pós-graduação.

As reformas educacionais pretendidas pelos governos militares foram apresentadas no Simpósio sobre educação e no Fórum “A educação que nos convém”, realizados em 1964, pelo IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, fundado em 1961, órgão responsável pelas políticas educacionais do regime. Conforme Saviani (2008, p. 296), discutiu-se dentre outros temas:

(...) educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão de obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais.

Segundo Saviani (2008), assim como Cunha (2014), a reorganização do sistema educacional atendia à política econômica desenvolvimentista pretendida pelos militares, que previa maior escolarização para formação de mão de obra qualificada para atender o mercado de trabalho, dentro da lógica da concepção produtivista de educação.

Para concretizar essa política educacional, parte da orientação técnica e dos recursos veio dos Acordos MEC-USAID, estabelecidos entre o Ministério da Educação e o *United States Agency for International Development* entre 1965 e 1967. Nesse acordo, propunha-se uma política educacional privatista, voltada para uma formação tecnicista fundamentada nas demandas do mercado de trabalho através do estímulo à entrada de investimentos privados no setor do ensino em todos os níveis.

É nesse contexto apresentado até aqui que se inicia o processo de expansão do ensino superior, através do acesso a esse nível de ensino das camadas sociais médias, provocando um crescimento quantitativo das matrículas de acordo com Neves (2012).

A explicação para o aumento nos indicadores do ensino superior, a partir da década de 1960, deu-se pela pressão populacional para abertura de vagas para esse nível de ensino, já que os jovens, mesmo atingindo a nota mínima no vestibular, não tinham garantias de

cursar a graduação superior. O Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Federal de Educação (CFE), sentindo-se pressionados pela população para a ampliação das vagas no ensino superior, autorizaram as multiplicações dos estabelecimentos de iniciativa privada, o que explica porque nesse período ocorreu um aumento nos indicadores do ensino superior privado, como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 01 - Número do Total e Índice de Crescimento de Matrículas nas Instituições Públicas e Privadas no Ensino Superior (1956 e 1960)

Ano	Total de Matrículas	Instituições*	
		Públicas	Privadas
1956	78.659	40.297	38.362
1960	95.691	53.624	42.067
Δ% de crescimento entre 1956 e 1960	21,6%	33,0%	9,6%

* Incluem as Federais, Estaduais e Municipais.

FONTE: Sinopse Estatística do Ensino Superior. Ministério da Educação e cultura, (1965, p. 6-7 *apud* Pessoa, 2011, p.224).

Importante ressaltar que, durante o regime militar, as universidades ficaram sob severa vigilância, sendo consideradas focos de conflito e resistência. Isso se deveu ao movimento estudantil que se reorganizou realizando grandes passeatas de repúdio ao regime. A política educacional foi motivo particular de intervenção, diante da necessidade de conter o movimento social em torno da reforma universitária crítica. De acordo com Mancebo e Vale (2013, p. 82):

Além da coerção exercida contra os docentes, o movimento estudantil foi alvo especial de acirrada repressão e dismantelamento e, em 1968, como culminância, uma reforma universitária dentro da ordem (Lei n. 5.540/68) foi implementada. Neste dispositivo legal, a ditadura tentou articular a educação nacional ao tipo de desenvolvimento econômico que buscava promover, colocando a educação superior, por um lado, como espaço estratégico para a produção de ciência e tecnologia e, por outro, também para a formação de recursos humanos.

A reforma orientou-se no sentido de organizar todo o sistema de ensino federal em universidades e de promover a pesquisa. No entanto, a reforma não flexibilizou os currículos, que eram rigidamente definidos pelo Ministério da Educação. Nesse contexto, foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o apoio do setor militar. Foi estabelecido o novo regime, o tempo integral

de trabalho nas universidades federais, que remunerava a dedicação exclusiva à pesquisa, como ressalta Ferreira (2016). Isso acabou provocando o encarecimento das instituições federais e, por conseguinte, pouco impacto na expansão dessas instituições, uma vez que ocasionaram a restrição de estudantes ao ensino superior federal, facultando a entrada de somente estudantes da nova classe média, com melhor formação escolar. O rigor dos vestibulares tornou-se a principal barreira de democratização do ensino superior, conforme Mancebo; Júnior (2012, p.149):

A reforma universitária brasileira, estabelecida a partir de 1968 (Lei 5.540/68), ocorreu sob a ditadura civil-militar (1964-1985) e trouxe ventos pouco favoráveis ao ensino público, com medidas amplamente fortalecedoras da expansão da educação privado-mercantil. A política nacional de então apresentava fortes vínculos com o capital internacional, especialmente Estados Unidos, e, no campo educacional, boa parte da denominada modernização do ensino superior caminhou na direção do modelo universitário norte-americano.

Apesar da proposta, a reforma foi incompleta; não houve verdadeira reforma curricular e a ampliação do sistema se deu simplesmente através da multiplicação da matrícula nos mesmos cursos tradicionais.

Na década seguinte, 1970, os resultados de um grande desenvolvimento econômico produziram o chamado “milagre econômico”. A classe média brasileira foi, então, diretamente beneficiada: enriquecida, dentre outros hábitos de consumo, alavancou a demanda pelo ensino superior com o aumento providencial dos recursos federais e o orçamento destinado à educação que acabaram por beneficiar tanto o setor público quanto o privado. De acordo com Durham (2003, p. 208):

O ensino superior universitário e não universitário se ampliou de maneira extraordinária, desde o início do regime, em 1965, até o final da década de 1970. Em cerca de vinte anos, o número de matrículas no ensino superior passou de 95.691 (1960) para 1.345.000 (1980), sendo os anos 1968, 1970 e 1971 os que apresentaram a maior taxa de crescimento.

Dados mais exatos acerca da expansão do ensino superior são encontrados em Sguissardi (2008). Para o autor, a primeira década do regime militar (1964-1974), é marcada pela expansão do sistema, que sai de um patamar de cobertura mínimo e cresce mais de cinco vezes. Barreyro (2008, p. 17) citado por Vale (2011, p. 74), mostra que em 1964, o sistema, composto já por uma grande diferença em termos da presença de estabelecimentos isolados (564) e universidades (cinco), contava com um total de 142.386 matrículas, das quais 87.665 localizavam-se no sistema público e 54.721 no

setor privado, ou seja, em uma proporção de 61,6% das matrículas nas instituições públicas e 38,4% nas IES privadas. Já em 1974, o sistema passa a comportar um total de 937.593 matrículas, sendo, desse total, 341.028 localizadas no setor público, em um total de 36,4%, e 596.565 matrículas situadas no setor privado, mostrando um total de 63,6%. Se as matrículas totais cresceram, no setor público esse crescimento foi de apenas 289,1% no período, enquanto o crescimento no setor privado foi de 990,1%. Essa diferença marca exatamente a inversão das proporções existentes em 1964, revelando o predomínio do setor privado (63,6%) em detrimento do setor público (36,4%), conforme tabela a seguir:

Tabela 02- Evolução das matrículas da educação superior privada brasileira por categoria

Ano	Total	Matrículas públicas		Matrículas privadas	
		Total	%	Total	%
1964	142.386	87.665	61,6	54.721	38,4
1965	155.781	87.587	56,2	68.194	43,8
1966	180.109	98.442	54,6	81.667	45,4
1967	212.882	121.274	56,9	91.608	43,1
1968	278.295	153.799	55,2	124.496	44,8
1969	342.886	185.060	53,9	157.826	46,1
1970	425.478	210.613	49,5	214.865	50,5
1971	561.397	252.263	44,9	309.134	55,1
1972	688.382	278.411	40,4	409.971	59,6
1973	772.800	300.079	32,0	472.721	68,0
1974	937.593	341.028	36,4	596.565	63,5

FONTE: Sguissardi (2008), com base em dados do MEC/INEP e de pesquisa do Prof. Nelson C. do Amaral. C.B Martins e Velloso, (2002), com dados de Daniel Levy *apud* Vale (2011, p.74).

Importante salientar que, para Sguissardi (2008), exatamente pelos dados mostrados na tabela acima, esse período foi o primeiro grande momento da mercadorização do sistema de educação superior. No entanto, o ritmo de sua expansão não é constante ou homogêneo, podendo-se dividi-lo em duas partes: a primeira década de expansão (1964-1974), marcada por um grande crescimento do setor, que se pode caracterizar como sendo uma expansão com contenção do financiamento do subsistema público, seguido

por outra década (1974-1984), em que o crescimento do sistema é menor, mas na qual se confirma a hegemonia do setor privado em termos de número de matrículas como bem analisa Vale (2011). A tabela a seguir nos ajuda a entender essa grande expansão das IES privadas.

Tabela 03 - Número Total e Índice de Crescimento de Matrículas nas Instituições Públicas e Privadas no Ensino Superior (1960 e 1980)

Ano	Total de Matrículas	Instituições*			
		Públicas	%	Privadas	%
1960	95.691	53.624	56,0	42.067	44,0
1980	1.377.286	652.200	47,3	725.086	52,6
Δ % de crescimento entre 1960 e 1980	1.339,3%	1.116,2%		1.623,6%	

* Incluem as Federais, Estaduais e Municipais.

FONTE: Sinopse Estatística do Ensino Superior(1960 p. 16-17). Ministério da Educação e cultura *apud* Pessoa (2011, p.226).

Como se percebe, a política econômica do regime militar trouxe benefícios para o setor educacional. No setor público, houve investimentos na infraestrutura e na qualificação do corpo docente em nível da pós-graduação. Entretanto, esse setor não foi capaz de atender a demanda historicamente reprimida de ampliação das vagas no ensino superior³. Já o setor privado fora capaz de absorvê-lo, porque se concentrou na oferta de cursos de baixo custo e no estabelecimento de exigências acadêmicas menores, tanto para o ingresso como para o prosseguimento dos estudos até a graduação. Assim, impulsionados pela política educacional vantajosa promovida pelo Estado e referendada nas práticas do Conselho Federal de Educação (CFE), os empresários da educação puderam abrir novos estabelecimentos de ensino, em sua maioria, faculdades isoladas de pequeno porte, mais baratas, mais rápidas e fáceis de pôr em funcionamento do que as universidades, com cursos na área das ciências humanas e sociais, que contavam com maior demanda, além de serem mais baratos. É nesse contexto, que nasce a Fapam, com o intuito de disseminar o conhecimento e manter aqueles que terminavam a educação básica na cidade de Pará de Minas - MG.

Contudo, é necessário considerar que existe um alinhamento de funções desempenhadas pelo setor público e pelo setor privado de ensino superior, uma vez que a

³ Com certa mobilidade social das classes trabalhadoras resultante do “milagre econômico”, a oferta de vagas tornou-se insuficiente diante do aumento do número de concluintes do ensino médio que pleiteavam o seu ingresso no ensino superior. A esse respeito ver Sguissardi (2000).

complementariedade está relacionada ao caráter dual – que é de natureza jurídica e legal – do sistema de ensino superior brasileiro. Na análise de Sampaio (2000), a iniciativa privada manteve-se no atendimento do quantitativo de alunos que não ingressavam, por diversos motivos, nas instituições públicas. Essa ação estabeleceu uma relação complementar do setor privado com o setor público. De acordo com Sampaio (2000, p.70):

O setor privado voltado para o atendimento da demanda de massa não se define, portanto, somente por sua predominância no sistema, mas implica também no estabelecimento de uma relação complementar com o setor público ao longo da própria história do ensino superior no país.

As instituições privadas de ensino superior tornaram-se um grande negócio. Um grande percentual da sociedade estava em busca da obtenção do diploma e os empresários atentos a esse fenômeno perceberam uma oportunidade de obtenção de lucro. Segundo Durham (2003, p. 210):

Nesse contexto, passaram a ser lucrativos estabelecimentos de ensino nos quais a qualidade da formação oferecida é de importância secundária. O setor privado dividiu-se internamente entre um segmento comunitário ou confessional não lucrativo que se assemelhava ao ensino público e um segmento empresarial.

Os anos de 1980, uma década de transição política, foram marcados pelo lento e gradual processo de abertura política, a redemocratização que culminou com a elaboração da Nova Constituição e a eleição direta para presidente em 1989. Foram também um período de estagnação econômica e inflação, caracterizado pelo fim do ciclo de expansão econômica, forte retração industrial e um menor crescimento da economia como um todo, que atingiu também o ensino superior, tanto o público quanto o privado, este em maior escala.

Dentre as muitas mudanças desse período, destaca-se a expansão dos cursos noturnos, que, dentre outros objetivos, foram criados para atender a uma nova demanda de alunos que precisavam e ainda precisam trabalhar para estudar. Nesse sentido, a Fapam, meu objeto de estudo, atendia e atende com plenitude essa tendência, já que seus cursos eram e ainda são oferecidos no turno noturno, seu público-alvo constitui-se em grande parte de trabalhadores que buscam aprimoramento profissional ou uma nova carreira.

Em 1986, 76,5% das matrículas do ensino superior concentravam-se no setor privado. Para Durham (2003), as universidades federais resistiam à implantação de cursos

noturnos, com um percentual de apenas 16% das matrículas. Começa uma grande competitividade entre as instituições privadas, provocadas, principalmente, pela escassez de candidatos, sendo que as universidades e os grandes estabelecimentos levam vantagem em relação às faculdades menores. Também houve, nesse período, a ampliação do setor privado nos processos de fusão e incorporação de estabelecimentos menores e foram criadas federações com o objetivo de transformá-las em universidades, para adquirir autonomia e fugir do controle do CFE. Entre 1985 e 1990, houve um aumento de 145% no número de instituições privadas.

Na década de 90, durante os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994), o país começou a trilhar o caminho para o desenvolvimento econômico, partindo de sua inserção no mercado internacional e da liberação econômica. No campo educacional, esses governos constituíram um programa que, a partir das noções de equidade, eficácia e competitividade, buscou adequar o ensino superior aos desafios da economia globalizada. A partir de um conjunto de alterações na política de educação superior, pautada no projeto de formação de recursos humanos demandados por um mercado competitivo, que forjava a inserção do Brasil na globalização econômica e na sociedade da informação.

O período seguinte, 1995 a 2002, já no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi marcado por transformações significativas na educação superior. Dentre as principais ações, destacam-se a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (Lei nº. 9.394, de 1996) e aprovação do novo Plano Nacional de Educação (Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001). Além da implantação de sistemas de estatísticas educacionais eficientes, definidos a partir das reformas neoliberais, que envolveram também processos de privatização e a lógica do novo gerencialismo. Segundo Lima (2000, p.87):

Ao longo da década de 1990, desencadeou-se uma ampliação do espaço privado nas atividades diretamente ligadas à produção econômica e também no campo dos direitos sociais, conquistadas pelas lutas históricas da classe trabalhadora, o que gerou um aprofundamento da mercantilização da educação, particularmente da educação superior. Essa ampliação foi realizada através de dois movimentos: a) a expansão das instituições privadas, através da liberação dos “serviços educacionais”; b) a privatização interna das universidades públicas, através das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades pelos cursos pagos e do estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas, redirecionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A aprovação da nova LDB, após um amplo debate que envolveu diversos setores ligados à educação, incorporou inovações como a explicitação dos variados tipos de IES admitidos. Por universidade definiu-se a instituição que articulasse ensino e pesquisa. A nova Lei fixou a obrigatoriedade do credenciamento das instituições de ensino superior, precedida de avaliações, além de estabelecer a necessidade de renovação periódica para o reconhecimento dos cursos superiores. Além disso, introduziu-se o controle de qualidade, através das avaliações das IES, nomeado na época como “provão”, com a finalidade de obter as médias dos estudantes e avaliar diferentes instituições. Se para as instituições públicas pouco ou nada afetou a implantação da nova Lei, para o setor privado representou uma ameaça de perda de *status* e autonomia.

Para Cunha (2003), no octênio de FHC as principais ações voltadas para o ensino superior foram: i- a normatização fragmentada, conjunto de leis regulando mecanismos de avaliação; ii- criação do Enem, como alternativa ao tradicional vestibular criado em 1911; iii- ampliação do poder docente na gestão universitária, a contragosto de discentes e de técnico-administrativos; iv- reconfiguração do Conselho Nacional de Educação, com novas atribuições; v- criação de um sistema de avaliação da educação superior; vi- o estabelecimento de padrões de referência para a organização acadêmica das IES.

Acompanhando as mudanças, o Decreto nº 2.306, na regulamentação da LDB, de 15 de abril de 1997, foi elaborado para legislar as mantenedoras. Assim, essas entidades deveriam assumir a natureza civil ou comercial passando a ser classificadas como: entidades mantenedoras de instituições com ou sem fins lucrativos. Esse fenômeno introduziu uma lógica capitalista e mercadológica, ou seja, a educação superior se transformou em um bem de serviço comercializável. Surgiram, a partir daí, as denominadas universidades mercantis, que revelaram a força do capital e a educação-mercadoria voltadas para o ensino de massa, com finalidade lucrativa. Cabe destacar que, até 1997, não havia instituições educacionais com fins lucrativos. Na análise de Durham (2003), o lucro do empresariado da educação era obtido através de cargos executivos com altos salários e desvios de recursos para outros empreendimentos, inclusive para uso particular.

Ainda no governo FHC, foi criado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) a partir da reestruturação do crédito educativo. Criado para atender, exclusivamente, aos alunos dos cursos superiores não gratuitos e constituir-se na única

forma de participação da União no processo de financiamento do ensino privado. Ao mesmo tempo, o ensino a distância foi se tornando cada vez mais frequente no Brasil e essa modalidade passou a ser considerada eficiente, economicamente acessível e favorável a uma democratização do acesso ao ensino superior.

Segundo Lima (2007), as ações políticas supracitadas da década de 90 estão correlacionadas às diretrizes do Banco Mundial (BM), descritas no documento *La enseñanza superior – las lecciones derivadas de La experiencia*, publicadas em 1994. Esse documento apresenta quatro estratégias para a reforma da educação superior na América Latina, Ásia e Caribe, de acordo com Alvarenga (2016, p.28), a saber:

A primeira previa a diversificação das instituições de ensino superior e de seus cursos, sob o pressuposto da necessidade de existência de universidades públicas, privadas e instituições não universitárias, incluindo os cursos politécnicos, os cursos de curta duração, os ciclos e o ensino a distância. A segunda estratégia previa a diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas. A terceira estratégia definia as funções do Estado no sentido de construir um novo arcabouço político e jurídico o qual viabilizasse a implantação das diretrizes privatizantes para a educação. Por fim, a quarta estratégia sugeria a implantação de uma política de qualificação do ensino superior concebida a partir do eficiente atendimento aos setores privados.

Em 1999, o BM lançou outro documento, Estratégia para o setor educacional: a educação na América Latina e Caribe, reforçando o papel da educação como estratégia de “alívio à pobreza”, uma vez que ela, a educação, proporciona o crescimento econômico e o desenvolvimento social através da ampliação da capacidade produtiva das sociedades. Todavia, torna-se necessário ampliar a participação do setor privado com a proposta de maior eficácia da educação superior e a estimulação da privatização e mercadorização do ensino como uma forma de democratizar o setor, conforme Lima (2007). Ainda, segundo esse autor, não se trata de uma imposição dos organismos internacionais ou subordinação do Brasil às determinações, mas sim de um compartilhamento da concepção da educação como “ensino terciário”. De acordo com essa concepção neoliberal, a reestruturação do ensino superior está diretamente relacionada às demandas do mercado, ao desenvolvimento tecnológico, à competitividade entre as instituições e à abertura para o mercado internacional.

Diante do exposto, é possível perceber que a política educacional do governo FHC, seguiu as orientações do BM, pautadas na concepção neoliberal, o que acabou por promover o crescimento e fortalecimento das IES privadas, assim como o empresariamento do setor como apontam Nunes e Braga (2016, p.74):

No início do mandato de FHC, em 1995, segundo os dados das Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior (MEC/INEP), tínhamos o total de matrícula de graduação presencial de 1.759.703, das quais 700.540 matrículas eram da rede pública (39,8%) e 1.059.163 eram matrículas da rede privada (60,2%). Ao final do seu mandato, em 2002, atingimos o total de 3.479.913 matrículas, das quais 1.051.655 (30,2%) na rede pública e 2.428.258 (69,8%) na rede privada.

O período seguinte, 2003 a 2010, corresponde ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores (PT). Apresentando-se como um governo popular democrático, as expectativas da sociedade em relação ao seu governo eram imensas. Na era Lula, como é chamada, as políticas sociais e econômicas ganharam novos modos de interação, em um modelo de crescimento redistributivo. As políticas sociais foram destaque no seu governo provocando impacto nas transferências governamentais de renda e a valorização do salário-mínimo, bem como o aumento dos financiamentos para a educação superior.

Destaca-se nesse contexto de reformulação do ensino superior a participação do Estado como financiador de políticas e programas, buscando apoiar a acessibilidade ao ensino superior tanto por parte das instituições responsáveis por sua execução quanto por parte dos alunos que se candidatavam. Numa relação estreita entre as esferas pública e privada, o governo Lula investiu em quatro programas principais: Programa Universidade para Todos (Prouni), Programa de Expansão da Educação Superior Pública (Expandir), Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), além da reestruturação do crédito estudantil, o FIES, que se constituíram em políticas públicas apresentadas para atender os interesses do mercado.

Acompanhando essas medidas, foram lançadas outras estratégias envolvendo ações afirmativas como os programas para a população negra nas instituições federais e estaduais da educação (Uniafro), o Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind) e o Programa de Acessibilidade (Incluir). Segundo Ferreira (2016), o objetivo dessas políticas de expansão do ensino superior visava à ampliação do acesso a universidades, como garantia à igualdade de oportunidades educacionais e metas a alcançar atraindo maior contingente de alunos. Na interpretação de Dourado (2008), o ensino superior foi sendo, ao longo dos anos, reestruturado em meio ao enfrentamento entre “a garantia do direito à educação e as pressões para a mercantilização”.

Nesse contexto, os dados nos mostram que, através dos programas implementados, foram criadas 14 (quatorze) novas universidades federais e mais de duas centenas de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia instituídos pela Lei nº 11.892/2008. O Prouni disponibilizou mais de 700 mil vagas nas universidades privadas a jovens das classes populares, e o Reuni ampliou significativamente as vagas no ensino superior público como analisado por Ferreira (2016) e demonstrados na tabela a seguir.

Tabela 04 - Número de Universidade/Brasil (Público e Privado)/1980-2008

Ano	Total Geral	Nº de universidade-Brasil no Público e Privado/1980-2008				
		Público	Federal	Estadual	Municipal	Privado (com e sem fins lucrativos)
1980	65	45	34	09	02	20
1984	67	47	35	10	02	20
1988	83	52	35	15	02	29
1992	106	60	37	19	04	46
1996	136	72	39	27	06	63
2000	156	71	39	30	02	85
2004	159	83	46	32	05	86
2008	183	97	55	36	06	86
Δ% de 1980 a 2008	181,5%	115,5%	61,7%	300,0%	200,0%	330,0%

FONTE: MEC/INEP-Dez. 2010 *apud* Pessoa, (2011, p.236).

No entanto, observa-se que a democratização, buscada pelo novo governo, passou a depender cada vez mais da iniciativa privada e cada vez menos dos investimentos públicos. O crédito educativo foi e ainda é um mecanismo fundamental para a sobrevivência de parte significativa do setor privado das Instituições Educacionais, como afirmam Schwartzman J. e Schwartzman S. (2002), e é, também, uma das poucas possibilidades de as pessoas mais pobres terem acesso ao ensino superior privado.

Na interpretação de Carvalho (2006, p.2016), a política de educação superior do Governo Lula se mostrou bastante contraditória uma vez que:

Estreitou as relações público-privadas e optou pela solvência das IES privadas através do PROUNI, bem como manteve e até mesmo aprofundou os parâmetros avaliativos e a função regulatória do Estado através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); mas, por outro lado, reverteu, em parte, o processo de sucateamento do segmento federal e de desvalorização do serviço público.

A análise das políticas adotadas pelo governo Lula indica que este privilegiou algumas questões da agenda da educação superior, como a ampliação e democratização de

acesso, inclusive procurando o viés da equidade ao contemplar populações historicamente não atendidas, quer por razões econômicas, quer, aliada a estas, raciais. Outra questão que mereceu destaque entre as políticas implementadas é a representada pelo par qualidade/massificação, uma vez que houve um razoável aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação, como garantidores da qualidade do sistema, ao lado de um grande incremento da educação a distância, com enfoque francamente massificador como bem analisa Aguiar (2013).

De acordo com Durham (2003), esse aumento da demanda por ensino superior está associado ao crescimento das camadas médias e às novas oportunidades de trabalho. Já Kerstenetzky (2012) argumenta que, na era Lula, os serviços públicos sociais seguiram se especializando na “clientela” pobre com elevação do poder aquisitivo, bem como na massa significativa de trabalhadores do setor formal e informal em ascensão. No âmbito da educação, como sinaliza Ferreira (2016), os indicadores quantitativos de acesso aos diversos níveis de ensino continuam em evolução, porém com evidências de perda de qualidade dos processos educativos.

Considerando todo o contexto apresentado até aqui, pode-se afirmar que o governo Lula não conteve a expansão do setor privado de educação. Ao longo de seus oito anos de mandato, houve uma certa continuidade da tendência privatizante do governo FHC, o que proporcionou o crescimento das IES privadas. De acordo com Nunes e Braga (2016, p.76):

Em 2012, os dados das Sinopses da Educação Superior (MEC/INEP) mostram que do total de 2.416 instituições de ensino superior, apenas 304 são públicas e as outras 2.112 são privadas. Permaneceu o processo de diversificação das instituições de ensino superior, com 193 universidades (8%), 139 centros universitários (5,8%), 2.044 faculdades isoladas (84,6%), 40 IFs e Cefets (1,7%). Das 7.037.688 matrículas na graduação 1.897.376 foram realizadas na rede pública (27%) e 5.140.312 foram realizadas na rede privada (73%).

Como se pode observar, nos dados apresentados pelas autoras, houve um expressivo crescimento do setor privado, o que demonstra a permanência da política de privatização do ensino superior iniciada com os governos militares na Reforma Universitária de 1968.

O último período de análise é o governo Dilma Rousseff que assumiu a presidência em 2011, governando até 2016. A fim de manter os resultados obtidos no governo anterior do presidente Lula, Dilma manteve os investimentos em políticas e programas sociais

efetuando alterações pontuais. A expansão do ensino superior na ótica desse novo governo tinha por objetivo, de acordo com Ferreira (2016, p. 466):

(...) expandir e interiorizar os institutos e universidades federais, principalmente nos municípios populosos com baixa renda per capita; promover a formação de profissionais para desenvolvimento regional, bem como estimular a permanência desses profissionais no interior do país; potencializar a função e o engajamento dos institutos e universidades como expressão das políticas do governo na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais.

Como se percebe, o objetivo maior dessas políticas é a promoção da igualdade através do desenvolvimento social e econômico numa relação estreita entre economia e educação. Nessa perspectiva, um dos programas de maior amplitude criado pelo governo Dilma foi o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), estabelecido pela Lei nº 12.513/2011. De acordo com Ferreira (2016), o objetivo era ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por intermédio de programas, projetos e ações de assistência técnica financeira. Ainda segundo essa mesma autora, esse programa teve adesão das instituições privadas com fins lucrativos como fonte de obtenção de recursos do governo e uma ponte de acesso e ingresso dos alunos do Pronatec para o Ensino Superior.

Outro grande programa implantado pelo governo Dilma foi o Ciência sem Fronteiras, cujo objetivo era estimular a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores mediante a concessão de bolsas para as áreas consideradas prioritárias/estratégicas em universidades estrangeiras. O Programa visava corrigir o déficit de mão de obra qualificada, principalmente, nos setores de engenharia e tecnologia, considerados estratégicos no desenvolvimento econômico do país.

Essas políticas implementadas proporcionaram avanços positivos na área educacional através da ampliação do acesso e da interiorização das universidades. Todavia, foram avanços que sempre ficaram aquém das necessidades, faltando principalmente melhorar a qualidade e ampliar os investimentos no setor público que foram bastante tímidos.

Um dado importante a ser destacado é a permanência da tendência privatista da educação superior durante o governo Dilma. Nos dados do Censo da Educação Superior de 2013, podemos perceber esse crescimento. O número de matrículas nas IES privadas (presencial e a distância) perfaz um total de 5.373.450 e a quantidade de matriculados nas IES públicas (presencial e a distância) representou um total de 1.932.527. Os cursos

a distância já contavam com uma participação de 15,8% na matrícula de graduação. Esses dados evidenciam a lógica de expansão do ensino superior com investimento do capital privado segundo o Ministério da Educação (2013), apontando para uma continuidade das políticas adotadas pelos seus antecessores.

2.1. Novos desafios do Ensino Superior

Como se percebe ao longo dos últimos anos, o ensino superior brasileiro vem sofrendo rápidas e profundas transformações. Nessa realidade, discutir o ensino superior no Brasil, no contexto atual, não é tarefa fácil e nem é possível se restringir a distinções simplistas entre IES públicas e privadas, como aponta Ferreira (2016). No entanto, a maioria dos debates coloca todas as instituições como iguais na sua natureza institucional e missão, o que, na realidade, acaba por ignorar a diversidade e a riqueza desse sistema educacional.

O Ministério da Educação classifica as instituições de ensino superior como: públicas (federais, estaduais e municipais), que são mantidas e administradas pelo poder público, de acordo com suas instâncias; e privadas as que são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Essas últimas estão divididas entre comunitárias, confessionais, filantrópicas e particulares com fins lucrativos. Segundo Stallivieri (2006, p. 5),

as instituições de caráter comunitário podem ser laicas ou confessionais. As instituições comunitárias laicas são instituições sem fins lucrativos e são financiadas por membros da comunidade onde estão inseridas, além dos recursos provenientes da mensalidade dos alunos. Elas diferem das instituições comunitárias confessionais, uma vez que estas estão ligadas a uma congregação de ordem religiosa específica (na maioria das vezes católicas), ou ligadas a alguma orientação ideológica que as conduzem. O que distingue o sistema de instituições confessionais, comunitárias e filantrópicas são as isenções fiscais que usufruem, por se caracterizarem como instituições sem fins lucrativos. Isso significa que os resultados positivos de suas atividades devem ser reinvestidos nelas mesmos, não podendo haver distribuição de lucros.

Já as instituições particulares com fins lucrativos são fundadas por proprietários ou mantenedores que, em sua maioria, não são oriundos do meio educacional, mas, ao contrário, têm suas origens e formação no campo empresarial ou político. Compreendem em sua maioria grandes grupos empresariais que têm como foco a remuneração dos seus ativos junto aos seus acionistas.

As IES sem finalidade lucrativa se diferem das demais pela isenção de alguns tributos fiscais relativos ao imposto de renda e as contribuições para fins de seguridade social, no entanto, em contrapartida “devem comprovar, sempre que solicitada: a) a aplicação dos seus excedentes financeiros para os fins da instituição de ensino superior mantida; b) a não-remuneração ou concessão de vantagem de benefícios por qualquer forma ou título aos seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros ou equivalentes; c) pelo menos 60% da receita das mensalidades escolares devem ser destinadas para as despesas com pessoal docente e técnico-administrativo, incluindo encargos e benefícios sociais”, segundo Sampaio (2000, p. 145). A comprovação desses aspectos é indispensável para fins de credenciamento e credenciamento. Como o enfoque dessa dissertação é uma instituição particular de ensino superior sem fins lucrativos, vamos nos ater a essa modalidade de ensino.

Como se observou até aqui, o ensino privado foi o grande propulsor da expansão do sistema de ensino superior no Brasil. De acordo com Mancebo (2013, p.3), uma das principais tendências dessa expansão foi o crescimento da iniciativa privada:

se tomarmos as matrículas, temos a seguinte situação: entre 1995 e 2013 (última coleta do censo da Educação Superior) ocorreu um crescimento no número de matrículas presenciais e a distância de aproximadamente 315%. Todavia, análise mais acurada demonstra que a iniciativa privada foi o setor que mais contribuiu para o crescimento da educação superior no país. No período considerado, tivemos, na rede pública, um crescimento de 175,86% e, na privada, de 407,33%.

Dados mais atualizados mostram-nos que esse crescimento continua. De acordo com o último Censo da Educação Superior divulgado pelo Inep em 2017, cerca de 8,3 milhões de alunos ingressaram em cursos de graduação no país. Desse total, 6,5 milhões em cursos presenciais. A rede privada responde por 75,3% dos alunos do ensino superior, um crescimento, de 0,5% em relação a 2016. No que se refere ao número de alunos, a rede privada conta com mais de 6,2 milhões de estudantes, o que garante uma participação superior a 75% do sistema de educação superior, ou seja, de cada 4 (quatro) estudantes de graduação, 3 (três) frequentam uma instituição privada. Ainda de acordo com o Inep no período compreendido entre 2007 e 2017, a rede privada cresceu 53,1 % enquanto a rede pública aumentou 41,7 % no mesmo período. Das 2.448 instituições de ensino superior no país, 296 são públicas e 2.152 são privadas, ou seja, as IES privadas representam um total de 87,9%, (INEP, 2017).

Importante destacar que o maior crescimento do ensino superior foi na modalidade a distância, atingindo quase 1,8 milhão de alunos em 2017, o que já representa uma participação de 21,2 % do total de matrículas de graduação, ou seja, 1 em cada 5 estudantes da graduação estuda a distância, isso reflete um crescimento de 17,6% em relação a 2016. Enquanto o ensino presencial apresentou queda de 0,4% nas matrículas, o Ensino a Distância (EAD) continua em franca expansão. Esse crescimento do ensino a distância pode estar relacionado à crise econômica, tendo em vista a busca de muitas pessoas por um curso superior para aumentar suas chances de conseguir emprego. O ensino a distância torna-se mais atrativo por ser mais barato, tanto o curso em si, quanto a permanência nele, já que não exige deslocamentos diários, entre outras coisas. A concessão de regras mais flexíveis por parte do governo também tem contribuído para esse crescimento. A partir de 2015, o MEC acelerou o credenciamento de novas instituições e polos ofertando EAD, isso gerou um aumento dessa modalidade de ensino que atingiu um público maior, provocando uma concorrência muito grande com as graduações presenciais, especialmente para as instituições de pequeno porte, localizadas no interior, como a Fapam.

No entanto, a expansão pela via privada não significou absoluta ausência de financiamento estatal, pois essas instituições gozaram de uma série de isenções fiscais e previdenciárias que as beneficiaram, segundo Vale (2011, p. 03):

No caso da política educacional, foi esse padrão de financiamento indireto pela via, principalmente, das isenções fiscais e previdenciárias, especialmente no caso das IES que se constituíram como filantrópicas sem fins lucrativos, que permitiu sua expressiva expansão e preparou o terreno para as transformações da década de 1980 e do ciclo de expansão dos anos 1990.

Ainda de acordo com esta mesma autora (2011, p.26):

(...) é em meados dos anos 1990, no contexto da reforma neoliberal do Estado brasileiro nos moldes da Terceira Via, que se insere a reformulação da educação superior, realizada como contrarreforma pelo reordenamento do aparato científico e tecnológico brasileiro construído desde os anos de desenvolvimentismo, com o sucateamento das universidades públicas em múltiplos aspectos, como a correspondente precarização das condições do trabalho docente, por exemplo, e da emergência de um lucrativo setor privado de ensino superior, comandado por uma nova burguesia de serviços educacionais, em um processo que Neves (2002) define como de empresariamento da educação, que hoje se reveste da lógica do capital financeiro.

Como já analisado anteriormente, o processo de expansão do setor privado de educação superior no Brasil deu-se a partir da década de 60 e como afirma Vale (2011, p.01), o apoio dos governos militares foi fundamental nesse processo, uma vez que:

a ditadura civil-militar que, se não inaugura o privatismo educacional, impulsiona-o de modo destacado, os anos 1980 – quando, ao mesmo tempo, esgota-se o ciclo de crescimento inaugurado no regime militar e se ampliam os debates e lutas em torno da educação superior, levando o setor privado a encetar novas estratégias de manutenção e ampliação de suas atividades.

Contudo, foi na década de 1990 que o crescimento privado da matrícula na educação superior tornou-se elemento fundamental da reforma administrativa do Estado e o atendimento à demanda pela via da oferta privada, modelo predominante, segundo Cunha (2003); Sguissardi (2008); Mancebo e Vale (2013). É nesse contexto que a Fapam, foco deste estudo, insere-se, haja vista que a expansão e o crescimento da IES em estudo iniciaram-se nesse período após seu reconhecimento e autorização para abertura de novos cursos.

Todavia, há um fenômeno relativamente recente no modelo de expansão da educação superior no Brasil: é o da sua acelerada mercadorização, conforme Sguissardi (2008). A mercantilização da educação e a diversificação do sistema são tendências no marco das mudanças ocorridas no capitalismo, em escala mundial e também no Brasil. Essas mudanças situam-se na crise de acumulação do capital ocorrida em âmbito internacional a partir dos anos 70, mas que só tiveram repercussão no Brasil a partir dos anos 90. Como afirma Macedo (2011, p. 17):

Em um país, onde competitividade é palavra de ordem em diversos setores da produção, sobretudo naqueles voltados a atender o mercado mundial, as atividades produtivas vêm se caracterizando pela sua extrema racionalização. Com a revolução tecnológica e as mudanças nas relações sociais de produção, as Instituições de Ensino Superior tornaram-se um importante fator para a execução do processo produtivo.

Como podemos perceber, ao longo dos últimos anos, o ensino superior brasileiro vem passando por rápida e profunda transformação, tanto no que diz respeito à expansão quanto às suas finalidades. Como descrito por Macedo (2011, p. 17):

Enquanto na década de 1990 cresceram em número as Instituições de Ensino Superior isoladas e grupos de faculdades que buscavam se transformar em centros universitários e/ou universidades privadas, o início do século XXI tem sido marcado pelo aparecimento de instituições que congregam várias faculdades em um processo de formação de universidades.

O modelo de expansão do ensino superior proposto na década de 90, centrado na iniciativa privada, mostrou limites que podem comprometer, em breve, a própria sustentabilidade da oferta, tendo em vista a baixa capacidade de demanda da sociedade e dos índices de inadimplência dos estudantes matriculados nas instituições privadas. A simples ampliação da oferta de vagas não é condição suficiente para a democratização do acesso ao ensino superior.

Visando minimizar o problema, o governo tem criado políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior privado para estudantes oriundos em sua maioria de camadas populares ou estratos da pequena classe média e que não dispõem de recursos para assumir os custos de uma universidade particular, haja vista que não conseguiram aprovação nas universidades públicas. Dentre essas políticas, que têm como foco o acesso ao ensino superior, destacam-se o FIES e o Prouni, já mencionados anteriormente. Corroborando essa ideia, Mancebo e Júnior (2012, p. 169) afirmam que:

A expansão do setor privado mercantil do ensino superior foi reforçada pelas políticas educacionais ensejadas nos dois Governos Lula e ampliadas no governo Dilma, como é o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e seus sucessivos reajustes, no sentido de ampliar a oferta e suprir as demandas do empresariado da educação superior (FIES); da abertura do setor educacional para a participação das empresas e grupos estrangeiros; e da utilização do Ensino a Distância (EAD) como via para a “democratização” do acesso à educação, dentre outros mecanismos.

Mediante o exposto, percebe-se que esses programas, embora, estejam voltados para a população de baixa renda, têm beneficiado muito a mercantilização do ensino e a ampliação do capital privado. Isso porque, segundo Carvalho (2013), a renúncia fiscal tornou-se um relevante mecanismo de financiamento da política pública para a educação superior privada.

Convém ressaltar que o comportamento do governo em relação ao investimento na educação, em especial, na educação superior, atende as orientações dos organismos multilaterais financeiros, em especial as do Banco Mundial, que defendem entre outras medidas: “disciplina fiscal”, priorização dos gastos públicos em áreas de “alto risco” e privatização dos serviços sociais. Conforme referencia Chaves (2015), apesar do discurso ideológico propalado pelo governo federal de que o Prouni é um programa destinado a inserir os pobres no Ensino Superior, na prática, tornou-se mais um dos mecanismos de indução da expansão do setor privado. Ainda segundo Chaves (2015, p.438):

(...) o FIES tem beneficiado as instituições do setor privado que se expandem a cada ano, tornando o Brasil o segundo país mais privatizado da América Latina (só perde para o Chile). Com a injeção dos recursos do FIES, as IES privadas têm garantido o pagamento das mensalidades de uma grande parcela de estudantes, o que favorece a expansão do setor.

As alterações recentes ocorridas no contexto econômico e político brasileiro, após a destituição da presidenta Dilma Rousseff, reforça o problema desta pesquisa, ou seja, as ações de sobrevivência adotadas pelas IES no atual cenário social, político e econômico.

Considerando a análise feita até aqui, percebe-se que a tendência à privatização da educação superior não é um fenômeno novo, nem exclusivo aos últimos governos. No entanto, hoje, o fortalecimento da iniciativa privada dá-se de outras formas, através da criação de grandes conglomerados, com as incorporações de pequenas instituições por grandes organizações, formando oligopólios que passam a ter controle do mercado da educação superior no país. No tocante a esse processo de fusão e formação de oligopólios, algumas das grandes empresas educacionais que monopolizam a oferta do ensino superior são: Anhanguera Educacional S.A (sede em São Paulo); Estácio Participações (sede no Rio de Janeiro); Kroton Educacional (sede em Minas Gerais); Sistema COC de Educação e Comunicação-SEB S.A (com sede em São Paulo), Ânima Educação (sede em São Paulo) e *Laureate Education* (com sede em São Paulo). O capital dessas empresas educacionais provém de grupos estrangeiros e de bancos de investimento norte-americanos. Algumas dessas empresas já estão ganhando mercado na região Centro-Oeste Mineira, como abordado mais a frente.

A financeirização, com a entrada desses grandes conglomerados na Bolsa de Valores e a internacionalização, participação de capital estrangeiro nas mantenedoras ou nas empresas educacionais e que remete à desnacionalização da educação no país, vem provocando uma competitividade muito grande, o que afeta diretamente a IES de pequeno porte. Todavia, é importante salientar que, ao lado dessas grandes organizações, convivem as pequenas instituições de ensino superior, como é o caso da Fapam, localizadas na periferia das grandes cidades ou em cidades do interior onde os grandes grupos educacionais não têm interesse em entrar, ou pelo menos não tinham até bem pouco tempo. Para se manterem vivas, essas pequenas instituições precisam criar diferenciais que as tornem competitivas.

Como se observa, estamos assistindo a uma transformação da educação num grande “negócio” a ser comercializado no mercado capitalista, no qual estudantes se transformam em clientes consumidores e Educação em mercadoria (SGUISSARDI, 2008). Isso tudo provoca um grande distanciamento da reflexão crítica e da educação como possibilidade emancipadora. O que se propõe não é a formação humana, mas a “educação-mercadoria”, como bem aponta Sguissardi (2008). Ressaltamos que a lógica mercantil tem participado ativamente da direção e execução das políticas educacionais, deixando as responsabilidades cada vez mais diluídas quanto aos direitos materializados em políticas sociais e também esvaziando das instituições públicas o poder decisório, com graves consequências para o processo de democratização (CARVALHO, 2013).

As reformas na educação superior, desde 1995, vêm exigindo das universidades uma nova capacidade: transformar o conhecimento em valor econômico e social e, logo, demonstrar sua relevância social para o desenvolvimento do país, seja no âmbito local, regional ou nacional, seja no âmbito internacional. Nessa perspectiva, as universidades devem assumir novas finalidades, como a formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho e para o empreendedorismo e a geração de conhecimento, tecnologias e inovação a serviço do capital produtivo. Nessa perspectiva, refletir sobre as finalidades das universidades no Brasil para o século XXI constitui-se em grande desafio para os investigadores desse campo, ao se considerar que a universidade possui uma natureza institucional própria, com objetivos e finalidades específicas e distintas de outras instituições. De acordo com Ferreira (2012, p.18):

Entender as novas finalidades e concepções propostas para as universidades no cenário da sociedade globalizada, marcada pela acirrada competitividade e pela reestruturação produtiva do capital, frente às novas exigências impostas ao seu *modus operandi*, sobretudo na sua forma de atuar, de produzir e de se organizar, torna-se imprescindível no atual momento histórico, principalmente para os interessados na defesa da universidade como bem público.

Para se manterem no mercado, as IES de pequeno ou médio porte têm que buscar novas formas de gestão e organização que as propiciem adaptar às novas ameaças e a vislumbrar oportunidades que as façam não apenas permanecer no mercado, como também encontrarem alternativas para manterem seus cursos no mesmo nível das grandes instituições. Por isso, neste cenário de crescente expansão e mercantilização da educação, o que se percebe são algumas particularidades que estão contribuindo para a mudança do contexto no ensino superior no Brasil. A principal delas é a diversificação

ampla dos tipos e modalidades de cursos oferecidos, que tem como consequência, por exemplo, a eliminação da rigidez dos currículos mínimos, a oferta de modalidades não convencionais, tais como: cursos técnicos, tecnólogos, sequenciais, educação continuada, graduação, cursos de especialização, pós-graduação *lato e stricto sensu* presencial e a distância⁴. Modalidades de cursos voltadas para um tipo específico de clientela com necessidades diferenciadas. Outra particularidade está relacionada à difusão da cultura da avaliação, explicitada pelos processos avaliativos regulados ou a cargo do Governo Federal.

A diversificação do sistema é outra tendência, nesse processo três projetos estão se destacando pelos impactos que têm provocado na formação: reestruturação e expansão das Universidades federais/REUNI; Ensino a Distância/EAD e a reestruturação do ensino profissional e tecnológico. A mercantilização do conhecimento também merece destaque, o ensino superior caminha para a massificação? O que se percebe é um processo de universalização que reduz a formação às necessidades do trabalho.

Sendo assim, torna-se importante entender como a IES, aqui em estudo, comporta-se e formula suas ações de sobrevivência e de competição nesse mercado tão competitivo e o que ela faz para se diferenciar das demais. Antes de apresentar os dados relativos à Fapam, julguei relevante fazer uma breve contextualização histórica e geográfica do lugar dessa Instituição no ensino superior do estado e na região onde se situa.

⁴Em dezembro de 2018, através da portaria 275, o MEC autorizou os cursos de pós-graduação a distância.

3. A FAPAM E O ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO CENTRO-OESTE DE MINAS GERAIS

Começo esse capítulo com uma breve descrição acerca do desenvolvimento do ensino superior no estado de Minas Gerais. Essa descrição, ainda que de forma sucinta, se mostra importante, pois servirá de referência para o entendimento do processo de evolução do ensino superior em Pará de Minas e região.

Em Minas Gerais, a criação da UFMG marca o início do ensino superior no Estado. A Universidade surgiu da união entre quatro (04) escolas de nível superior que então existiam em Belo Horizonte: Faculdade de Direito, Escola Livre de Odontologia, Faculdade de Medicina e Escola de Engenharia. Era uma instituição privada subsidiada pelo governo com o nome de Universidade de Minas Gerais (UMG). Em 1949, ocorre o processo de federalização, no entanto, a denominação UFMG só veio em 1965. Na década de 1960, começa a construção do *Campus* ocupando uma vasta área na região da Pampulha em Belo Horizonte.

Paralelo à implantação e expansão da UFMG, foi criada em 1958 a Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), maior e mais tradicional instituição privada de Minas Gerais, idealizada e concretizada por Dom Antônio dos Santos Cabral, ou Dom Cabral, como era mais conhecido. Seu grande objetivo era promover a formação cristã e o desenvolvimento social, além de assegurar que os jovens que emergiam dos colégios católicos pudessem completar sua formação em uma universidade também de cunho religioso. A UCMG, como era denominada, também surgiu da reunião de faculdades isoladas que passaram a integrar a Sociedade Mineira de Cultura, através do processo de expansão com a implantação de Faculdades no interior do estado como “extensões” da UCMG a partir da década de 1960.

Foi então, nesse período, que o Departamento da Faculdade de Filosofia Santa Maria pertencente à UCMG, criado em 1967, iniciou a implantação de cursos polivalentes de Ciências, Letras e Ciências Sociais em algumas cidades do interior como Curvelo, João Monlevade, Itabira, Mariana, Pedro Leopoldo, Ponte Nova e Pará de Minas, marcando o início da história da Fapam e do ensino superior em nossa cidade. De acordo com Maia (2006), esse processo de interiorização foi um marco importante para o

desenvolvimento embrionário de faculdades que, posteriormente, surgiriam dessa iniciativa da UCMG. A denominação PUC Minas veio em 1983 quando o Vaticano outorga o título de Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Em 1989, outra grande instituição de ensino superior é criada, a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), através do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira. Por esse decreto estadual, as fundações educacionais de ensino superior, instituídas pelo Estado ou com sua colaboração, puderam optar por serem absorvidas como unidades da UEMG⁵.

Como se percebe, a década de 60 no país foi marcada pela expansão do ensino superior, isso porque predominava nesse período a política desenvolvimentista que visava modernizar o país através de medidas como a interiorização do desenvolvimento e a industrialização, sendo a educação a melhor estratégia para concretização desses objetivos. Todavia a criação e estruturação do ensino superior não se deram apenas no setor público também houve um expressivo crescimento do setor privado. De acordo com Maia (2006, p.53):

(...) dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC), mostram que no ano de 2003 existiam em Minas Gerais 265 instituições de ensino superior, sendo 15 federais, 4 estaduais e 242 privadas. O número de alunos matriculados em cursos de graduação era de 371.752, sendo 84.502 em instituições públicas e 287.250 em privadas. O número de cursos de graduação no Estado era de 1.726, sendo 371 em instituições públicas e 1.355 em unidades privadas. Das 265 instituições, 40 estavam na capital e 225 no interior do estado.

A análise dos dados demonstra que a expansão do ensino superior em Minas Gerais se deu de maneira desigual, sobressaindo o setor privado que cresceu de forma mais

⁵Lei 11.539, de 22 de julho de 1994: as Fundações educacionais que fizeram opção por pertencer à Universidade e que seriam absorvidas segundo as regras estabelecidas na Lei, uma a cada quadrimestre, a saber: Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, de Diamantina, Fundação de Ensino Superior de Passos, Fundação Educacional de Lavras, Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas, de Varginha, Fundação Educacional de Divinópolis, Fundação Educacional de Patos de Minas, Fundação Educacional de Ituiutaba e Fundação Cultural Campanha da Princesa, de Campanha. Ainda pela mesma Lei foram incorporadas à Uemg a Fundação Mineira de Arte Aleijadinho- Fuma-, hoje transformada em duas escolas: Música e Design; a Fundação Escola Guignard; o curso de Pedagogia do Instituto de Educação, transformado na Faculdade de Educação, e o Serviço de Orientação e Seleção Profissional – Sosp – hoje, Centro de Psicologia Aplicada – Cenpa. A incorporação dessas unidades deu origem ao Campus BH, e as nove fundações optantes, a serem absorvidas pelo Estado, passaram a constituir-se em Fundações Agregadas, localizadas nos Campi Regionais. A Lei Delegada 91 de 29 de janeiro de 2003 definiu a estrutura orgânica básica da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – e o Decreto 43579 de 11 de setembro de 2003, estabeleceu as competências das unidades administrativas. (Site institucional).

acentuada que o público, todavia, os dados simplesmente refletem a tendência do cenário nacional de forte crescimento do setor privado de educação.

3.1. Ensino superior na região Centro Oeste de Minas Gerais

O ensino superior em Pará de Minas e na sua região de abrangência também teve início na década de 1960, com implantação de faculdades isoladas em algumas cidades. A título de contextualização para a pesquisa, apresento a seguir apenas as instituições localizadas em cidades mais próximas e que são consideradas concorrentes diretas da Fapam em razão da proximidade e facilidade de acesso a essas localidades.

Divinópolis é a maior cidade da região Oeste de Minas Gerais, a 12ª mais populosa do estado, destacando-se no setor têxtil, considerada cidade polo da moda mineira. Em 1965, foi criada a Faculdade de Direito do Oeste de Minas, a Fadom, mantida pela Sociedade Educacional e Cultural de Divinópolis. No intuito de formar mão de obra qualificada para o crescente mercado, novos cursos de graduação foram sendo criados ao longo da sua trajetória. No início dos anos 2000, a Fadom foi vendida para o grupo Pitágoras, que posteriormente foi incorporado ao Grupo Kroton, 6ª maior organização educacional do mundo e uma das maiores do Brasil. A Faculdade Pitágoras se tornou uma referência na região. Outra instituição privada criada em Divinópolis foi a Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Divinópolis, FACED. Todavia, em dezembro de 2018, a FACED foi vendida para a UNA BH, que faz parte do grupo Ânima Educacional.

A cidade de Divinópolis também se destaca no ensino superior público com um *Campus* da UFSJ, Universidade Federal de São João Del Rei, criado em 2008, pelo governo Lula, o *Campus* Dona Lindu é forte na área da saúde. Também conta com um *Campus* da UEMG, Universidade do Estado de Minas Gerais implantado em 1990 quando a Fundação Educacional de Divinópolis, FUNEDI, fundada em 1964, optou por se incorporar à Universidade do Estado, o que determinou novos rumos para a instituição com a criação de novos cursos e unidades acadêmicas a partir de 2001.

Importante cidade da região centro-oeste, Itaúna é reconhecida como cidade educativa, título que recebeu da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 1975, pela alta qualidade do ensino que a cidade oferece. Isso se deve em

parte pela criação e posterior expansão da Faculdade de Itaúna, instituição privada, criada em 1965, oferecendo vários cursos de graduação, pós-graduação e mestrado. Transformada em Universidade, foi uma das instituições que mais cresceu nos últimos anos na nossa região e durante muito tempo foi a principal concorrente da Fapam na disputa pelos alunos da região.

Em 1999, em Juatuba, pequena cidade da região, houve a implantação do Instituto J. Andrade. Também de iniciativa privada, oferecia cursos na área de Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social e Direito. No entanto, teve curta duração, encerrando suas atividades, de forma inesperada, sem comunicado prévio aos alunos, durante as férias de julho de 2015. No entanto, em 2016, a Faculdade de Ciências Sociais aplicadas de Minas Gerais, FACISA MG comprou o Instituto J. Andrade, através da Baião Consultoria e Contabilidade Ltda. A FACISA iniciou suas atividades em Juatuba no ano de 2018, após autorizações legais junto aos órgãos oficiais, com os cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Logística e Engenharia de Produção.

Nova Serrana se destaca no centro-oeste mineiro por ser um importante polo calçadista. Nos últimos anos, a cidade tem passado por uma expansão vertiginosa, sendo conhecida nacionalmente pela alta produção de calçados. Desde 2001, também ingressou na educação superior, quando foi criada a Faculdade de Nova Serrana (FANS). De iniciativa privada, começou pequena com apenas dois (2) cursos, Administração e Normal Superior, todavia, o crescimento econômico da cidade tem contribuído no fortalecimento da instituição, que passou a ofertar novos cursos. Assim, interessado em disputar esse importante mercado educacional na região, foi inaugurado recentemente, em 2017, mais um campus da UNA Bom Despacho em Nova Serrana.

O surgimento do ensino superior privado em Bom Despacho também é recente, data de 2001, com a criação da Faculdade de Bom Despacho – FACEB. No entanto, para se manter no mercado, a instituição tem passado por profundas mudanças. Em 2011 a FACEB se transformou em UNIPAC-FACEB. Em 2015, o grupo Alis Educacional incorporou a UNIPAC-FACEB, tornando-se Alis Faculdade de Bom Despacho. Em 2016, outra reestruturação, o Grupo Ânima, uma das mais relevantes organizações educacionais do Brasil, dono da UNA e da UNI BH, juntou-se ao grupo Alis Educacional, surgindo então a UNA Bom Despacho. A faculdade, que começou

pequena em 2001, hoje, em 2018, é um grande centro universitário, referência na região, passando a ser uma grande concorrente não só da Fapam como também das demais instituições de ensino superior da nossa região.

Pará de Minas, além da Fapam, criada em 1969, objeto deste estudo e que trataremos mais adiante, contou com mais uma instituição de ensino superior. Em 1998 um *campus* da Unincor – Universidade Vale do Rio Doce, foi implantado na cidade. Instituição privada, tendo como mantenedora a Fundação Comunitária Tricordiana de Educação. Através de um acordo estabelecido com a Prefeitura, que cedeu o terreno para a instalação do *campus*, a Unincor deveria trazer cursos importantes como medicina e mantê-los em funcionamento no município. A instituição iniciou suas funções oferecendo os cursos de Pedagogia, Ciências Contábeis, Enfermagem, Radiologia e Educação Física. No entanto, sem expandir seus cursos como o prometido ao longo dos anos em que esteve na cidade, a Unincor decidiu por encerrar suas atividades em dezembro de 2017. O motivo seria o processo de reestruturação da instituição e inviabilidade da manutenção dos cursos em Pará de Minas. Os alunos de Pedagogia, Ciências Contábeis e Enfermagem foram remanejados para a Fapam, que também oferece esses cursos, através de um acordo entre as duas instituições. A transferência desses alunos para a Fapam em fevereiro de 2018 ajudou a equilibrar a receita desses cursos que já estavam deficitários, o que contribuiu na sustentabilidade financeira da IES. Radiologia e Educação Física, em processo final de conclusão, permaneceram na Unincor até o final de 2018, quando então a instituição encerrou em definitivo suas atividades devolvendo o prédio do *campus* para a Prefeitura.

Como se pode perceber através dessa breve digressão histórica, o crescimento do ensino superior privado no Centro-Oeste de Minas não destoa da realidade nacional, reflete a tendência de mercantilização da educação que, através de fusões e aquisições, tem provocado profundas alterações no mercado educacional. A presença de grandes grupos educacionais como Kroton e Ânima em Divinópolis e Bom Despacho respectivamente, cidades tão próximas de Pará de Minas, assim como os polos de EAD, são exemplos claros desse intenso processo de transformação pelo qual o ensino superior privado tem passado, o que gera insegurança nas instituições de pequeno e médio porte como é o caso da Fapam.

3.2. Pará de Minas: história e identidade

Tratarei agora de apresentar informações sobre a microrregião de Pará de Minas para melhor entendimento do território e lugar de residência da Fapam, a fim de compreender a contribuição do lugar na construção da identidade dessa Instituição.

O lugar de inserção de uma instituição, segundo Moreira e Hespanhol (2007), expressa a cooperação e o conflito, a permanência e a mudança, a criação e a recriação das dinâmicas impostas pelas forças externas e internas do mundo. Para as autoras, “o lugar permite a co-presença, a convivência, a contiguidade, a vizinhança, a interação, o estar juntos”, (MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p.56). A localização física da instituição, suas atividades, seus significados e o espírito do lugar compõem a sua identidade. Nas palavras de Ferreira (2002), quanto mais profundamente se está dentro de um lugar mais forte é a identidade com ele. Corroborando essa ideia, Santos (1994, p. 97) afirma que:

A concepção de lugar está intimamente relacionada à própria definição de espaço: Tudo o que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. O que define o lugar é exatamente uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar.

Para compreender a configuração desse lugar e o processo de implantação e evolução do ensino superior na cidade, lançamos mão da análise de dados estatísticos e históricos. Esses dados ajudaram também a caracterizar a área de abrangência da Fapam e a sua relevância na implantação da educação superior em Pará de Minas assim como sua contribuição na promoção do desenvolvimento não só da localidade quanto do seu entorno.

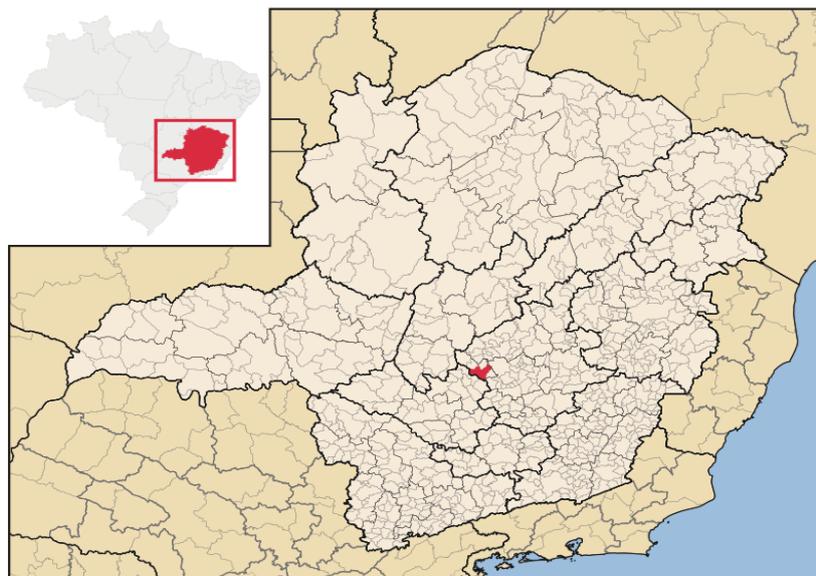


Figura 1: Localização de Pará de Minas em Minas Gerais
Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Localizada na parte central de Minas Gerais, distando da capital do Estado em 86 Km, limitando com os seguintes municípios: Norte - Onça de Pitangui e São José da Varginha; Leste - Esmeralda e Florestal; Sul - Mateus Leme, Itaúna e Igaratinga; Oeste - Conceição do Pará. O município é servido pelas seguintes rodovias: BR-262; BR-352; MG-431; MG-060, com acesso principalmente pela BR-262. Pará de Minas faz parte da mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, é a 3ª maior cidade do Colar Metropolitano, com uma população de aproximadamente 93 mil habitantes. Ocupa uma área de 551.247 km², sendo que 9,9 km² estão em perímetro urbano, (IBGE 2017). De acordo com a classificação do IBGE, Pará de Minas é considerado um Centro de Zona A, ou seja, apresenta importância regional por exercer influência preponderante sobre os municípios mais próximos, nesse caso, os municípios de Igaratinga, Maravilhas, Onça de Pitangui, Pequi e São José da Varginha.



Figura 2: Mapa da região de Pará de Minas
Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A história de Pará de Minas é muito semelhante à de todos os outros municípios que compõem a microrregião Centro-Oeste mineira e que fazem parte da rota dos bandeirantes, que percorriam os caminhos de Minas na busca pelo ouro e pedras preciosas em Pitangui, cidade considerada “berço de mais de 40 municípios de Minas Gerais”.

O início do povoamento de Pará de Minas⁶, área compreendida entre os rios Pará, Paraopeba e São João, remonta aos fins do século XVII, período de intenso movimento dos bandeirantes em busca do ouro. Em 1708 ocorreu a Guerra dos Emboabas, violento conflito armado entre paulistas e forasteiros que disputavam a exploração do ouro. Os paulistas reivindicavam a exclusividade na exploração, uma vez que foram eles os descobridores das minas, porém foram derrotados e expulsos, tendo que procurar o ouro em outras localidades. Dentre as bandeiras que estiveram presentes nessa região destacaram-se as de Fernão Dias Paes e Borba Gato, que vieram abrindo caminho pelo Rio Pará, até chegar a Pitangui. O escritor pará-minense Orlando Moreira (2008, p. 09) assim descreveu:

Após um merecido descanso, levantou acampamento e pôs-se em arremetida pelo agreste até encontrar os morros. De repente, um rio aparece e veem-se

⁶ Neste texto, a narrativa que prevalece sobre a História de Pará de Minas é a versão oficial, contada pelos vencedores. No entanto, essa versão limitada precisa ser complementada com estudos posteriores, que incluam a participação de outros atores, novos sujeitos que com certeza também construíram a História da cidade e que não estão presentes nessa versão oficial.

bugres com suas famílias à beira, onde os curumins nadavam resfolegados em alegria infantil nas límpidas águas rasas. Foi, então, que o carregador de brucacas da bandeira exclamou em tupy ou Guarany: - Pitang-i! Traduzindo, esse era o rio dos meninos ou água em que menino pode nadar. Estava descoberta a jazida dos sonhos que propunha as poucas 28 gramas e 68 centigramas de ouro apurado na bateia. Bueno, num vislumbre de sucesso, sentenciou: -Uma onça e oito oitavas. Foi o bastante para que o sítio fosse batizado no futuro próximo de Arraial de Nossa Senhora da Conceição da Onça, hoje conhecido como Cidade de Onça de Pitangui.

Sétima vila criada em Minas Gerais em 1715, Pitangui é considerada “Terra mãe do centro-oeste mineiro” (LIMA, 2016, p.53), por ser a cidade mais antiga da região. Com a descoberta do ouro em Pitangui, houve a necessidade da abertura de estradas, ou melhor, caminhos, ligando as minas ao território paulista. Foi então, em um desses caminhos, às margens do Ribeirão Paciência, que se organizou um ponto de pouso, de parada para os viajantes que seguiam em direção às minas. De acordo com o Museu Histórico de Pará de Minas, foi nesse local que um mercador ou desbravador de nome Manuel Batista, apelidado de “Pato Fofó” ou Patafúfio, acabou por se estabelecer em uma fazenda que passou a explorar. Como bem descreve Moreira (2008, p.10):

Havia uma fazenda em desenvolvimento com um ponto de comércio para as necessidades dos tropeiros. Seu proprietário era realmente diferenciado pelos comentários gerais, pois se contava que o lusitano gostava de aparecer como abastado para ganhar a confiança dos recém-conhecidos. Porém, a realidade era outra. Dizia-se que o cidadão apelidado de Patafúfio, em analogia ao seu aspecto físico bastante fofó e de baixa estatura, acentuado pela maneira de andar semelhante à de um pato, ainda carregava a fama de falso, de charlatão, de gente que aparentava ser o que não é, justificando o adjetivo fúfio (falso) da língua pátria.

A origem do povoamento e do nome Patafufo é considerada uma lenda, não tendo uma comprovação segura, no entanto, de acordo com Moreira (2008, p.13):

Embora se desconfie ser lenda a origem do nome Patafufo em relação ao ilustre comerciante português, fundador do lugar, não se tem dúvidas quanto ao nome próprio do homem que assinava vários documentos, juntamente com outros posseiros moradores da localidade, no empenho que se fez para a construção da antiga capela.

Lenda ou não, considera-se a casa, onde ele residiu, a primeira construção da cidade, tornando-se posteriormente o Museu. Manuel Batista fundou a primeira capela, de Nossa Senhora da Piedade do Patafufo. Também o lugar acabou recebendo o nome de Arraial do Patafufo em razão de seu apelido. Inicialmente a formação do arraial está diretamente relacionada à procura por novas áreas para minerar e ao comércio de abastecimento das bandeiras que se dirigiam às minas de Pitangui. No entanto, as características históricas de Pará de Minas também estão fortemente ligadas à

escravidão legalizada de negros africanos e também à captura de indígenas pelos bandeirantes. Posteriormente, devido à fertilidade da terra, desenvolveram-se aos poucos uma agricultura de subsistência, comércio e criação de gado, dando origem ao pequeno arraial.

De acordo com informações do Museu, a data de 06 de fevereiro de 1715 é o marco inicial histórico do reconhecimento do distrito de Patafufu que fazia parte da então criada vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, juntamente com todos os agrupamentos e povoações da região, ato reconhecido pela Carta Régia de D. João V e instituído pelo primeiro governador da Capitania de Minas Gerais, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Em 1846, a capela de Nossa Senhora da Piedade foi elevada à condição de Paróquia; em 1848, o arraial foi transformado em Vila do Patafufu. Em 1850, perdeu a condição de Vila, uma vez que não havia construído o edifício da Câmara; regularizada a situação, obteve novamente a condição em 1858, com a denominação de Vila do Pará, porém a instalação oficial ocorreu em 20/09/1859, sendo esta considerada a data de aniversário da emancipação política da cidade. Em 1872 perdeu novamente a condição de Vila, o que foi restaurado novamente em 1874. Em 1877, a Vila foi elevada à cidade passando a se denominar cidade do Pará. Foi somente em 22/09/1921 que a cidade passou a se denominar Pará de Minas.

A cidade cresceu e se desenvolveu às margens dos trilhos da ferrovia. A economia baseada na agricultura e pecuária começou a diversificar, a partir de meados do século XX, devido às mudanças e aos melhoramentos na infraestrutura de energia e transporte implementada pelo governo estadual. A partir dos anos 60 e 70, houve um acelerado processo de industrialização no estado através de investimentos nacionais e estrangeiros, o que refletiu no desenvolvimento socioeconômico não só da capital como também em algumas regiões do interior. Pará de Minas também se beneficiou desse desenvolvimento. O setor industrial e de serviços conheceu considerável crescimento nesse período com a instalação de indústrias de laticínios, de autopeças, agroindustriais, siderúrgicas e empresas de extração mineral. Todavia, desde os seus primórdios, teve na atividade rural sua vocação. A agropecuária está presente em praticamente todos os municípios da microrregião de Pará de Minas.

O desenvolvimento econômico provocado pelo agronegócio, especialmente a suinocultura e avicultura proporcionaram o crescimento dos demais setores

impulsionando em pouco tempo a economia diversificada da cidade tornando-a nas últimas décadas mais atrativa. A expansão vertiginosa da avicultura transformou Pará de Minas no principal polo estadual desse setor, sendo reconhecida nacionalmente como a capital mineira do frango. Por conseguinte, muitas indústrias, empresas de prestação de serviços, rede bancária e comércio escolheram se estabelecer aqui. Dessa forma, Pará de Minas acabou se tornando uma cidade polarizadora do desenvolvimento regional, de acordo com as análises de Maia (2006, p.67):

As cidades menores do seu entorno, como Maravilhas, Papagaios, Conceição do Pará, Pitangui, Pequi, Onça de Pitangui, Florestal, Juatuba, Nova Serrana, Leandro Ferreira, Igaratinga e São José da Varginha têm em Pará de Minas uma polarização comercial, de prestação de serviços e agroindustrial. Também no tocante à educação, Pará de Minas tem papel importante na região. É comum o trânsito de alunos dessas cidades em direção a Pará de Minas para cursar o ensino médio, o técnico e o superior, visto que a cidade possui uma infraestrutura mais desenvolvida.

Isso ocorreu porque as cidades menores, próximas ao município, que compõem a microrregião, não tiveram esse mesmo desenvolvimento, passando a depender de Pará de Minas para os mais diversos serviços dentre eles o educacional, especialmente o ensino superior, considerado fundamental para o desenvolvimento de uma região. Pará de Minas é uma das mais promissoras e dinâmicas dentro do contexto da sua microrregião, como se pode observar no quadro abaixo em que se identificam os principais municípios que fazem parte dessa região.

Quadro 01 - Indicadores socioeconômicos dos municípios da Microrregião de Pará de Minas - 2013

Município	PIB (R\$ mil)	%	População (habitantes)	%	PIB per capita
Pará de Minas	2.179.087	79,41	84.215	68,25	24.369,67
Pitangui	368.002	13,41%	25.311	20,51	13.732,96
São José da Varginha	81.701	2,97	4.198	3,40	17.932,51
Florestal	75.646	2,75	6.600	5,34	10.766,64
Onça de Pitangui	39.590	1,44	3.055	2,47	12.512,76
Microrregião de Pará de Minas	2.744.026	100	123.379	100	79.314,54

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base em dados do IBGE.

Como já discutido no capítulo 2, durante os governos militares, as reformas implementadas no campo educacional tinham como meta principal, o aumento da produtividade e da renda através da formação de recursos humanos, segundo Saviani (2008). Isso porque o aumento da escolarização dos trabalhadores melhoraria a produtividade tanto nas empresas públicas quanto privadas o que promoveria por consequência, o crescimento econômico. Estabelecendo uma relação entre educação e desenvolvimento, Maia (2006, p.24) salienta que:

Segundo a UNESCO e a OCDE, a educação é um fator primordial para os países, pois auxilia na competitividade mundial, promove o desenvolvimento social e humano, qualifica as pessoas para o trabalho, melhora a gestão pública e privada e possibilita o exercício da plena cidadania das pessoas, tornando-as conhecedoras de seus direitos e deveres.

Dessa forma, os investimentos em educação deveriam ser prioritários, tanto nos níveis fundamental, médio, técnico e superior uma vez que, a melhoria na educação tem um efeito social amplo. Sendo assim, as IES são agentes locais importantes, pois desempenham papéis significativos, proporcionando impactos sociais e econômicos expressivos nas regiões onde estão inseridas. O crescimento da economia local decorre da expansão do comércio e dos serviços, na geração de emprego, na formação de profissionais qualificados, aptos a atuar em funções específicas e na disseminação do desenvolvimento tecnológico. A formação de uma população mais culta, a partir da difusão de novas ideias, o contato com atividades culturais diversas concorre para a formação cidadã o que reflete na melhoria da qualidade de vida. No caso de Pará de Minas, a implantação do ensino superior, através da criação da Fapam, contribuiu inicialmente na formação de profissionais qualificados para atuarem nos mais diversos níveis de ensino, promovendo conseqüentemente o desenvolvimento não só da cidade como também dos municípios vizinhos.

Nesta perspectiva, analisar a trajetória histórica da Fapam é também descrever a evolução do ensino superior em Pará de Minas. Ao longo de seus 50 anos de existência, a IES em estudo foi gradativamente construindo uma identidade própria, com características de atuação peculiares, através de uma filosofia sempre pautada nos princípios religiosos e éticos, o que lhe permitiu construir vínculos identitários com a comunidade em que está inserida. Dessa forma, o lugar da Fapam na localidade é marcado por sua identidade, seu sentimento de pertencimento e o acúmulo de tempo e histórias, individuais e coletivas.

Assim, é válido ressaltar a relevância da IES em estudo na área educacional. Os cursos de Licenciaturas foram por quase três décadas, 1969 a 1998, o seu compromisso maior, qual seja, formar pessoas aptas para atuar na docência, suprimindo a demanda local, existente na época, de profissionais habilitados para exercer a função principalmente no ensino médio. Esta foi durante muitos anos a marca da Fapam, sua vocação ou identidade institucional, formar professores engajados com a educação, não só de Pará de Minas como também das cidades menores do seu entorno. Todavia a identidade, assim como o lugar não são estáticos, ao contrário, está em permanente mutação, decorrente da própria lógica da sociedade e das inovações técnicas que estão sempre em transformação, o que levou a Fapam a se moldar às necessidades locais, demonstrando sua capacidade de perceber as mudanças da sociedade de que faz parte e as várias contradições e desafios que a cercam.

Assim sendo, seguindo as tendências de expansão do ensino superior iniciado na década de 1990, a Faculdade de Pará de Minas deu o primeiro passo na direção da diversificação dos cursos ofertados. A criação do curso de Administração em 1998 oportunizou a formação de gestores para atuar nos setores produtivos, tão necessários ao desenvolvimento econômico da nossa região. Posteriormente, a partir dos anos 2000, procurando atender as necessidades locais, novos cursos foram sendo implantados, o que viabilizou a formação de profissionais aptos a atuar em diversas áreas, na medida em que a instituição disponibiliza, *a priori*, todo aporte educacional e tecnológico, atendendo não só às novas demandas que as atividades modernas exigem, como também cursos condizentes com a estrutura produtiva da região, como é o caso, por exemplo, do Agronegócio. Assim, a instituição contribui na dinamização da economia regional, potencializando os seus recursos locais por meio do suporte científico e tecnológico.

Como se percebe, ao longo do seu processo de expansão e de afirmação, nesse meio tão competitivo do ensino superior, a instituição em estudo foi se reformulando, se adequando às novas necessidades do mercado. Assim como o lugar, a Fapam se transforma, no entanto, suas características próprias e peculiares conseguem coexistir, contrariando as tendências homogeneizantes impostas pelo grande capital.

3.3. Abrangência da Fapam e seu público

A título de contextualização, apresento neste tópico a área de abrangência da Fapam bem como algumas características relacionadas ao perfil dos seus discentes para uma melhor caracterização da instituição pesquisada.

A área de abrangência da Fapam foi estabelecida levando-se em consideração a cidade de residência dos alunos matriculados na instituição. Sua atuação é maior em Pará de Minas e nos municípios menores localizados a cerca de 80 km, considerando-se no máximo uma hora de viagem, pois é essa a distância e o tempo em média que os alunos estão dispostos a percorrer todos os dias, devido ao fato de a maioria trabalhar durante o dia. Assim, podemos apontar como sendo área de influência da Fapam os municípios de Igaratinga, Maravilhas, Onça de Pitangui, Pequi, São José da Varginha, Papagaios, Conceição do Pará, Pitangui, Florestal, Juatuba, Nova Serrana, Itaúna e Leandro Ferreira. No mapa apresentado abaixo podemos visualizar as regiões que fazem parte do entorno de Pará de Minas, de onde os alunos se deslocam facilmente em direção à instituição a cada fim de tarde, devido ao fácil acesso pelas rodovias que cortam o município onde se encontra localizado o campus Fapam.

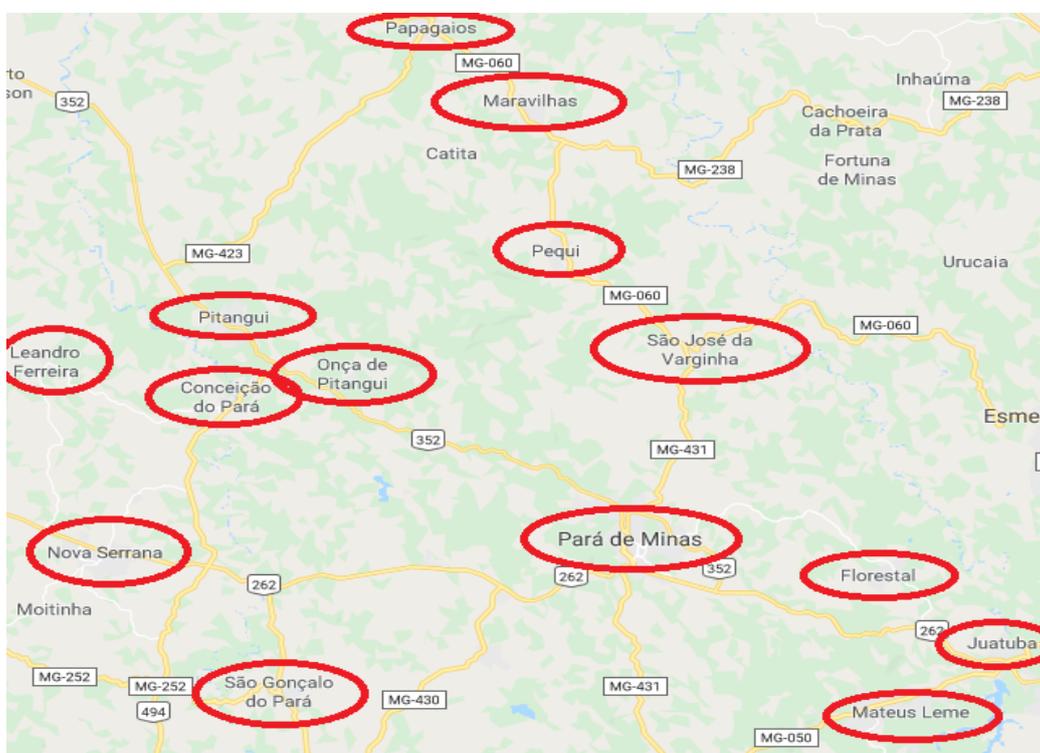


Figura 3: Municípios da área de abrangência da Fapam
Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

No quadro a seguir podemos observar os indicadores socioeconômicos dos municípios que compõem a área de influência da Fapam. Embora algumas cidades tenham desenvolvido muito nos últimos anos, Pará de Minas ainda continua mantendo-se em uma posição de destaque, o que reforça a análise sobre sua posição de polo de desenvolvimento de sua microrregião.

Quadro 02: Indicadores socioeconômicos dos municípios da área de abrangência da Fapam			
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL 2010	POPULAÇÃO ESTIMADA P/ 2018	PIB PER CAPITA
Pará de Minas	84.215	93.101	27.044,16
Conceição do Pará	5.158	5.480	43.314,10
Florestal	6.600	7.386	14.467,19
Igaratinga	9.264	10.709	30.860,01
Juatuba	22.202	26.484	42.637,37
Leandro Ferreira	3.205	3.233	12.082,05
Maravilhas	7.163	7.904	14.420,46
Mateus Leme	27.856	30.798	18.708,26
Nova Serrana	73.699	99.770	22.763,30
Onça de Pitangui	3.055	3.144	15.431,95
Papagaios	14.175	15.543	14.584,18
Pequi	4.076	4.379	13.032,88
Pitangui	25.311	27.755	14.907,58
São José da Varginha	4.198	4.927	18.039,62

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base em dados do IBGE

Ao procurar uma instituição para cursar uma graduação, o aluno está dando um passo importante para definir e encaminhar a sua carreira profissional. No entanto, esse aluno está cada vez mais exigente atento à qualidade e sensível ao preço dos serviços educacionais fornecidos, haja vista a alta competitividade do mercado do ensino superior privado, sempre na disputa por captação de alunos. É importante que a instituição esteja atenta às demandas desse novo alunado para atender as suas necessidades e expectativas, com o compromisso de oferecer uma formação de qualidade. Assim, é fundamental que a instituição conheça o seu público alvo, composto por pessoas que possuem interesse real ou potencial em cursar uma graduação a fim de garantir um alto índice de satisfação, pois esse mesmo público tende a torna-se divulgador da imagem da instituição. Diante do exposto, é interessante analisar algumas das características do perfil dos alunos da Fapam.

ORIGEM

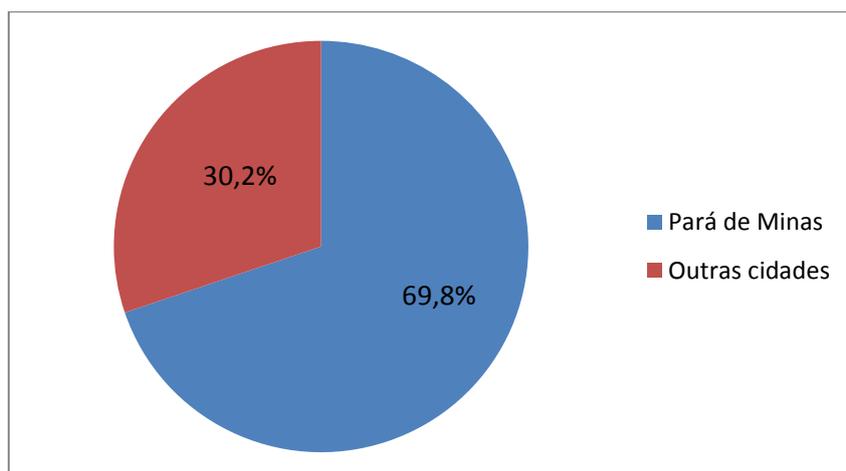


Gráfico 01: Perfil dos alunos atendidos pela Fapam- origem
Fonte: Banco de dados Fapam

Os números analisados são de 2018, conforme mostra a figura 4, quando o departamento de *Marketing* da Instituição começou a fazer esse tipo de levantamento; 69,8% dos alunos atendidos pela instituição são de Pará de Minas, enquanto 30,2% são de outros municípios do seu entorno. No gráfico a seguir podemos visualizar melhor as cidades que fazem parte da área de abrangência da Fapam.

ORIGEM/CIDADES

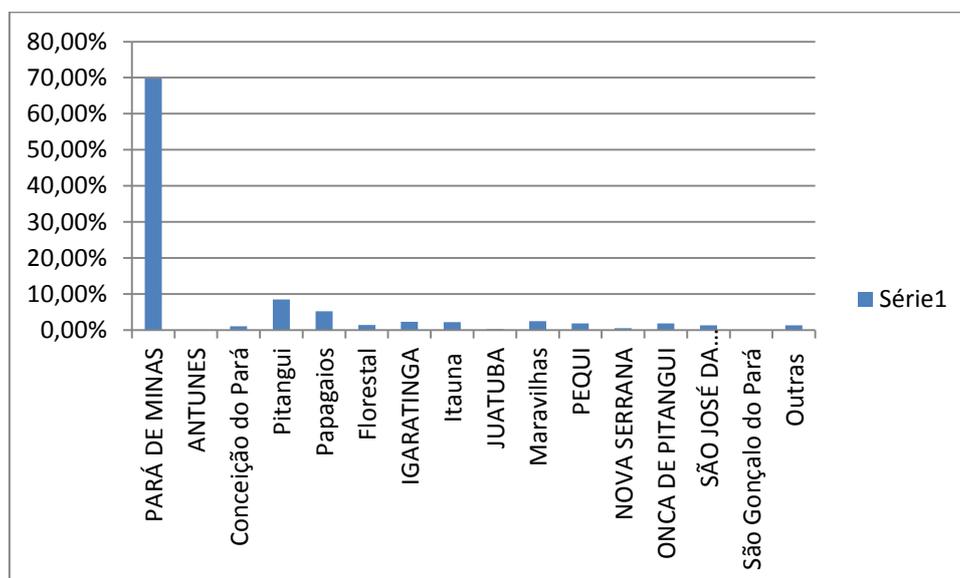


Gráfico 02: Perfil dos alunos atendidos pela Fapam- origem/cidades
Fonte: Banco de dados Fapam

IDADE

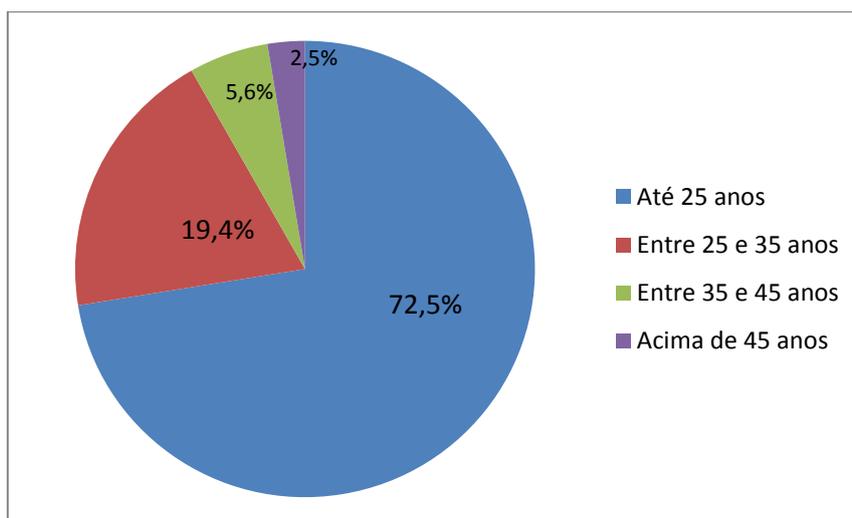


Gráfico 03: Perfil alunos atendidos pela Fapam- faixa etária
Fonte: Arquivos departamento Marketing Fapam

Quanto à idade, a análise do gráfico permite inferir que a maior parte do público atendido pela Fapam é composta por jovens, uma vez que 72,5% dos alunos estão dentro da faixa etária considerada ideal, até 25anos. Entre 25 a 35 anos estão 19,4% dos alunos; 5,6% estão entre 35 a 45 e 2,5% estão acima dos 45 anos.

GÊNERO

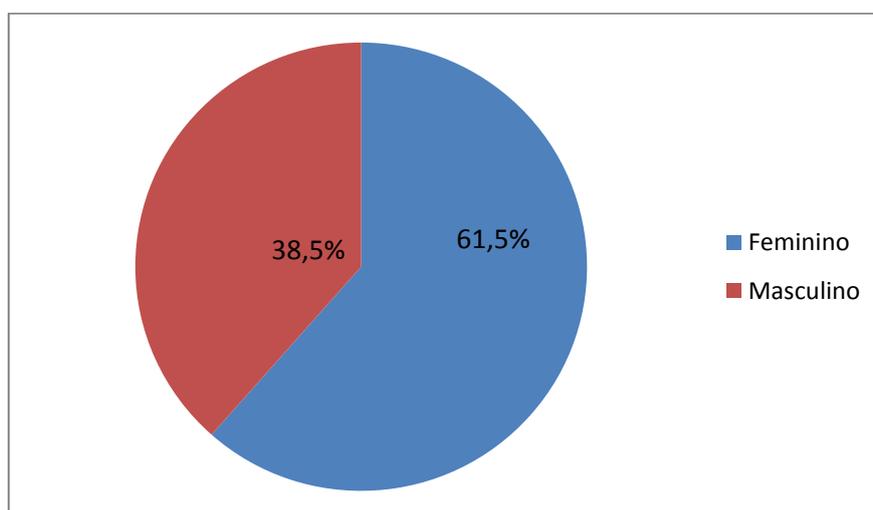


Gráfico 04: Perfil alunos atendidos pela Fapam- Gênero
Fonte: Arquivos departamento Marketing Fapam

Com relação ao gênero, mais da metade dos discentes são mulheres, 61,5%; enquanto 38,5% são homens. Embora as mulheres ainda constituam a maioria, o número de homens aumentou bastante ao compararmos com as primeiras turmas da instituição,

quando havia uma predominância de mulheres devido à existência somente de Licenciaturas. A implantação de novos cursos como Administração, Direito, Agronegócio, GTI, fez com que o número de homens aumentasse bastante na Instituição.

A identificação do perfil socioeconômico contribui para o sucesso do relacionamento entre a instituição e o seu corpo discente em curto, médio e longo prazo. Todavia é de grande importância que nesse levantamento outros aspectos sejam abordados, para isso o setor de *marketing* vem aperfeiçoando a sua atuação na Instituição. Destarte uma melhor compreensão do perfil do aluno pode ajudar na escolha e aplicação de direcionamentos que irão fomentar o desempenho do acadêmico e à melhoria da qualidade do ensino ofertado pela instituição, além de ser parte das ações realizadas por elas para enfrentar o mercado tão competitivo.

4. A CRIAÇÃO DA FAPAM E OS PRIMEIROS ANOS DA INSTITUIÇÃO: O período de 1969 A 1985

Este capítulo pretende registrar a história e redesenhar a trajetória da Fapam, Faculdade de Pará de Minas, traçando um panorama evolutivo de sua estrutura e organização desde sua criação, possibilitando assim, visualizar o movimento da instituição no sentido de se expandir, perpassando por uma breve narrativa sobre os fundadores da IES em análise bem como sobre a importância da estrutura física do local. Trazer a discussão histórica para a pesquisa é importante, pois, como descrito por Santos (1996), para aprender o presente é imprescindível um esforço no sentido de voltar, não somente ao passado, mas às categorias que ele nos legou.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, ou seja, entender sobre as ações de sobrevivência de uma instituição de ensino superior privado, sem fins lucrativos, no Centro-Oeste de Minas Gerais, no atual contexto de mercantilização da educação, considero relevante levantar a história da Fapam, com o apoio de estudos no campo da História das Instituições escolares. Autores como Buffa e Nosella (2009), Gatti Júnior (2002), e Sanfelice (2006), destacaram a importância de se rever o conceito de História Institucional, levando em consideração a problematização das instituições na sua relação com a comunidade envolvente. É importante também trazer para esse estudo uma perspectiva da micro-história que prioriza a “experiência vivida” das pessoas em suas relações com o mundo, os outros e a vida cotidiana, assim como a dimensão de historicidade da vida social, conforme aponta Viegas (2007).

O itinerário seguido por pesquisadores que se preocupam em construir interpretações a respeito das instituições educativas se pauta em apreender elementos que possam conferir a essas instituições, um sentido histórico, no contexto social de sua época, bem como suas influências até nossos dias, de modo a encontrar o movimento da escola com o movimento da sociedade à qual serve e é por ela constituída, ao mesmo tempo. Segundo Oliveira; Gatti Junior (2002, p. 74)

Historiar uma instituição educativa carece não perder de vista sua especificidade, mas, ao mesmo tempo, compreender sua totalidade. Dessa forma, o pesquisador busca mergulhar na interioridade da instituição a ser investigada, tentando construir uma historiografia que explique melhor os

fenômenos e a realidade educativa, ou seja, dê conta dos vários atores envolvidos no processo.

Contudo, para o conhecimento global da história da instituição escolar, é necessário que seja feita uma pesquisa que englobe todos os elementos envolvidos no processo histórico do objeto escolhido, visto que “a identidade dos sujeitos, suas memórias, destinos e projetos, como a memória e a representação da instituição, cruzam-se e fecundam-se mutuamente enquanto construção histórica”, como aponta Magalhães (2004, p. 66). Corroborar essa mesma ideia Sanfelice (2006, p. 24), quando argumenta sobre os motivos de fazer a história de uma instituição, segundo ele,

[...] os historiadores apontam que suas preocupações não são apenas as de registrar o passado e/ou o presente, por meio de uma narrativa baseada em fontes, mas de compreender e interpretar a própria educação praticada em uma dada sociedade e que se utiliza das instituições escolares, como um espaço privilegiado para executá-la. A singularidade das instituições educativas mostra e esconde como ocorreu e/ou ocorre o fenômeno educativo escolar de uma sociedade.

Como se observa, para investigar a história de uma Instituição, torna-se extremamente relevante saber sobre o que nela ocorreu. Como se deu o processo dinâmico de mudanças e readaptações que nos impulsiona a rever o campo histórico em consonância com seus interditos, suas sociabilidades, com os traços que entrelaçam a Fapam com a constituição social e histórica do lugar.

Como expressão desse dinamismo, apresento as alterações ocorridas no espaço físico da Instituição, desde a sua fundação em 1969 aos dias atuais. Um dos espaços que define uma instituição frente às demais é a sua estrutura física, o prédio, que expressa toda a sua funcionalidade institucional. O prédio da Fapam, espaço dedicado à educação, já traz por si só toda uma história, através das relações e vivências que foram sendo construídas ao longo do tempo em seu interior e nos arredores, tornando-se um elemento importante na marca identitária da instituição, fazendo parte inclusive da própria memória da cidade.



Figura 04: vista fachada do Asilo Padre José Pereira Coelho, 01/05/1951.
Fonte: Arquivo da Fapam

A fachada principal do prédio compõe o conjunto arquitetônico do patrimônio histórico da cidade, sendo tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico de Pará de Minas em 13 de abril de 1998, pelo Decreto Nº 2.768. O site do Muspam (s.d) assim descreve o *campus* Fapam:

O edifício em que se estabelece a Faculdade de Pará de Minas é composto por conjunto volumétrico tipicamente horizontal, do centro do qual culmina a Capela de São Geraldo, forma suntuosa que rebusca a simplicidade da composição. A simplicidade formal e funcional da edificação decorre das linhas geometrizadas do *Art Déco*, mesclado pela economia minimalista de formas aferidas pelo passado Colonial. A tomada visual do observador transeunte à Rua Ricardo Marinho, 110, vislumbra o edifício da Faculdade de Pará de Minas – outrora Asilo – a uma grande distância, que se afigura em seu conjunto bem composto e conservado. O edifício pode ser considerado, no cumprimento de sua utilização, um bem valioso à população, marcando presença significativa no contexto histórico e social de Pará de Minas, e hoje dispensado à mais alta graduação do ensino do Município.

Contudo, o prédio não traz somente a história, a marca do passado, traz também uma visão de futuro na medida em que proporciona aos seus discentes uma oportunidade de se prepararem não só para o mercado de trabalho como também para a vida. Por isso, muitas vezes o prédio sofre intervenções, passa por alterações como demolições, reformas, ampliações, adaptações, enfim, adéqua-se aos novos tempos e aos novos desafios. A Fapam tem passado por essas alterações sem, no entanto, perder suas características originais.

A Faculdade de Pará de Minas funciona em construção própria, em um amplo terreno arborizado, com uma área total de 52.762,94 metros quadrados, tendo uma área construída de 14.369,51 m² sendo o local de fácil acesso para moradores de toda a região. O local do Campus FAPAM é tranquilo e privilegiado, em uma ampla infraestrutura dividida em quatro blocos, com prédios de até três andares com salas amplas e arejadas, laboratórios, banheiros, salas de apoio pedagógico, salas administrativas, salas de aula dotadas de recursos de multimídia, uma biblioteca e dois auditórios. Em relação à infraestrutura das instalações administrativas, a IES possui departamentos administrativos amplos e estruturados para proporcionar o melhor ambiente possível para os funcionários, como também atendimento de referência aos alunos. No ano de 2017 foram realizadas significativas melhorias nas dependências institucionais, (CPA, 2017).



Figura 05: Vista aérea e panorâmica atuais da Fapam
Fonte: Arquivo Fapam

As alterações no espaço físico expressam as várias fases vividas pela local. Resgatar parte dessa história, ainda que a título de esclarecimento, torna-se importante uma vez que o objeto proposto no estudo não surgiu do nada: há toda uma história, um contexto que o antecede. O prédio foi construído na década de 40, para abrigar meninas órfãs, com idade entre seis e doze anos, oferecendo desenvolvimento físico, moral e cívico, bem como a formação religiosa. Também havia o interesse de centralizar em único

órgão a assistência, a proteção e o amparo às famílias pobres da cidade. Inaugurado em 1951, com o nome de Asilo Padre José Pereira Coelho, ficando sua coordenação a cargo das Irmãs da Congregação Maria Auxiliadora. A bênção de inauguração foi dada pelo Arcebispo D. Antônio dos Santos Cabral, ou apenas Dom Cabral, como era conhecido, fundador da PUC Minas. Já em 1959 a denominação do local foi alterada para Educandário Padre José Pereira Coelho, como forma de adequar o nome às finalidades e características do lugar, haja vista que o termo asilo causava mal estar nas meninas ali educadas. Todavia, mesmo com a nova denominação, o local permaneceu sendo conhecido como Asilo, como muitos até hoje assim se referem.

Em 1972, devido a muitas dificuldades internas e a desistência das Irmãs em continuar à frente da instituição, o Educandário encerrou suas atividades. A Confraria Nossa Senhora da Piedade transfere então para o local o Ginásio José Porfírio de Oliveira de 1º e 2º graus, fundado por Padre Hugo, que funcionava no local onde hoje é atual Casa de Cultura. O Ginásio mudou de nome passando então a se chamar Ginásio Padre José Pereira Coelho. Nesse mesmo ano, a Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas também transfere suas atividades do Colégio das Irmãs para o prédio do Asilo, ficando na parte mais nova, que já havia sido construída em anexo ao prédio antigo, como será visto mais adiante.



Figura 06: Vista fachada do prédio Fapam -1984
Fonte: Arquivo Fapam

Como o prédio era muito grande e as turmas da Faculdade muito poucas, a Confraria Nossa Senhora da Piedade alugou as dependências do prédio no período diurno para o Estado para funcionamento de classes anexas de 1ª a 4ª série, chamado de Escola

Estadual Nossa Senhora Auxiliadora, para atender às crianças dos bairros adjacentes ao Asilo. Esta escola funcionou no período de 1973 a 1979, quando foi transferida para a sua sede própria onde permanece até os dias atuais com ensino Fundamental e Médio. Assim, durante um certo período, o prédio do Asilo chegou a abrigar três instituições de ensino: na parte mais antiga funcionava o Ginásio Padre José Pereira Coelho, na parte mais nova funcionava, no período matutino e vespertino, o colégio Nossa Senhora Auxiliadora e no período noturno a Faculdade de Ciências Humanas.

No entanto, na década de 80, a parte mais antiga do prédio já se encontrava em péssimas condições, inclusive com alguns locais correndo o risco de desabar, com dificuldades para promover as reformas, a Prefeitura decidiu por transferir o ginásio para outro local, fundindo-o posteriormente com a Escola Estadual Ângela Maria de Oliveira. As atividades do Ginásio Padre José Pereira Coelho foram encerradas em 1983. Toda a documentação referente ao Ginásio foi então arquivada nessa escola. Em 1988, após algumas reformas, a prefeitura implantou no local o Recriância, projeto pedagógico destinado a crianças carentes. O projeto funcionou até 1996. A partir daí, a direção da Faculdade, juntamente com a sua mantenedora, decidiu por ocupar todo o prédio. Esse breve relato tem como objetivo apresentar, ainda que de forma sucinta, a história do prédio, outrora Asilo, posteriormente *campus* Fapam, para uma melhor contextualização da instituição pesquisada.

4.1. Os primeiros anos da Instituição

Para compreender a história da fundação da Fapam, é necessário articulá-la às políticas para a educação superior postas em funcionamento pela ditadura civil-militar implantada em 1964, pois é nesse contexto que o meu objeto de estudo se insere.

Como já analisado anteriormente foi durante a ditadura militar, particularmente após a Reforma universitária de 1968, que se verificou uma acelerada expansão do ensino superior no país principalmente em estabelecimentos isolados de ensino e no setor privado. Essa expansão foi resultado da mobilização dos estudantes em 1964, insatisfeitos com a estruturação do sistema universitário e a incapacidade desse sistema de absorver o grande número de alunos excedentes. Dessa forma, como o Estado não conseguia, com menos investimentos, aumentar o número de vagas no ensino superior, passou a autorizar cursos superiores de faculdades isoladas, oferecidas pelo setor

privado. Vale ressaltar que até a década de 1950, o ensino superior brasileiro sempre esteve concentrado nas grandes cidades e capitais do país. Uma das particularidades da expansão do ensino a partir da década de 1960 foi a sua interiorização. Neves (2012) aponta que a partir de 1970 se iniciou a criação de cursos isolados que tinham uma tendência maior para o interior de alguns estados brasileiros. Esse movimento caracterizou o processo de interiorização do ensino superior, permitindo que várias pessoas tivessem acesso à formação superior. Convém, porém, ressaltar que foi somente na década de 1990 que o movimento de interiorização do ensino superior no Brasil expandiu -se, de acordo com Fernandes (2009, p. 189):

A expansão e a interiorização tiveram suas bases firmadas tanto na necessidade de aumentar o acesso ao ensino superior, devido às cobranças advindas da população, como também esteve atrelada à necessidade de formar mão de obra qualificada para o mercado. Quando as instituições de ensino superiores já não tinham espaço nas grandes cidades, passaram a ser instaladas em cidades do interior. Neste momento histórico de tanta perplexidade e incertezas, houve um despertar para a necessidade de instrumentalizar o ser humano para enfrentar a nova ordem mundial.

Acompanhando essa tendência da expansão do ensino em nível nacional e estadual foi que o ensino superior chegou a Pará de Minas através da implantação de uma unidade de extensão da PUC Minas em 1968. A implantação da Faculdade foi fruto de um convênio firmado entre a Sociedade Mineira de Cultura e a Confraria Nossa Senhora da Piedade em 25 de outubro de 1968 e registrado em 18 de junho de 1971 no cartório do 2º Ofício de Pará de Minas. Como já mencionado, nesse período, a PUC-Minas inicia um processo de interiorização passando a oferecer cursos em outras cidades além de Belo Horizonte. Na época era Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, mantida pela Sociedade Mineira de Cultura.

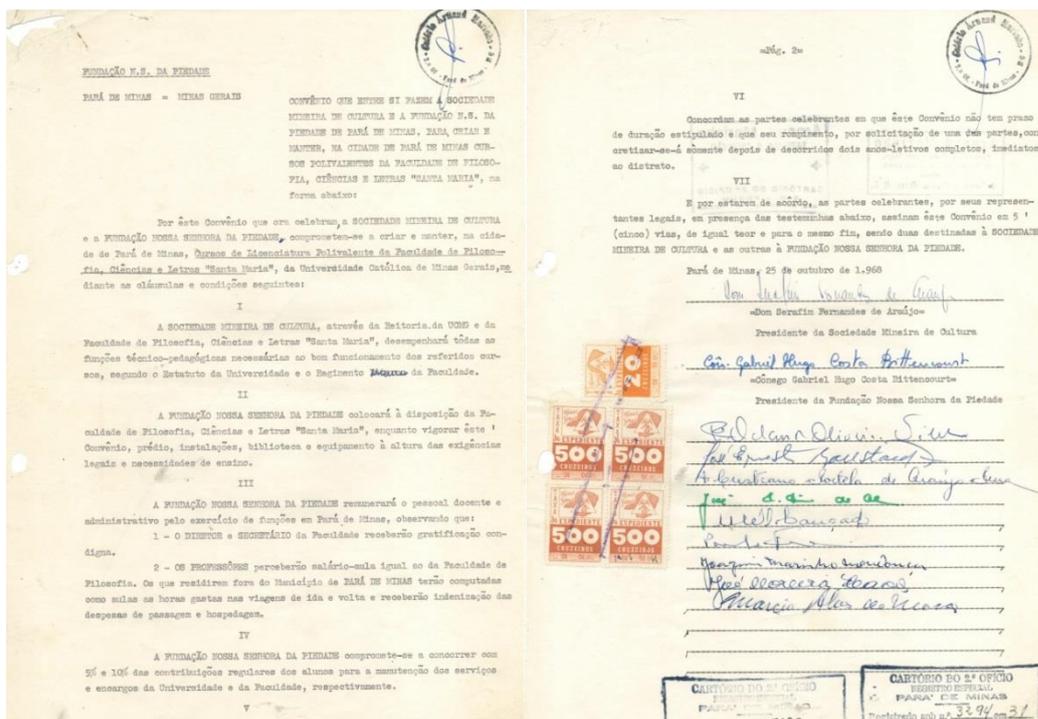


Figura 07: Convênio firmado entre a Sociedade Mineira de Cultura e a Confraria Nossa Senhora da Piedade - 25 de outubro de 1968. Fonte: Arquivo Fapam

Assim, nascia a Faculdade de Filosofia, Letras, Estudos Sociais e Ciências de Pará de Minas, ou Faculdade de Ciências Humanas como ficou conhecida. Acredita-se que a amizade e a profunda admiração de Cônego Gabriel Hugo da Costa Bittencourt, pároco da Matriz de Nossa Senhora da Piedade, por Dom Cabral, fundador da PUC Minas, deve ter influenciado na escolha da cidade de Pará de Minas para a implantação de uma extensão da PUC Minas. A implantação do ensino superior no município foi fruto do esforço e dedicação de Padre Hugo, tendo o importante apoio do professor Mello Cançado, então secretário de educação do Estado e cidadão pará-minense e de Dr. Paulo Mendonça Ferreira, membro da Confraria de Nossa Senhora da Piedade, entidade religiosa, os quais viam na implantação da faculdade uma possibilidade de trazer maior progresso e avanço cultural para a região bem como a intenção da igreja católica em expandir sua atuação nas regiões mineiras, de forma a não ceder espaço para outras correntes ideológicas ou religiosas. Padre Hugo tinha como ideal dar oportunidade ao jovem trabalhador de ter acesso a uma educação superior acompanhada de uma formação cristã.

Dada a importância desses atores na fundação da Fapam, é preciso apresentar brevemente a história desses três personagens responsáveis pela implantação do ensino superior em Pará de Minas. Todavia, é salutar destacar a importância e a presença forte

de seu grande idealizador e pai fundador, Padre Hugo, que, com sua persistência e empenho, conseguiu levar adiante esse seu grande projeto educacional.

Cônego Gabriel Hugo da Costa Bittencourt, ou simplesmente Padre Hugo, como era conhecido por todos, nasceu em 24/01/1924, era natural de Barbacena, Minas Gerais. Muito culto, de uma inteligência rara, possuía um extenso e louvável currículo, foi sacerdote, educador, empreendedor, construtor, músico, compositor, um grande artista. Ordenou-se padre em 1950 e já em 1955 chegou a Pará de Minas para comandar os trabalhos na paróquia de Nossa Senhora da Piedade. Foram 51 anos de vida sacerdotal dos quais 47 dedicados a essa mesma paróquia e à cidade que ele escolheu como sua terra querida. Era um homem de temperamento forte, gênio difícil, muito conservador, extremamente rígido com relação ao respeito pela Igreja, com as regras de comportamento e a moral. Essas características, tão próprias, fizeram dele uma figura singular: para muitos era amável e carismático e temido para outros tantos pará-minenses. Não é difícil encontrar pela cidade alguém que tenha um episódio interessante que padre Hugo tenha protagonizado. No entanto, todos concordam que ele foi um grande homem, que fez muito por Pará de Minas.

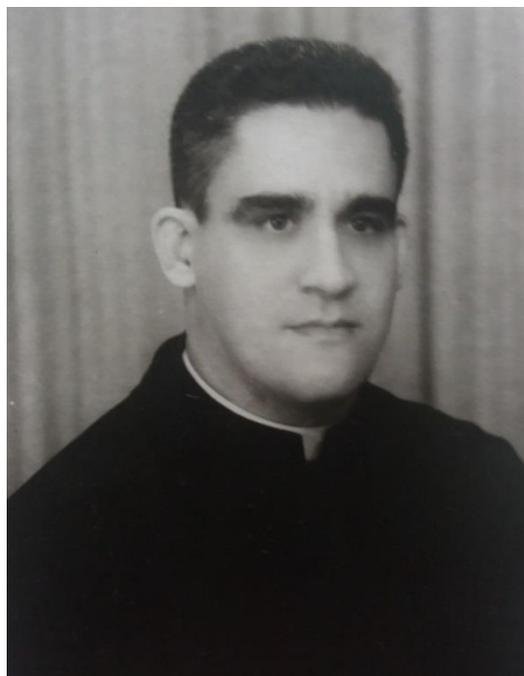


Figura 08: Cônego Gabriel Hugo da Costa Bittencourt
Fonte: Arquivo da Fapam

Muito dinâmico durante as quase cinco décadas em que esteve à frente do Santuário de Nossa Senhora da Piedade, grande obra idealizada e concretizada por ele, fundou 32 igrejas e capelas. Entretanto não se limitou apenas ao sacerdócio, que exerceu com louvor. Padre Hugo dedicou-se também em promover o desenvolvimento da educação e da cultura. Foi ele quem criou a Bandeira e o Hino do município, além de inúmeros poemas, canções, brasões, selos e logomarcas. Dentre as inúmeras obras, que realizou e que serão lembradas como grande legado deixado por ele, destacam-se a fundação da primeira creche do município, a Creche-lar Santa Terezinha, o Colégio Comercial Nossa Senhora da Piedade, a Confraria Nossa Senhora da Piedade, a Gráfica Nossa Senhora da Piedade e a Faculdade de Pará de Minas, onde foi professor por muitos anos. A Fapam, objeto deste estudo que será tratado mais adiante, foi motivo de grande orgulho para ele. Padre Hugo morreu em 2002, aos 78 anos de idade, recebendo o profundo pesar do povo pará-minense.

Professor Antônio Augusto de Mello Cançado, mais conhecido como professor Mello Cançado, era natural de Pará de Minas. Nasceu em 01/03/1912, filho de professores, seguiu a carreira dos pais, iniciando no magistério em 1929. Doutor em Direito, dedicou grande parte da sua vida à Educação. Foi Secretário da Educação de MG, em 1965; Diretor do Departamento de Educação de MG, de 1961 a 1964; Membro Fundador do Conselho Estadual de Educação, de 1962 a 1981; Presidente da Câmara de Ensino de 1º Grau do Conselho de Educação de MG, de 1962 a 1981. O amor à terra natal fez dele um grande benfeitor do município, especialmente no campo educacional, em que realizou inúmeras obras através da canalização de recursos para construção de escolas, de laboratórios, fundação da biblioteca municipal e juntamente com Padre Hugo, criação e reconhecimento da Fapam. Suas ações resultaram em inúmeros benefícios, que ajudaram a promover o progresso da cidade. Professor Mello Cançado faleceu em 1981, deixando um enorme legado educacional, conforme dados do Museu Histórico de Pará de Minas.

Dr. Paulo Mendonça Ferreira, cidadão pará-minense, advogado, foi vereador por dois mandatos, presidente da Câmara por cinco vezes e atuou na prefeitura de Pará de Minas. Foi Chefe de Gabinete de Ovídio de Abreu, então Secretário de Estado da Fazenda do governador Israel Pinheiro. Sua presença no Governo de Minas resultou em grandes benefícios para a cidade, que recebeu muitas obras. Teve grande destaque no direito, na política e também na educação do município. Foi um dos fundadores da Fapam, e

coordenador da instituição no período de 1973 a 1985. Dr. Paulo faleceu em maio de 2018.

A Faculdade iniciou seus trabalhos em 15 de março de 1969, com apenas três salas com um total de 62 alunos ingressantes sendo 10 homens e 52 mulheres. Não contando com sede própria, as aulas eram ministradas nas dependências do Colégio Sagrado Coração de Maria (conhecido como Colégio das Irmãs), onde permaneceu até abril de 1972.



Figura 09: Colégio Sagrado Coração de Maria, Colégio das Irmãs, primeira sede da Fapam 1969-1971.
Fonte: Arquivo Fapam

Embora com excelente localização, no centro da cidade, as instalações não eram apropriadas para abrigar uma faculdade, contando apenas com quadro negro e professor, faltavam biblioteca e laboratórios, por exemplo. No quadro a seguir podemos observar a evolução da primeira turma que inaugurou a Faculdade.

QUADRO 03: NÚMERO DE ALUNOS INGRESSANTES E CONCLUINTES DA 1ª TURMA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE PARÁ DE MINAS		
Alunos		
Cursos	Ingressantes (1969)	Concluintes (1971)
Ciências	15	12
Estudos Sociais	24	21
Letras	23	20

FONTE: Dados extraídos pela pesquisadora dos livros de matrícula e colação de grau - arquivos da Fapam.

Diante disso, em maio de 1972, a mantenedora decidiu dar uma sede própria para a instituição, transferindo-a para o antigo prédio do Asilo Padre José Pereira Coelho de propriedade da Confraria, localizado na Rua Ricardo Marinho, 110 no Bairro São Geraldo, onde permanece até hoje. Espaço amplo, que após as devidas reformas teria condições de abrigar os cursos iniciais e os próximos que futuramente chegariam. Todavia a nova sede ficou muito afastada da área urbana, o local era considerado perigoso, isolado demais à noite, estrada de terra, empoeirada, sem iluminação, era quase uma aventura. Cinquenta anos atrás, em uma cidade pequena do interior, era difícil a locomoção. A Fapam, no entanto, persistiu e continuou no mesmo lugar. Hoje, não se gastam mais que dez minutos de carro para chegar ao centro da cidade. O que antes era um lugar ermo e isolado se transformou num *campus* integrado à cidade.



Figura 10: vista do Campus Fapam – 1972 – Fonte: Arquivo Fapam

Os cursos oferecidos eram Licenciatura curta em Letras, Estudos Sociais e Ciências, com duração de três anos. A escolha pelas licenciaturas deveu-se ao fato de não ser necessário um elevado investimento e, a princípio, visava atender à demanda de formação de professores para atuarem nas escolas da região nos níveis fundamental e médio, isso porque no interior o número de professores habilitados era muito pequeno se comparado aos grandes centros urbanos. A longo prazo, com a implantação de novos cursos, a Faculdade poderia contribuir para que os concluintes do ensino médio pudessem dar continuidade aos estudos, ingressando no ensino superior, sem precisar deixar a região. No entanto a proximidade de Pará de Minas com a capital e a pouca atratividade dos cursos de licenciaturas oferecidos pela Fapam aliado à sua péssima

localização, fez com que, por muito tempo, as famílias com melhores condições financeiras continuassem mandando seus filhos para estudar em Belo Horizonte, almejando uma formação em cursos cujos diplomas tivessem um peso social mais significativo.

Decorre desse fato então o baixo número de matrículas, o que gerou grandes dificuldades financeiras para a manutenção e reconhecimento da instituição, uma vez que a única fonte de receita para seu custeio era constituída pelas mensalidades pagas pelos alunos, o que não era suficiente para cobrir as despesas referentes ao pagamento de professores e pessoal técnico-administrativo. A Confraria, mantenedora da instituição, contribuía através de pequenos repasses conseguidos através de verbas pleiteadas junto ao governo federal, mas isso era somente em casos esporádicos. Pela leitura das atas das reuniões da Confraria é possível perceber o grande entusiasmo de Cônego Hugo pela instituição que considerava “um enorme patrimônio da cidade”. Ele, porém, também descreve sua preocupação permanente em relação à situação financeira da instituição que vivia num permanente estado de crise:

A Faculdade de Filosofia continua sendo um sério problema. (...) A Faculdade de Filosofia é para nós uma preocupação contínua. No ano passado não houve lucro nem prejuízo. Neste ano precisamos tomar novas providências para a sua manutenção, já que as despesas aumentaram. (...) Conto com a oração de todos os confrades no sentido de que a Virgem da Piedade nos inspire uma boa solução, (Ata da Confraria Nossa Senhora da Piedade da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Pará de Minas. N°1 p. 73 verso, 1970).

Importante ressaltar que de 1969 a 1985, período em que vigorou o convênio de extensão, a PUC Minas, além de emprestar o nome e manter as portas abertas da Fapam, dava todo o suporte pedagógico, auxiliando com os Currículos de Cursos, Programas, disciplinas a serem ministradas, etc. O próprio vestibular era de sua responsabilidade, desde a elaboração, aplicação, correção, classificação e divulgação; bem como toda a documentação, notas, históricos dos alunos, também era enviada pela PUC. Nos diplomas oferecidos não constava nenhuma assinatura da extensão, somente carimbos que indicavam se tratar de extensão. No início, os alunos formados recebiam apenas um certificado, somente a partir de janeiro de 1977, os diplomas passaram a ser registrados, quando os cursos foram reconhecidos. Embora contasse com todo apoio pedagógico da PUC, a parte financeira, ou seja, disposição e manutenção das instalações e dos equipamentos, bem como a remuneração do pessoal docente e administrativo ficava a

cargo da própria instituição, aliás, essa era uma das condições estabelecidas para que a PUC autorizasse a abertura dos cursos de extensão no interior do Estado.

Diante desse fato, percebe-se já no primeiro ano de sua fundação, o desejo por parte de alguns membros da Confraria, de encampar a Faculdade o mais breve possível. E o primeiro passo foi dado através das mudanças feitas no Estatuto da Confraria em doze de outubro de 1970, acrescentando o artigo 17 que amplia suas atividades dando-lhe poderes mais amplos principalmente no setor de educação e cultura. De acordo com esse artigo a Confraria passa a ter também a finalidade de criar, manter, encampar e associar Faculdades, cursos, escolas e estabelecimentos de educação e cultura, dentro da comunidade de Pará de Minas, inclusive os cursos polivalentes⁷ da Faculdade de Filosofia já em funcionamento. Em 1973 a Confraria assume como mantenedora da Faculdade e já começa a dar entrada na documentação para aprovação dos cursos, o que não seria uma tarefa fácil. Por isso foi firmado um novo convênio com a PUC Minas, em que esta reafirma a sua responsabilidade pedagógica, ficando a parte financeira por conta da Confraria, o que, aliás, já acontecia.

O processo de reconhecimento já havia sido encaminhado ao MEC, e em 12/04/74 a comissão verificadora, designada pela portaria de número 192/74 iniciou os trabalhos no campus da PUC Minas a qual estavam ligados os cursos de licenciatura de Pará de Minas, quando se verificou que a documentação apresentada era insuficiente, pois, havia ausência de Regimento Geral e ainda não possuía laboratório e nem biblioteca bem equipada. Verificou-se também que o corpo docente não possuía qualificação exigida e que não havia dados sobre o funcionamento dos cursos. Em face de tais deficiências, a comissão sugeriu uma revisão completa do processo. Em maio de 74, a comissão esteve na cidade para examinar a situação dos cursos. Percorrendo a instalação dos cursos, constatou-se que as deficiências relativas aos aspectos de funcionamento deles não haviam sido sanadas. Sendo assim um novo prazo foi estabelecido para que a instituição atendesse as exigências feitas pela comissão.

O laboratório de física, química e biologia para o curso de Ciências foi adquirido pela Faculdade em quatro de junho de 1974, com apoio conseguido junto a Câmara e a

⁷ Entende-se aqui por polivalentes os cursos que davam duas habilitações, ou seja, **Letras**: habilitação em Português e Inglês; **Estudos Sociais**: Geografia e História; **Ciências**: Ciências e Matemática.

Prefeitura que através do então prefeito Walter Martins⁸, fez a doação do laboratório de pesquisa e também de uma biblioteca, que nas palavras de Cônego Hugo eram “de valor inestimável” e ajudariam no processo de reconhecimento. (Livro Ata nº 1, p.95, 1975).

A fim de acompanhar e regulamentar o processo de reconhecimento dos cursos, foi criada uma comissão sugerida pelo prefeito Walter Martins para resolver assuntos relativos ao reconhecimento da Faculdade composta pelo Dr. Paulo Mendonça Ferreira coordenador da Faculdade e presidente da comissão, Sra. Maria Izaltina Menezes Leite, inspetora seccional de ensino; Faustino Mendes Faria presidente da Confraria, o vereador Simeão Stelito de Oliveira, presidente da câmara e o vereador Geraldo Marinho. A designação foi feita através da portaria número 243 de 5/12/74. A partir daí a comissão ficaria encarregada de resolver todas as pendências que estavam travando o processo.

Em 24 de junho de 1974 a Comissão do MEC retornou a Pará de Minas e verificou que todas as exigências anteriores relativas à biblioteca e ao laboratório haviam sido cumpridas. Finalmente, os cursos inicialmente oferecidos foram reconhecidos, através Parecer nº. 3.757 de 09/11/76, processo número 15.437/75, Decreto nº. 79.090, de 04/01/77, publicado no Diário Oficial em 05/01/77, pág. 67.

O primeiro grande passo havia sido dado, os cursos estavam reconhecidos. O problema agora era a necessidade urgente de reforma do prédio, e a instituição já se encontrava com um enorme déficit. Para resolver este problema, foi aprovada, em reunião da mantenedora, a venda de um carro de propriedade da mantenedora e que o dinheiro arrecadado seria usado na reforma. Para saldar parte da dívida, devido ao aumento dos salários dos professores, a mantenedora decidiu por uma doação mensal para ajudar nos gastos mensais da instituição.

Nesse mesmo período foi recebida uma verba de subvenção do governo federal pleiteada pela Confraria e repassada para a instituição, essas verbas quando chegavam ajudavam no fechamento do orçamento que geralmente era deficitário proporcionando um alívio temporário nas despesas. No entanto, o perigo de fechamento era permanente. A Fapam não conseguia se manter com seus próprios recursos dado ao número pequeno

⁸Walter Martins Ferreira era operário, do partido PTB, foi eleito com apoio das massas trabalhadoras e da juventude. Foi prefeito por dois mandatos: 1963-1966 e 1973-1976 pelo MDB após a extinção do PTB, no período da ditadura militar.

de matrículas. Pela análise do Livro de Matrículas percebe-se que de 1969, ano de fundação, a 1977, ano do reconhecimento dos cursos, a média de matrículas anuais era de apenas 54 alunos. E esta tendência de queda continuou se acentuando, os anos de 1981, 1982 e 1983 foram críticos com uma média de apenas 30 alunos ingressantes anualmente. Nesse mesmo período a PUC Minas começou a demonstrar desinteresse pela manutenção de suas extensões no interior. Era necessário então tentar ampliar a instituição através da abertura de novos cursos. Já havia pedidos de autorização para Ciências Contábeis, além do desejo de implantar Pedagogia, Enfermagem e Administração, mas não era uma tarefa fácil. Além de dispendioso, era um processo bastante demorado devido à grande burocracia. Diante disso, muitos membros da mantenedora achavam que a coisa mais certa a fazer era negociar o processo de encampação da Faculdade transferindo-a para a prefeitura que assumiria como sua mantenedora através de sua Fundação Municipal. Assim, de acordo com Cônego Hugo: “nossa cidade não ficaria privada de sua faculdade que tanto e tão grande benefício tem prestado à nossa cidade e cidades vizinhas”, (Livro Ata nº 3, p.8, 1984).

Nesse cenário de incertezas, em 13/10/1984, em reunião extraordinária da Confraria, foi comunicado o fim do convênio entre a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e a Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas.

A PUC, entendendo ter cumprido o seu papel de formar e habilitar professores para o 1º grau, nos cursos de Licenciaturas de curta duração, decidiu, em caráter geral, não mais manter nenhuma extensão no interior. E em consequência dessa decisão, entendia ter chegado a hora de Pará de Minas passar a ter uma Faculdade autônoma com a denominação de Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas, (Ata da Confraria Nossa Senhora da Piedade da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Pará de Minas. Nº3. p. 08,1984).

Segundo o coordenador dos cursos de extensão da PUC Minas, professor Aurélio Rodrigues de Andrade, Pará de Minas tinha total condição de manter a instituição, dando assim o primeiro passo para a criação e instalação do seu próprio parque de ensino superior. A decisão de rescindir o convênio partiu da PUC Minas e foi comunicado à Confraria em 12 de novembro através do ofício / R / Nº 121 / 84, de 16 de agosto de 1984, comunicou que o Egrégio Conselho Universitário da PUC-MG, através da Resolução 03/84, deliberou suspender as funções técnico-pedagógicas que desempenhava nas extensões no interior do estado.

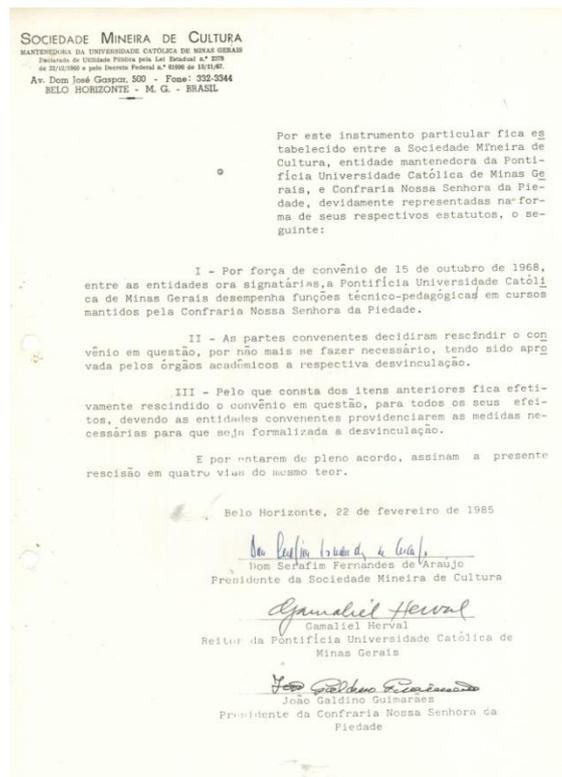


Figura 11: Documento de rescisão do Convênio entre da PUC/MG e a Confraria Nossa Senhora da Piedade, 16/08/1984 – Fonte: Arquivo Fapam.

A decisão foi acatada pela Confraria que passou a responder pela parte pedagógica, administrativa e financeira da Faculdade. No entanto, esta situação não agradava a todos os membros da Confraria, em correspondência enviada à PUC Minas o presidente expõe todo o seu descontentamento:

A deliberação entristeceu-nos profundamente, porque nos sentimos orgulhosos de pertencer à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na qualidade de Mantenedora de uma das Extensões.

Os relevantes serviços prestados pela Pontifícia Universidade Católica, no nosso caso específico, a Pará de Minas, e uma grande região circunvizinha, são imensos e somente o tempo se encarregará de dar-lhe o valor e dimensão que realmente tiveram.

Assim, antes de mais nada, queremos trazer à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na pessoa de Vossa Magnificência, os melhores, os mais sinceros agradecimentos da comunidade de Pará de Minas, em afirmando que a Universidade ocupa lugar de suma importância na história educacional da comuna (Ata da Confraria Nossa Senhora da Piedade da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Pará de Minas. Nº03, p.08, 1984).

Cônego Hugo, fundador do ensino superior em Pará de Minas, foi quem noticiou que para conseguir tal feito estava vendo a possibilidade de firmar um convênio entre a Confraria Nossa Senhora da Piedade e a Fundação Municipal de Educação de Pará de Minas (FUMEPAM), órgão da Prefeitura Municipal através do qual a municipalidade daria todo suporte financeiro e técnico-administrativo à Faculdade e abriria perspectivas

de autonomia para a instituição. Em três de dezembro de 1985 pelo Parecer 798/85 do Conselho Federal da Educação, processo número 23001.000249/85-82, publicado no Diário Oficial da União, houve o desligamento da PUC Minas, tornando assim uma Faculdade autônoma.

A notícia do desligamento entre a PUC Minas e a Confraria Nossa Senhora da Piedade, mantenedora da Fapam, assim como o convênio firmado entre a FUMEPAM e a Confraria, foi a matéria escolhida para a inauguração do principal veículo de comunicação impresso da cidade de Pará de Minas, o Jornal Gazeta Paraminense. Em sua edição de número 01 de 10 de novembro de 1984, a matéria da capa noticiava o início da trajetória independente da Fapam.



Figura12: exemplar de nº 01 de 10/11/1984, do Jornal Gazeta Paraminense.
Fonte: arquivo do Jornal Gazeta Paraminense

A notícia foi recebida por todos com muita alegria, Pará de Minas podia continuar contando com sua própria Faculdade. No entanto, o cenário era de incertezas diante das inúmeras dificuldades financeiras enfrentadas pela Instituição. Como forma de tentar sanar as enormes despesas, a Confraria decidiu por vender o terreno onde se localiza o *campus* para a Prefeitura em 1984. Assim, com o dinheiro da venda, a direção da instituição pôde colocar em dia as inúmeras despesas. Posteriormente, em 1992, através de um acordo entre a Prefeitura e a Confraria Nossa Senhora da Piedade, mantenedora da instituição, foi concretizada a doação do terreno e do prédio para a Fapam. A legalização do processo de doação foi concretizada em 1994.

5. A MAIORIDADE INSTITUCIONAL: O período de 1985 aos dias atuais

Este capítulo tem por objetivo apresentar a história da Fapam, a partir do seu desligamento da PUC Minas, ou seja, retratar a fase de autonomia da IES a fim de entender o seu processo de expansão e desenvolvimento no período de 1985 a 2014, bem como analisar as ações de sobrevivência da Instituição pesquisada, no período de 2014 a 2018, frente às mudanças educacionais e à grande competitividade no ensino superior.

5.1. Emancipação: início da trajetória independente

A notícia do desligamento da PUC Minas, em 1985, foi motivo de muita euforia, afinal, Pará de Minas tinha agora sua própria Faculdade e não mais uma extensão. No entanto, foi em meio a um cenário de incertezas e grandes desafios que a Faculdade de Ciências Humanas iniciou sua trajetória de forma autônoma, buscando expandir-se e firmar-se como uma Instituição independente e conceituada não só no município, mas também em toda a região.

Os cursos oferecidos pela Fapam até então eram Licenciaturas Curtas; por ocasião de sua emancipação, a Faculdade contava com pouco mais de 200 alunos, era preciso, então, criar estratégias, para ampliar o número de ingressantes. Dessa forma, a Plenificação, termo usado para designar os cursos de Licenciatura Plena destinados a formar professores da Educação Básica e Infantil, seria importante não só para suprir a demanda da região por professores habilitados para lecionar no segundo grau como poderia também contribuir no aumento de matrículas na IES. Assim, o primeiro movimento de expansão, nessa nova fase da Instituição, foi a autorização do Ministério da Educação, por meio da Portaria nº. 152, de 24/02/1988, para o início das Licenciaturas Plenas em Letras, com habilitação em Português e Inglês; Geografia, História e Ciências com habilitação em Matemática.

Os cursos de Licenciaturas, divididos até então em Curta e Plena, a partir da lei 9.394/1996 da LDB, passaram a ser Licenciatura Plena. Os cursos de Licenciatura Curta foram extintos no Brasil em 1999. Analisando os números de matrículas iniciais na Instituição durante todo o período em que permaneceu como extensão, ou seja, de 1969

até 1984, percebe-se que não havia uma regularidade e que o número de ingressantes era muito pequeno, como mostra o quadro abaixo:

QUADRO 04- EVOLUÇÃO DAS MATRICULAS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS PARÁ DE MINAS POR ANO E CURSO 1969 A 1984				
Ano	Cursos			
	Ciências	Estudos Sociais	Letras	Total
1969	15	24	23	62
1970	11	15	15	41
1971	26	20	15	61
1972	32	—	19	51
1973	27	31	20	78
1974	33	—	26	59
1975	35	—	—	35
1976	50	—	—	50
1977	53	—	—	53
1978	36	—	—	36
1979	45	34	—	79
1980	46	24	27	97
1981	26	—	—	26
1982	23	—	—	23
1983	40	—	—	40
1984	18	—	35	53

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados obtidos nos livros de matrículas – arquivos da Fapam.

A média anual de ingressantes no período de 1969 a 1984 era de 53 alunos, no entanto, em alguns anos como 1975 a 1978 e 1981 a 1983, apenas o curso de Matemática conseguiu formar nova turma. O curso de Estudos Sociais era o menos procurado chegando a ficar vários anos seguidos sem uma turma de calouros. Essa falta de estabilidade se manteve durante todo o período em que a Instituição iniciou suas atividades até o ano da emancipação, o que refletiu no número de formandos, como se observa no quadro abaixo. Os dados para essa análise foram obtidos por meio dos Livros de Ouro e de Colação de Grau que fazem parte do acervo da instituição:

QUADRO 05- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS CONCLUINTES NA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS POR ANO E CURSO - 1971 A 1984				
Ano	Cursos			
	Ciências	Estudos Sociais	Letras	Total
1971	12	21	20	53
1972	6	15	11	32
1973	48	20	32	100
1974	22	26	18	66
1975	18	—	21	39
1976	—	—	—	0
1977	22	—	—	22
1978	35	—	—	35
1979	31	—	—	31
1980	23	20	—	43
1981	25	19	—	44
1982	33	—	—	33
1983	29	—	—	29
1984	33	23	—	56

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir dos dados dos livros de ouro e colação de grau – Fapam

A observação do quadro nos permite algumas considerações: o número médio de alunos formados no período de 1969 a 1984 foi de 42 alunos por ano. Um dado relevante é o pequeno número de desistentes nas três primeiras turmas da instituição, dos 62 ingressantes em 1969, 53 concluíram os cursos em 1971. No entanto, o que chama mais atenção é a ausência de formandos em determinados anos e cursos. Letras é o que mais se destaca, de 1976 a 1984, não houve formaturas nesse curso. Cruzando os dados do quadro 3 com o anterior, percebemos que como não houve matrículas nos anos de 1975 a 1979 nos cursos de Estudos Sociais e Letras, isso resultou na ausência de formaturas posteriormente. Um dado curioso, no ano de 1976, não teve concluintes em nenhum dos três cursos, de acordo com os dados obtidos nos livros de registro. No Livro de Ouro encontra-se apenas a informação de que não teria havido formatura nesse determinado ano. Isso nos leva a concluir que a taxa de evasão era muito alta, com muitos trancamentos, pedidos de transferência ou mesmo abandono do curso.

Esse número reduzido de alunos acarretava constantes dificuldades financeiras enfrentadas pela Instituição. Para conseguir se manter, a IES contava com a ajuda da prefeitura e da sua mantenedora, a Confraria Nossa Senhora da Piedade, que contribuíam financeiramente, complementando a folha de pagamento, além de distribuir bolsas de estudos. Essa ajuda recebida foi de extrema importância para que a Instituição conseguisse arcar com suas despesas, já que as matrículas por si só não eram suficientes, além de contribuir significativamente na vida de muitos jovens, ajudando-os a conseguir uma formação profissional.

A década de 1990 foi marcada por uma nova expansão do ensino superior no país, reflexo da ampliação do acesso à educação básica na década anterior que assegurou a mais de 90% da população em idade escolar o direito à educação e elevou o número de concluintes do ensino médio, ampliando assim a demanda social por maior escolarização, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Importante ressaltar que essa nova demanda é formada não somente por jovens concluintes do ensino médio, mas também por pessoas mais velhas, pressionadas pelo mercado e pela própria sociedade para obtenção de uma titulação maior. Por conseguinte, as instituições públicas não conseguiriam suprir essa demanda. O governo então tomou medidas visando facilitar a abertura e o funcionamento de instituições privadas, assim, muitas passaram a contar com programas de financiamento dos cursos pelo governo.

É nesse contexto de expansão do ensino superior privado que a Faculdade de Pará de Minas começa a esboçar sua evolução. A implantação dos cursos de Licenciaturas Plena em 1988, como já mencionado, acompanhada de seu reconhecimento em 1992, contribuiu para que a Faculdade adquirisse certa estabilidade, assim como, credibilidade na região e ampliasse o número de matrículas. No quadro a seguir, podemos perceber um crescimento significativo do número de ingressantes após a Fapam ter se desligado da PUC Minas em 1985:

QUADRO 06- EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE PARÁ DE MINAS POR ANO E CURSO – 1985 A 1998				
Ano	Cursos			
	Ciências	Estudos Sociais	Letras	Total
1985	34	50	28	112
1986	36	105	48	189
1987	51	53	50	154
1988	30	52	50	132
1989	49	56	37	142
1990	43	29	20	92
1991	52	51	51	154
1992	48	31	38	117
1993	50	50	50	150
1994	50	42	46	138
1995	50	47	50	147
1996	50	50	50	150
1997	50	49	49	148
1998	50	50	50	150

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir dados obtidos nos livros de matrícula – arquivos da Fapam

Observa-se nesse período uma elevação substancial no número de matrículas que passaram de 56 ingressantes em 1984, conforme o quadro 05, para 112 em 1985, um aumento de 111%. Esse número ainda é maior em 1986 quando as matrículas chegam a 189, um crescimento de 69% em relação ao ano anterior, e a tendência de aumento continua nos períodos seguintes mantendo-se uma média de 140 alunos ingressantes por ano na IES. Mantém-se uma regularidade com uma média de 50 ingressantes por ano nos três cursos, fato que não se observa no período anterior, como já demonstrado. O que explicaria tal situação? Além da atuação mais dinâmica da nova direção que assumiu a Instituição, também a procura pela complementação em Licenciatura Plena por parte de muitos profissionais que já atuavam na educação tanto na cidade quanto nas regiões vizinhas, isto porque grande parte dos professores só possuía habilitação para lecionar no ensino de 1º grau, denominação que era usada na época, muitos atuavam no 2º grau de forma irregular. A Plenificação contribuiria muito para elevar a formação

desses profissionais que teriam a possibilidade de retomar os estudos fazendo apenas a complementação. No quadro seguinte, podemos visualizar a evolução do número de concluintes na Instituição no mesmo período, 1985 a 1998.

QUADRO 07- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS CONCLUINTE NA FACULDADE DE PARÁ DE MINAS POR ANO E CURSO - 1985 A 1998							
Ano	Cursos						
	Ciências	Estudos Sociais	Letras	Matemática	História	Geografia	Total
1985	15	—	—	—	—	—	15
1986	14	—	19	—	—	—	33
1987	—	46	59	—	—	—	105
1988	16	88	34	—	—	—	138
1989	14	02	41	25	16	31	129
1990	06	02	09	—	—	24	41
1991	02	—	24	—	—	29	55
1992	—	—	13	—	20	—	33
1993	—	—	12	15	—	20	47
1994	—	—	22	11	—	24	57
1995	—	—	30	28	29	—	87
1996	—	01	32	22	—	29	84
1997	—	22	24	—	21	—	67
1998	—	—	27	26	14	20	87

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir dos dados dos Livros de Ouro e Colação de Grau – Arquivo Fapam

Podemos perceber um crescimento significativo do número de concluintes após 1987, quando a Fapam havia se desligado da PUC Minas. O número de formandos nesse período aumentou de 42 para 70 alunos por ano. Um crescimento significativo quando comparado com o período anterior, 1969 a 1984. No entanto, embora houvesse um crescimento expressivo de alunos ingressantes a partir de 1986, o que não acontecia com o número de alunos concluintes, pois havia muita desistência, contribuindo assim para as constantes dificuldades financeiras enfrentadas pela Instituição. Importante esclarecer que, mesmo após a aprovação da Licenciatura Plena, o curso de Estudos Sociais continuou tendo apenas uma entrada anual, com os alunos cursando disciplinas

comuns nos três primeiros períodos em uma mesma turma e a partir do 4º período podiam optar por História ou Geografia. A turma poderia ser dividida em duas, uma para História e outra para Geografia, dependendo do número de alunos, como aconteceu em 1989 e 1998. No entanto, na maioria das vezes só havia a formatura em uma habilitação. O mesmo procedimento também acontecia com o curso de Ciências cuja habilitação era em Matemática. Isso explica porque no quadro de matrículas temos Estudos Sociais e Ciências, já no de concluintes tem-se Matemática, História e Geografia. A partir de 1992, as habilitações passam a ser somente em Matemática, Letras, História e Geografia. A Licenciatura curta em Ciências é extinta, assim como, a partir de 1998, Estudos Sociais também é extinto, passando a existir separadamente, desde o primeiro período, os cursos de História e Geografia.

O período seguinte de análise, 1999 a 2005, foi de crescimento através da instalação de novos cursos. As novas demandas e a nova gestão da diretoria, nessa nova fase, propiciaram à Fapam uma reorganização da oferta de cursos que se deu com mudanças ano a ano, como mostram os dados dos quadros a seguir:

QUADRO 08- EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS POR ANO E CURSO - 1999 A 2005							
Curso	Ano						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ciências	50	50	50	—	—	—	—
Estudos Sociais	50	50	52	—	—	—	—
Letras	50	50	52	51	42	46	31
Geografia/ História	—	—	—	59	50	50	38
Matemática	—	—	—	52	51	39	48
Administração	80	80	84	83	80	86	83
Ciências Biológicas	—	—	52	51	51	50	51
Direito	—	—	—	—	—	228	151
Enfermagem	—	—	—	—	—	—	75
Nutrição	—	—	—	—	—	—	57
Total	230	230	290	296	274	499	534

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir dos dados obtidos nos livros de matrícula – arquivos da Fapam.

A análise do quadro acima permite inferir que, de 1999 a 2003, o número de matrículas manteve uma média de 260 alunos por ano, sendo o curso de Administração o responsável por uma média de 80 alunos ingressantes por ano nesse período. A Fapam iniciou o curso de Administração, em 1999, após a autorização do MEC, com habilitação de Bacharel em Administração de Empresas. O curso de Ciências, que já possuía uma Plenificação em Matemática, foi desmembrado no curso de Ciências Biológicas, – Licenciatura Plena, conforme autorização do MEC em 2000 e no ano seguinte, a Fapam passou a oferecê-lo, mantendo uma média de 50 alunos ingressantes anualmente. Dessa forma, Ciências com licenciatura curta e Estudos Sociais com duas habilitações já não são oferecidos mais a partir de 2002. Ainda em 2002, o Curso de Ciências – Plenificação em Matemática, foi transformado em Curso de Matemática – Licenciatura Plena, neste mesmo ano, foram matriculados 52 alunos nesse curso. Em 2004, tem-se início o curso de Direito, responsável pelo acelerado crescimento das matrículas na Instituição. Também nesse período de final da década de 90 e início dos anos 2000, iniciaram-se os cursos de Enfermagem e Nutrição. Em 2004 e 2005, o número de matrículas teve um crescimento muito expressivo, cerca de 200 %.

Esse crescimento se deve aos novos cursos que passaram a ser ofertados, Direito a partir de 2004 e Nutrição e Enfermagem a partir de 2005. Todavia, a implantação do curso de Direito, com duas entradas anuais, foi o grande divisor de águas na Fapam, ao ampliar significativamente o número de alunos, com uma média de 150 ingressantes todos os anos, proporcionando, juntamente com o curso de Administração, maior reconhecimento e visibilidade para a Instituição.

Outro fator relevante na análise do quadro 08 é a estabilidade na oferta dos cursos de Licenciatura no período de 1999 a 2005, mantendo-se uma média de 50 alunos ingressantes. O que explica esse aumento no número de matrículas nos cursos de Licenciatura teria sido a promulgação da nova LDB que instituiu a Década da Educação no Brasil. O artigo 87 da lei 9.394 de 20 de novembro de 1996, parágrafo 4º, estabeleceu novas regras para a formação de professores para trabalhar na Educação Básica. De acordo com a nova lei, somente seriam admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço para atuar na Educação Básica, estabelecendo um prazo de 10 anos a partir da publicação da nova lei para que os profissionais que já atuavam pudessem complementar sua formação, uma vez que grande parte deles só possuía o Magistério. A partir daí, houve uma explosão dos cursos

de Licenciaturas em todo o país e na Fapam não foi diferente. Embora a lei fosse de 1996, foi entre 2001 e 2005 a maior expansão, quando já estava terminando o prazo de 10 anos estabelecidos pelo governo. O quadro a seguir ilustra a evolução do número de concluintes da IES no período de 1999 a 2005:

QUADRO 09 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONCLUINTES DA FACULDADE DE PARÁ DE MINAS POR ANO E CURSO - 1999 A 2005							
Ano	Curso						Total
	Letras	Matemática	História	Geografia	Administração	C.Biológicas	
1999	39	32	20	30	—	—	121
2000	46	23	25	19	—	—	113
2001	42	38	20	19	—	—	119
2002	47	35	17	24	—	—	123
2003	28	31	17	12	54	—	142
2004	52	39	27	14	43	26	201
2005	27	64	19	08	52	30	200

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir dos dados obtidos nos livros de colação de grau – arquivos Fapam.

Na análise do quadro acima, percebemos certa regularidade no número de concluintes assim como acontecera no número de novas matrículas na Instituição, no período de 1999 a 2002, com uma média de 119 formandos anualmente. Em 2003, o número sobe para 142 com a formatura da primeira turma do curso de Administração. Temos o ano de 2004 como ano da formatura da primeira turma de Ciências Biológicas. Nesse ano houve um aumento expressivo com 201 concluintes, sendo o curso de Letras o responsável pelo maior número, 52 formandos. Em 2005, o crescimento se mantém com 200 concluintes. Importante destacar que o curso de Administração entre 1999 a 2006, tinha duração de cinco anos, a partir de 2007, a duração do curso passou a ser de quatro anos e meio e de 2008 em diante o curso passou a ser oferecido com duração de quatro anos.

A nova direção, que assumira a Instituição em 1998, foi a grande responsável por esse expressivo crescimento e regularidade no número de matrículas. Com um projeto arrojado de expansão da Instituição através da implantação de novos cursos precisou fazer grandes investimentos na infraestrutura através da construção de novos prédios e reforma dos já existentes. Sendo uma instituição privada sem fins lucrativos, a nova

gestão passou a investir todos os seus excedentes financeiros, oriundos do aumento do número de matrículas, na parte física da instituição, o que deu origem ao novo *campus* Fapam. Assim, promoveu a reestruturação do departamento financeiro através de uma estrutura organizacional totalmente informatizada, criada para dar maior agilidade ao setor, contando com uma equipe técnica composta de profissionais experientes e capacitados. Foi nesse período também que houve a construção de novos laboratórios gerais e específicos com equipamentos modernos para cada curso, além da construção de um novo auditório e reforma do antigo. A secretaria também foi toda informatizada, proporcionando maior agilidade em todo o registro acadêmico. Tem-se ainda a construção da nova biblioteca bem mais espaçosa, atendendo as necessidades de estudo dos discentes com ampliação do seu acervo, além da ampliação e reforma dos espaços de convivência da Instituição com a criação da nova lanchonete. Na parte pedagógica, houve a reestruturação dos cursos através dos projetos políticos pedagógicos e investimentos na contratação de docentes mestres e doutores, área considerada deficitária até então, além de funcionários graduados para os diversos setores. Enfim, a Instituição passou por uma reformulação completa, em praticamente todos os setores, buscando adequá-la não só às exigências legais dos órgãos fiscalizadores, mas, acima de tudo, à melhoria do ensino ofertado aos seus alunos contribuindo assim para o grande crescimento do número de matrículas na Instituição.

Acompanhando esse período de mudanças, foi encaminhado para aprovação do MEC em 1998, o novo Regimento Geral da Instituição, adequado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB – Lei n. 9394/96, sendo também solicitada, nessa mesma ocasião, a alteração da denominação da IES para Faculdade de Pará de Minas – Fapam. O novo Regimento adequado à LDB foi aprovado pelo MEC em 18 de maio de 1999 (com alterações realizadas pela Instituição em 2002 e 2003), sendo também aprovada, em outubro de 1999, a nova denominação da IES: Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

Essa nova direção, com uma postura de acentuado profissionalismo, mais dinâmica e organizacional, com uma visão mais empresarial, promoveu a expansão dos cursos, e, conseqüentemente, o grande crescimento do número de matrículas da Instituição. Esse período é considerado, por muitos profissionais da instituição, como o grande divisor de águas na história da Fapam. No entanto, há de se levar em consideração que o tratamento mais profissional dado à gestão não tinha como meta principal o lucro a

qualquer custo e sim promover o seu crescimento, seu reconhecimento e respeito por parte da sociedade como uma grande Instituição de Ensino.

No quadro a seguir, temos a evolução do número total de ingressantes na Fapam tomando como referência apenas o período de 2004 a 2008, fase considerada por muitos profissionais da Instituição como sendo a mais expressiva e que proporcionou maior visibilidade para a Instituição.

QUADRO 10: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INGRESSANTES DA FAPAM NO PERÍODO DE 2004 A 2008	
ANO	INGRESSANTES
2004	499
2005	534
2006	483
2007	410
2008	369

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir dos dados obtidos nos livros de matrículas - arquivos da Fapam.

Pela análise comparativa do quadro 8 com o quadro 10, percebemos o grande aumento no número de ingressantes em relação aos anos anteriores. 2005 é o ano de maior crescimento quando as matrículas chegam a 534. A partir de 2006, tem-se uma ligeira queda, no entanto, o número de matrículas iniciais mantém-se elevado em relação aos períodos anteriores a 2004, como já analisados acima. A mesma análise também pode ser feita considerando o número total de concluintes levando-se em consideração apenas o período de 2004 a 2008:

QUADRO 11: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONCLUINTES DA FAPAM NO PERÍODO DE 2004 A 2008	
ANO	CONCLUINTES
2004	201
2005	200
2006	281
2007	164
2008	216

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir dos dados obtidos nos livros de colação de grau - arquivos da Fapam.

A análise indica uma regularidade no número de concluintes. Em 2004 foram 201 formandos, 200 alunos concluintes em 2005, O ano de 2006 foi o de maior crescimento com 281 formandos. Depois temos uma ligeira queda com 164 formandos em 2007 e

em 2008 o número sobe novamente para 216. Esse aumento expressivo, como já mencionado anteriormente, deve-se às mudanças na estrutura da Instituição e à implantação dos novos cursos. Todavia, em comparação com o número de ingressantes há um número menor de concluintes.

Em 2008, a Confraria Nossa Senhora da Piedade, mantenedora da Fapam, decidiu por eleger uma nova diretoria para a IES. Essa nova gestão, seguindo a tendência de crescimento do período anterior, deu continuidade na expansão da Instituição através da implantação de novos cursos que atendessem a demanda do mercado de trabalho no município bem como na região de Pará de Minas. Assim, já em 2009, foram criados os cursos de Agronegócio, Gestão da Tecnologia da Informação e Pedagogia. Em 2011, foi criado o curso de Ciências Contábeis e em 2013 o curso de Psicologia. Dessa forma, a Instituição foi se renovando para se manter competitiva no mercado.

Nesse contexto, nos últimos anos, cursos foram criados, outros remodelados, outros extintos, de acordo com o ambiente interno e externo da Instituição. Assim, os cursos de Licenciatura em História, Geografia e Ciências Biológicas deixaram de ser oferecidos uma vez que passaram a não ter demanda para a formação de turmas, acontecendo também com o curso de Nutrição e mais recentemente com o curso de Gestão Ambiental. No quadro abaixo é possível visualizar dados mais precisos e legais sobre a implantação, reconhecimento e renovação dos cursos de graduação ofertados pela Fapam:

**QUADRO 12 - CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FAPAM – AUTORIZAÇÕES DE
FUNCIONAMENTO E RECONHECIMENTOS - 1998 a 2018**

(continua)

AUTORIZAÇÃO /CREDENCIAMENTO			RECONHECIMENTO		RENOVAÇÃO	
Documento	Data	Descrição/modalidade/ duração do curso	Doc.	Data	Doc.	Data
Portaria nº 1.283 MEC	23 de novembro de 1998	Administração de empresas – bacharelado 4 anos	Portaria nº 2.981 MEC	23 de outubro 2003	Portaria nº: 935 MEC	24 de agosto de 2017
Portaria nº 1.322 MEC	23 de agosto de 2000	Ciências Biológicas – Licenciatura 4 anos Curso extinto	Portaria nº 1.303 MEC	19 de abril de 2005	Portaria nº 628 MEC	23 de junho de 2017
Portaria nº 870 MEC	22 de março de 2002	Licenciatura Plena em Matemática 4 anos	Portaria nº 3.639 MEC	17 de outubro de 2005	Portaria nº 348 MEC	03 de junho de 2014
Portaria nº 3.675 MEC	09 de dezembro de 2003	Direito – Bacharelado 5 anos	Portaria nº 653 MEC	07 de maio de 2009	Portaria nº 29 nº 540 nº 268 MEC	26 de março de 2012 23 de set. de 2016 03 de abril de 2017
Portaria nº 3.619 MEC	08 de novembro de 2004	Nutrição – bacharelado 4 anos Curso extinto	Portaria nº 255 MEC	02 de março de 2009	-	-
Portaria nº 3.618 MEC	08 de novembro de 2004	Enfermagem - Bacharelado 5 anos	Portaria nº 118 MEC	28 de janeiro de 2009	Portaria nº 639 MEC	21 de outubro de 2016
Portaria nº 301 Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação	10 de dezembro de 2009	Gestão em Tecnologia da Informação - Tecnológico 3 anos	Portaria nº 38 Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação	14 de fevereiro de 2013	Portaria nº 1.343	15 de dez. de 2017

(continuação)

AUTORIZAÇÃO/CRENCIAMENTO			RECONHECIMENTO		RENOVAÇÃO	
Documento	Data	Descrição/modalidade/ duração do curso	Doc.	Data	Doc.	Data
Portaria nº 301 Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação	10 de dezembro de 2009	Gestão em Agronegócio – Tecnológico 3 anos	Portaria nº 41 Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação	14 de fevereiro de 2013	Portaria nº 1.186	24 de nov. de 2017
Portaria nº 1.617 MEC	12 de novembro de 2009	Pedagogia- Licenciatura 4 anos	Portaria nº 40 MEC	14 de fevereiro de 2013	Portaria nº 1.093 MEC	24 de dez. de 2015
Portaria nº 321 MEC	02 de agosto de 2011	Ciências Contábeis– Bacharelado 4 anos	Portaria nº 69 MEC	29 de janeiro de 2015	Portaria nº 268 MEC	03 de abril de 2017
Portaria nº 174 Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação	17 de abril de 2013	Gestão Ambiental - Tecnológico 2 anos Não formou turmas	Portaria nº 62	22 de março de 2016	-	-
Portaria nº 632 MEC	28 de novembro de 2013	Psicologia -Bacharelado 5 anos	Portaria nº 824 MEC	26 de novembro de 2018	-	-

Fonte: Livro de registros da Fapam.

O quadro acima facilita a visualização do movimento de expansão da Instituição através dos registros legais para abertura, credenciamento e recredenciamento para funcionamento dos cursos de graduação ofertados pela Fapam. Como já mencionado anteriormente, a expansão da IES foi sinalizada com o início das primeiras turmas do curso de Administração em 1999, seguido do curso de Direito em 2004. Posteriormente, novos cursos foram sendo criados buscando atender as necessidades e tendências do mercado na região.

Percebemos, dessa forma, que a IES em questão acompanhou o processo em curso no período, o da expansão da educação superior no país. No entanto, a implantação dos cursos teve de superar diversas dificuldades, tanto externas quanto internas. As

dificuldades externas diziam respeito à captação de alunos em um tempo de competitividade. Já as dificuldades internas relacionavam-se mais com a necessidade de continuar melhorando a infraestrutura para se fazer a expansão, como o levantamento de recursos para as obras que assegurassem novos espaços para receber os alunos dos novos cursos.

Nesse cenário, a nova direção que assumiu a gestão passou a ter como meta principal a tarefa de sustentar as mudanças que uma gestão de qualidade requer, conservando as ações educacionais que geraram o crescimento da IES até aqui, bem como buscar meios para implantação de novas áreas a serem exploradas como o centro de extensão e pesquisa. Dessa forma, a Fapam passou por uma grande reestruturação dos setores pedagógico, financeiro e de comunicação. Reorganizou o organograma institucional, descentralizou áreas de ações pedagógicas, aproximando a comunidade acadêmica de cada setor da IES. Essa nova diretoria, seguindo esse ritmo de expansão, retomou a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, iniciados em 2003, mas que não teve continuidade naquele período. Em 2009, atendendo a uma demanda reprimida da região pela qualificação, a pós-graduação volta a ser ofertada, com dois cursos, Ciências Ambientais e Leitura e Produção de Texto, gerando uma nova fonte de renda para a Instituição. Todavia, os cursos de pós-graduação não surtiram o efeito esperado, não formando turmas nos anos posteriores.

No período seguinte, 2011 a 2013, já sob nova direção, mantém-se o ritmo de crescimento das matrículas na Instituição, reflexo dos novos cursos de graduação que passaram a ser ofertados pela IES. Pedagogia em 2010, GTI e Agronegócio em 2011, Contábeis em 2012 e Gestão Ambiental e Psicologia em 2014. No quadro a seguir é possível analisar os números da instituição no período de 2009 a 2014.

QUADRO 13: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INGRESSANTES DA FAPAM NO PERÍODO DE 2009 A 2014	
ANO	INGRESSANTES
2009	339
2010	428
2011	394
2012	455
2013	465
2014	589

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir dos dados obtidos nos livros de matrículas - arquivos da Fapam.

Pela análise do quadro acima, percebemos que, embora em 2009 o número de ingressantes apresente uma ligeira queda, quando comparado ao ano de 2008, conforme quadro 10, com 369 ingressantes contra 339 alunos matriculados na Instituição em 2009, esse número volta a subir em 2010, chegando a 428. Em 2011, notamos nova ligeira queda com 394 ingressantes. 2012 apresenta elevação, com 455 ingressantes, 2013 segue a tendência de crescimento, com 465 ingressantes e um aumento substancial em 2014 com 589 novos alunos na Instituição. Um aumento de 26% em relação ao ano anterior. Além dos novos cursos implantados, Psicologia com duas turmas de iniciantes e Gestão Ambiental com uma turma, outro fator que também explica esse crescimento foi a adesão da Fapam ao Prouni, com os primeiros alunos iniciando em 2014 e os contratos pelo FIES. Com regras mais expansionistas o FIES foi a grande alavanca desse segmento do ensino superior privado nesse período. Criado em 1999, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, em substituição ao Crédito Educativo, foi reformulado em 2010, durante o governo Lula e atingiu o ápice em 2013 com o governo Dilma.

Seguindo a perspectiva de análise dos números da IES, o quadro seguinte analisa os dados referentes à evolução do número de concluintes no período de 2009 a 2014:

QUADRO 14: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONCLUINTES DA FAPAM NO PERÍODO DE 2009 A 2014	
ANO	CONCLUINTES
2009	186
2010	191
2011	149
2012	191
2013	280
2014	209

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir dos dados obtidos nos livros de colação de grau – arquivos da Fapam.

No quadro referente à evolução dos concluintes, apresentado acima, percebe-se uma ligeira queda em 2009 no número de formandos com relação a 2008. Em 2010, temos uma pequena elevação, com 191 formandos. Em 2011 esse número cai para 149, voltando a subir para 191 em 2012. 2013 tem-se a maior elevação com 280 concluintes, reflexo da formatura das primeiras turmas dos novos cursos. Em 2014, há uma nova queda, chegando a 209 o total de alunos concluintes na Fapam. E essa tendência de

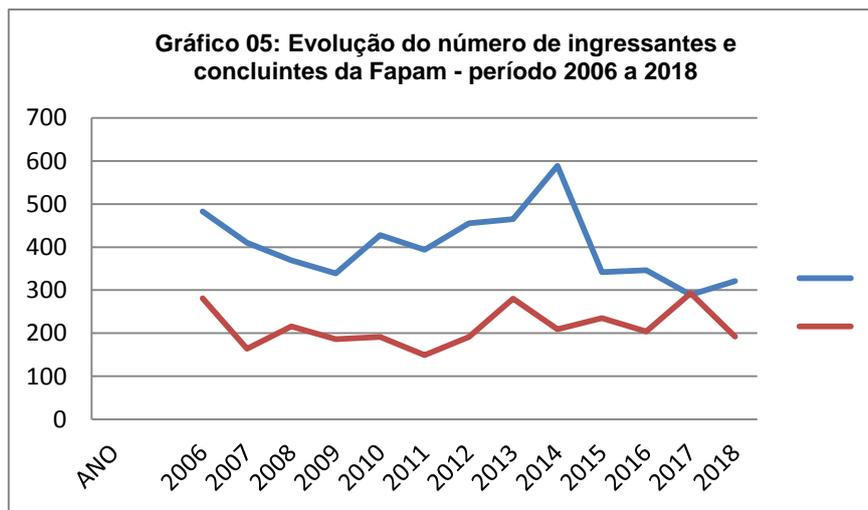
queda nos números de matrículas e conseqüentemente no número de concluintes irá se acentuar a partir de 2015, como podemos observar no quadro a seguir:

QUADRO 15: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INGRESSANTES E CONCLUINTES DA FAPAM NO PERÍODO DE 2014 A 2018		
ANO	INGRESSANTES	CONCLUINTES
2014	589	209
2015	342	235
2016	346	204
2017	289	293
2018	321	192

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir dos dados obtidos nos livros de matrículas e de colação de grau – arquivos da Fapam.

Pela análise observa-se que, embora em 2014 tivesse ocorrido um aumento expressivo nas matrículas em relação a 2013, 465 contra 589 ingressantes, um aumento de 27%, a partir de 2015 a tendência foi de diminuição desses números, com cerca de 340 inscritos. Em 2016 foram 346 novos alunos, mantendo-se quase o mesmo número do ano anterior. Em 2017 o número diminui ainda mais com apenas 289 ingressantes na Instituição e em 2018 um ligeiro aumento, 321 novas matrículas. O mesmo fato ocorre com o número de concluintes que oscila entre altos e baixos, nesse mesmo período de análise. Em 2014, foram 209 formandos, em 2015 esse número sobe para 235 e diminui em 2016 para 204 alunos concluintes. O ano de 2017 tem novo aumento, 293 concluintes e há uma queda acentuada em 2018, menor número, com apenas 192 alunos formados na IES.

Através do gráfico abaixo é possível visualizar melhor os dados da Fapam, referentes a ingressantes e concluintes, tomando como referência um período de análise mais amplo, 2006 a 2018, a fim de compreender o movimento de elevação e de queda dos números da Instituição:



Legenda: ---ingressantes; --- concluintes.

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir do banco de dados da Fapam.

Constata-se, através da análise, o movimento de elevação e de queda dos números da Instituição. A explicação para essa queda a partir de 2015 pode ser entendida como sendo reflexo da crise vivenciada pelo país desde 2014. Essa crise tem provocado forte retração econômica com elevados índices de desemprego atingindo grande parte da população jovem com idade entre 18 a 24 anos. Essa situação acaba por afetar a disposição desse jovem em ingressar no ensino superior, empurrando-o cada vez mais cedo para o mercado de trabalho, forçando-o a abandonar ou adiar sua entrada no ensino superior. Outro grave problema iniciado em 2014 está relacionado ao FIES, que passou a ter regras mais rigorosas para a assinatura de novos contratos. Isso acabou frustrando muitos interessados em iniciar a vida acadêmica a partir do financiamento público. Vale ressaltar que, desde 2016, as IES têm enfrentado dificuldades financeiras devido aos constantes atrasos no repasse do FIES por parte do governo federal. Na Fapam, isso não é diferente, segundo dados obtidos junto à direção, em 2016 a instituição ficou um período de seis meses sem receber os repasses. Assim, a tendência é cada vez mais de diminuir o número de contratos pelo FIES. Importante destacar que o FIES era responsável por cerca de 11% da receita da Instituição, a partir de 2016 esse número tem caído ficando em torno de 6% do total.

Outro fator que tem contribuído e muito para a queda do número de ingressantes e, conseqüentemente, do número de formandos nos anos subsequentes, principalmente nas pequenas instituições, como é o caso da Fapam, é a presença maciça dos conglomerados educacionais e do crescimento dos grandes polos que ofertam EAD, com cursos bem

mais baratos, acirrando a disputa pelo mercado educacional do ensino superior. Outra implicação dessa nova conjuntura diz respeito ao grande número de vagas ociosas, aumento da evasão e inadimplência, tudo isso afeta profundamente a sustentabilidade financeira da Instituição. Aprender a lidar com esses desafios tem sido o grande objetivo dos atuais gestores, isso porque não basta expandir o número de matrículas, é preciso criar mecanismos para manter os ingressantes, uma vez que, muitos estudantes desistem antes mesmo de concluir os cursos, a chamada e temida evasão.

A evasão é um problema complexo que envolve diversos motivos. Dentre eles os mais comuns são aqueles relacionados às questões financeiras, ou seja, o orçamento familiar comprometido com as necessidades básicas dificulta o pagamento das mensalidades nas instituições privadas, assim como conciliar trabalho e estudo, que acarreta a falta de tempo para dedicação aos estudos. Sabemos que a evasão, na maioria das vezes, não ocorre por um único motivo, temos de considerar a vida pessoal, a escolha da profissão, as dificuldades em acompanhar as disciplinas, as expectativas não correspondidas com relação ao curso escolhido.

Na Fapam, os dados mais precisos sobre a evasão só começaram a ser mensurados a partir de 2015. De acordo com os dados pesquisados, a taxa de evasão de 2015 a 2017 ficava em torno de 13%, número considerado alto, no entanto, a partir de 2018, esse número começou a reduzir chegando a 10%, reflexo do trabalho que começou a ser realizado pelo CADD, Centro de Atendimento ao Discente e Docente responsável pelo suporte pedagógico da Instituição.

Destarte, oferecer uma formação apropriada às novas necessidades do mercado e à linguagem dessa nova geração de universitários pode ser alguns dos fatores de relevância para o cenário atual do ensino superior, para tal, a Instituição precisa estar preparada para esses novos tempos. A partir de 2018, a Instituição vem buscando desenvolver novas metodologias para retenção do aluno na IES. Desenvolver alternativas frente às demandas, como forma de sobreviver em um ambiente com intensas transformações e extremamente competitivo tem sido o grande objetivo da Fapam nos últimos tempos e é o que norteia as discussões da próxima seção.

5.2. Maturidade: aprendendo a lidar com os desafios

Este tópico aborda as ações que a instituição vem adotando para enfrentar as agruras da mercantilização da educação. Assim, para uma melhor compreensão dessas ações ou alternativas que a Fapam vem adotando, estabeleceu-se como recorte cronológico o período que vai de 2014, ano em que se inicia uma nova fase na Instituição, marcada por grandes transformações, tanto na parte física quanto na parte pedagógica, a 2018, período demarcado para finalização da construção da pesquisa.

Um dos maiores desafios para as instituições de ensino superior privadas na última década tem sido a capacidade de desenvolver alternativas frente às demandas, como forma de sobreviver em um ambiente com intensas transformações e extremamente competitivo. No caso da Instituição pesquisada, dois fatores estão concorrendo para diminuir o número de ingressantes no ensino presencial: o crescimento desenfreado de instituições que ofertam o ensino em EAD e a estagnação financeira que o país enfrenta nos últimos anos, o que tem contribuído para ampliar a inadimplência.

A competitividade que se estabeleceu entre as IES tornou-se uma ameaça à sobrevivência de cada uma delas. Encontrar um diferencial que as faça destacar perante as demais tornou-se um grande desafio. Por isso, fatores como demanda por novos alunos, evasão e inadimplência se tornaram a ordem do dia. Pensando nessa lógica, investimentos no *marketing* educacional, profissionalização e autonomia dos gestores, contratação de professores e funcionários mais bem qualificados, manutenção de uma cultura de avaliação institucional são alguns dos fatores necessários para a manutenção da IES nesse novo cenário mercadológico.

Diante desse contexto em que as IES estão inseridas, investir em uma gestão de forma mais profissionalizada e competente, que saiba gerir a instituição de modo a otimizar os recursos disponíveis a fim de alcançar os objetivos propostos, tem sido uma das alternativas utilizadas por muitas IES para se diferenciar das demais. Nesse cenário, a IES em foco espera que os gestores desenvolvam competências e habilidades a fim de permitir que a instituição se posicione de maneira objetiva e estratégica no mercado.

Nesses tempos de grande competitividade, repensar as práticas pedagógicas como forma de melhorar seus indicadores de qualidade são ações importantes na demanda por novos

alunos. Pensando nisso, a atual gestão da Fapam elaborou em 2014 um Plano de Trabalho com o objetivo de melhorar o seu desempenho institucional, denominado Projeto F5, Atualização Inteligente. Segundo dados do relatório da CPA (2017), o Projeto F5 divide-se em cinco eixos de trabalho, quais sejam: EIXO 1 – Foco no beneficiário da instituição; EIXO 2 – Atualização dos Funcionários; EIXO 3 – Atualização das Metodologias de Ensino e Aprendizagem; EIXO 4 – Atualização do Sistema de Avaliação de Aprendizagem; EIXO 5 – Sustentabilidade Institucional.

No que tange à melhoria da proposta pedagógica e a atualização do sistema de avaliação de aprendizagem, foi criado o Sistema de Avaliação Integrada (SAI), que entrou em vigor em fevereiro de 2018, após dois anos de estudos, análises, revisões e capacitações do novo sistema. De acordo com dados do Regulamento interno da Instituição, o novo sistema avaliativo:

(...) tem como base a avaliação do processo de ensino aprendizagem dentro de uma concepção de avaliação diagnóstica e formativa, permitindo acompanhar, verificar e retomar oportunidades de aprendizado, ao longo de todo processo de formação, evitando que a avaliação se torne um fim em si mesmo, mas que seja um instrumento hábil a promover uma prática reflexiva pelos docentes e discentes, (SAI, 2018, p. 3).

O SAI está organizado a partir de dois eixos: I. Avaliação Docente; II. Avaliação Integrada. A Avaliação Docente (AD) compreende o total de sessenta pontos distribuídos ao longo do semestre letivo. De caráter formativo, processual e de responsabilidade do docente de cada disciplina, que deverá distribuí-los a partir de metodologias avaliativas diversificadas. Já a Avaliação Integrada (AI), compreende o total de quarenta pontos distribuídos por uma Avaliação Global (AG) no valor de trinta pontos, que ocorrerá na 16ª semana letiva e Atividades de Consolidação (AC) no valor de dez pontos, que ocorrerão entre a 17ª e 19ª. De acordo com dados da CPA, 2017:

A Avaliação Global (AG) apresenta caráter diagnóstico, reflexivo, formativo do processo de aprendizado sob responsabilidade da instituição com colaboração docente. Visa avaliar habilidades específicas de cada curso de graduação com objetivo de retomada de conhecimento ao longo do processo de formação. É uma avaliação que conterà questões de múltipla escolha e questões discursivas. Sua realização ocorrerá sempre na 16ª semana de cada semestre, com data agendada no calendário acadêmico. As Atividades de Consolidação (AC) é um momento de retomada do conhecimento diante as análises da AG. A realização das atividades de retomada deverá ocorrer no período entre a 17ª e 19ª semana letiva, objetivando retomar conteúdos que apresentaram baixo desempenho na Avaliação Global (AG), ou em outros conteúdos avaliados durante o semestre, (CPA, 2017, p. 91).

Dessa forma, mais do que avaliar, o SAI, novo processo avaliativo, organizado institucionalmente, oportuniza a promoção da construção do conhecimento por meio da prática reflexiva, através de um sistema inovador de avaliação de desempenho acadêmico que permite gerar dados de análise para melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Assim, atualizar e melhorar as práticas pedagógicas também passou a ser uma tarefa constante. A adoção de metodologias ativas, bem como do uso de novas tecnologias, nas práticas educativas é incentivada na Instituição desde 2015. As novas metodologias visam despertar o protagonismo do aluno assim como repensar o papel do professor como mediador e não mero transmissor, na medida em que trazem a abertura para o questionamento fazendo avançar as teorias e práticas pedagógicas adotadas em sala de aula. Dessa forma, as metodologias ativas contribuem para um processo de ensino aprendido mais significativo utilizando aprendizagens baseadas na pesquisa, nos jogos, na resolução de problemas, na elaboração de projetos, no estudo de caso, dentre outros exemplos, que tem como foco principal despertar a atitude participativa dos alunos contribuindo no desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à profissão.

Outro fator importante para sustentação das IES, a longo prazo, é a manutenção de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA). Mais do que atender às exigências dos órgãos regulatórios do ensino superior, implantar e incentivar uma cultura de avaliação é necessário para se alcançar a melhoria contínua na educação. A CPA encontra-se vinculada ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pelo Ministério da Educação através da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

Assim, desde 2004, quando foi criada a CPA-Fapam, o órgão vem passando por várias reformulações e adequações, buscando atender às mudanças do cenário educacional a fim de alcançar a qualidade que se almeja para os futuros profissionais graduados. A Avaliação Institucional é constituída de três modalidades: 1) Avaliação das Instituições, composta de dois momentos: a Autoavaliação e a Avaliação externa; 2) Avaliação dos Cursos de Graduação; 3) Avaliação do Desempenho dos Estudantes - Enade. Os dados coletados e apresentados nos relatórios divulgados pela CPA, após o processo de avaliação, influenciam positivamente o processo decisório da gestão. Isso acontece porque, quando os resultados são mais do que informativos, alcançam um caráter educativo. A partir deles, o gestor conhece mais detalhadamente a instituição, identificando as fragilidades, buscando alternativas para mudá-las e potencializar aquilo

que a instituição tem de melhor, para assim poder oferecer aos atuais alunos e aos futuros discentes da instituição uma formação de alta qualidade.

Desenvolver um programa de Acompanhamento de Egressos também se tornou uma ação importante para as instituições. Dessa forma, a Fapam ampliou e aperfeiçoou esse setor por meio da criação do GT-Egressos, grupo de trabalho responsável por colher informações relativas ao perfil dos egressos, focalizando aspectos socioeconômicos e culturais. Segundo relatórios da CPA (2017), é a partir da troca de experiências e a integração entre Escola / Aluno / Empresa / Instituição, que o GT-Egressos possibilita o acompanhamento profissional e a inserção no mercado de trabalho de seus ex-alunos. Além disso, as informações obtidas podem contribuir para a avaliação da eficácia dos serviços educacionais promovidos, assim como a adequação das matrizes curriculares oferecidas às demandas sociais e econômicas, a identificação do perfil profissional de seus egressos e a análise da inserção dos ex-alunos no mercado de trabalho. Ainda segundo relatórios da CPA (2017), a partir da coleta de dados e de estatísticas levantadas pelo GT-Egressos, várias ações puderam ser realizadas como a participação do egresso como palestrante ou ministrante de minicursos nos eventos institucionais, o desconto em novos cursos de graduação ou pós-graduação, parcerias com as empresas da região, possibilitando o ingresso no mercado de trabalho. Dessa forma, através da criação de um canal de comunicação entre a Fapam e o egresso por meio do *site* institucional e das redes sociais, busca-se a participação efetiva dos egressos na Avaliação Institucional por meio de questionários *online* e a disponibilização da biblioteca física e da biblioteca virtual para o aluno egresso (CPA, 2017, p.132).

É também pensando no Egresso que a instituição está em vias de criação de um *Coworking*, compartilhamento de espaço e recursos de escritório, que será disponibilizado aos ex-alunos no período de um ano depois de formados, oferecendo além do espaço físico, uma secretária, *internet* e apoio dos professores. Segundo dados obtidos junto à direção institucional, essas ações são de vital importância uma vez que os ex-alunos podem participar ativamente na captação de novos alunos.

Manter um quadro docente qualificado e comprometido com a missão institucional, bem como com os objetivos acadêmicos também é uma ação pontual na superação dos desafios. De acordo com os relatórios da CPA (2017), a instituição tem investido na contratação de mestres e doutores além de incentivar, por meio de bolsas, aqueles que

desejam se qualificar. O corpo docente é formado por 89 (oitenta e nove) professores sendo 18 (dezoito) especialistas, 63 (sessenta e três) mestres e 8 (oito) doutores. A maioria dos professores são horistas, com apenas 2 (dois) professores em tempo integral e 24 (vinte e quatro) professores em tempo parcial. Os docentes são em sua maioria de Pará de Minas, contando também com professores de Belo Horizonte, Itaúna e Divinópolis.

A valorização e o crescimento profissional acontecem por meio de Encontros de Formação Docente realizados semestralmente, em eventos acadêmicos de capacitação, com intuito de fomentar a atualização didática de seu corpo docente. Parece ser uma demanda do mercado do ensino superior para se manter competitivo, cuidar da motivação de seus funcionários por meio de programas de desenvolvimento de pessoas com o objetivo de aperfeiçoar as capacidades dos profissionais, tanto do ponto de vista administrativo quanto do ponto de vista acadêmico, como forma de potencializar os recursos da instituição, fazendo com que a prestação de serviços satisfaça o seu público-alvo.

O investimento em *marketing* tem sido uma das alternativas usadas pelas IES nesses tempos de grande concorrência. O objetivo desse setor, através das ações que realiza, é a atração de um maior número de matriculados na graduação e pós-graduação e manter ao longo do tempo os estudantes já matriculados nos cursos, para conseguir diminuir a evasão. Nesse contexto, estabelecer um canal direto de comunicação com seus futuros alunos e conquistar sua confiança parece ser a preocupação constante para o gestor institucional. No caso da Instituição pesquisada, o setor de *marketing* passou a ser mais atuante, não se restringindo apenas ao recrutamento de alunos às vésperas do vestibular como acontecia há bem pouco tempo, pelo contrário, o trabalho passou a ser realizado durante todo o ano, como informa os relatórios da CPA (2017). Nesse cenário, a pesquisa demonstra que a Fapam tem investido no setor profissional de *marketing* e comunicação buscando uma maior visibilidade da instituição. Por meio de profissionais habilitados, chamados de agentes de relacionamento, esse setor tem intensificado suas ações a partir de 2018, influenciando diretamente nas decisões, sobre como pensar o formato mais comum, porém eficiente de divulgação das campanhas da Fapam nas diversas mídias e redes sociais, possibilitando um maior engajamento e interação dos alunos com a IES, de acordo com os dados obtidos nos relatórios da CPA (2017). No entanto, há de se ressaltar que, em tempos de grande competitividade, muitas IES têm

adotado estratégias de *marketing* agressivas direcionadas ao acesso imediato ao mercado de trabalho, utilizando imagens de artistas e/ou modelos na divulgação de suas campanhas com promoções nos valores das mensalidades, conforme aponta Carvalho (2013). O aluno acaba se seduzindo pelo preço sem se preocupar com a qualidade do serviço oferecido pela IES. Corroboram essa ideia Bittar e Ruas (2012) quando afirmam que as estratégias de marketing estão cada vez mais ousadas e inovadoras para atrair, conquistar e fidelizar seus estudantes-clientes com a venda de seus serviços. Na Instituição pesquisada as campanhas publicitárias têm utilizado a imagem de egressos bem sucedidos no mercado de trabalho para divulgar a sua marca.

Como forma de promover o crescimento institucional, a IES ampliou a oferta de seus cursos de extensão e de pós-graduação oferecidos a toda comunidade acadêmica e à população em geral. Em vista disso, tem-se um intercâmbio de conhecimentos entre a Fapam e a comunidade em que se encontra inserida, com estímulos constantes de troca de saberes e práticas. Por conseguinte, contribui na atualização e ampliação de conhecimentos e técnicas de trabalho, preparando especialistas em setores específicos das atividades acadêmicas e profissionais. A baixa procura pelos cursos de pós-graduação inviabilizou a sua oferta entre os anos de 2010 a 2013. Todavia, a partir de 2014 a Instituição voltou a oferecer os cursos de pós-graduação *lato sensu*. O programa foi todo reestruturado em 2017, passando a contar com um setor específico para cuidar dessa área. Em 2018, foram oferecidos 18 (dezoito) pós-graduações *lato sensu*, com 400 (quatrocentas) horas-aula⁹. No entanto, dos 18 (dezoito) cursos em oferta somente 3 (três) foram iniciados, quais sejam: Gestão Estratégica de Empresas e Finanças Corporativas; Agronegócio: gestão da qualidade e segurança dos alimentos; Marketing Digital e Mídias Sociais.

A Fapam encerrou o ano de 2018 com o funcionamento de 10 (dez) cursos de graduação oferecidos nas modalidades Bacharelado, Tecnológico e Licenciaturas. Os cursos estão agrupados em Escolas como: Escola de Negócios, que engloba os cursos de

⁹Alfabetização e Letramento; Educação Catequética e Pastoral; Gestão Educacional: Supervisão e Inspeção Escolar; Mídias na Educação: Ciências Biológicas; Mídias na Educação: Língua Portuguesa; Mídias na Educação: Matemática; Neuroeducação: Neurociências na Educação; Psicopedagogia Clínica e Institucional. Agronegócio: gestão da qualidade e segurança dos alimentos; Desenvolvimento de Sistemas Web e Mobile; Gestão Estratégica de Empresas de Varejo; Gestão Estratégica de Empresas e Finanças Corporativas; Gestão Estratégica de Pessoas; Tecnologia e Segurança Cibernética; Enfermagem no Trabalho; Enfermagem: Urgência e Emergência; Direito Processual Constitucional; Práticas em Advocacia Trabalhista.

Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Gestão de Agronegócio e Gestão em Tecnologia da Informação; Escola Jurídica: curso de Direito; Escola de Saúde: com Enfermagem e Psicologia e Escola de Educação, que reúne os cursos de Letras, Matemática e Pedagogia. Todos os cursos são presenciais.

A extensão na IES é conduzida por um departamento específico, o Centro de Extensão da FAPAM – CEFAPAM, que mantém duas linhas de ação: Projetos de Ensino e Projetos Sociais. O setor também é responsável por promover diversos eventos como simpósios, palestras, minicursos, seminários, abertos à sociedade externa e que vêm contribuindo para o desenvolvimento educacional e cultural da comunidade acadêmica e da sociedade regional. De acordo com os dados da CPA (2017, p. 102), a instituição também possui ampla cultura de desenvolvimento de atividades de iniciação científica e de produção de conhecimento através do NUPE, Núcleo de Pesquisa da Fapam e o Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso – NTCC. Esses setores auxiliam os alunos no desenvolvimento de seus projetos de pesquisa, com atenção especial aos Trabalhos de Conclusão de Cursos. Visando à boa condução de estudos e pesquisas, docentes e discentes recebem apoio da IES para participarem de congressos, encontros regionais e estágios em institutos de pesquisa especializados (CPA, 2017).

Como forma de ganhar visibilidade e atrair possíveis discentes, a IES ampliou o espaço para realização de eventos externos cedendo salas e auditórios para cursos de capacitação e treinamento de pessoal, SIPAT, palestras, eventos culturais, dentre outros, organizados por empresas privadas e órgãos públicos em parceria com a Fapam. A realização da Semana Acadêmica, evento dos cursos, porém aberto ao público externo, também é uma forma de aproximar cada vez mais a comunidade externa com o campus. Além disso, são realizados anualmente o Simpósio de Educação, a Jornada de Estudos Jurídicos, a Semana da Escola de Saúde e a FINECON, Feira de Investimentos, Negócios e Empreendedorismo do Centro Oeste Mineiro.

Os Cursos Superiores de Tecnologia têm sido uma tendência de expansão e importante referência para a manutenção das Instituições de Ensino Superior privadas nos últimos anos, em todo o Brasil, como apontam dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Por serem de curta duração, dois ou três anos, e relativamente mais baratos, a Graduação Tecnológica tem sido uma importante alternativa de atração de novos alunos para as instituições. A Fapam passou

a ofertar essa modalidade de ensino em 2009 com os cursos de Agronegócio e Gestão da Tecnologia da Informação, ambos com duração de três anos. Em 2013, foi a vez da autorização para o curso de Gestão Ambiental com duração de dois anos, com a primeira turma iniciando em 2014. O curso seria uma grande aposta para expandir o número de matrículas, no entanto, o interesse pelo curso foi aquém do esperado. Sem demanda para novas turmas, nos anos posteriores, a instituição decidiu por extingui-lo.

Todavia, como forma de se manter competitiva, a instituição começou a ofertar, a partir de 2017, algumas disciplinas na modalidade a distância em conformidade com a Portaria nº 1.134 de outubro de 2016, que regulamenta a oferta de disciplinas não presenciais em cursos presenciais reconhecidos, desde que essa oferta não ultrapasse 20% da carga horária total do curso. Dessa forma, as disciplinas com caráter de Formação Geral Humanística passaram a ser ofertadas de forma virtual utilizando-se dos 20 % da carga horária total do curso com utilização dos sistemas de aprendizagens virtuais através do portal Fapam Virtual. As disciplinas são: Metodologia Científica; Filosofia e Ética, Sociologia e Antropologia; Direito, Cidadania e Responsabilidade Social; Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Empreendedorismo; Libras e Português Instrumental. De acordo com dados coletados no relatório da CPA (2017), essas disciplinas na modalidade semipresencial contam com aulas ministradas por professores da instituição, com acesso a material e auxílio do próprio professor e tutores disponíveis para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem e no processo avaliativo.

Para isso foi criado o Fapam Virtual, seguido da capacitação de docentes e tutores para atender a essa nova modalidade de ensino que tem sido a grande aposta de muitas instituições. Essa nova aposta da IES, segundo informações da direção institucional, visa flexibilizar o tempo dos discentes que poderão integralizar tais disciplinas no tempo em que lhe convier, e, também possibilitar maior familiaridade com as novas demandas tecnológicas de ensino, fazendo o aluno usufruir de todas as possibilidades de um ensino pautado em interações de aprendizagens virtuais. Todavia, essa modalidade de disciplinas semipresenciais visa também ao fator financeiro, ou seja, aumentar a receita dos cursos oferecidos, uma vez que um professor pode atender a mais alunos virtualmente do que na forma presencial. No entanto, faz-se mister uma análise mais detalhada a fim de se investigar as consequências dessas mudanças tanto para docentes quanto para discentes ao longo do processo educacional.

Outra aposta da instituição para implantação em 2020 é o novo formato do curso de Pedagogia, tendo em vista a baixa demanda devido ao aumento expressivo da oferta do curso em EAD não só na região Centro-Oeste de Minas como em todo o Brasil. O cerne da nova proposta, de acordo com informações da Coordenação do Curso, concentra-se na possibilidade de continuar mantendo a oferta do curso de Pedagogia através de uma orientação sustentável que trabalha, concomitantemente, com disciplinas ofertadas integralmente na modalidade presencial e outras ofertadas na modalidade a distância, ou seja, metade do curso sendo oferecido presencialmente e outra metade sendo ofertada através de disciplinas virtuais. Nessa modalidade, os alunos poderão contar com as vantagens da presencialidade (a referência material da instituição, o acesso aos recursos físicos da Faculdade, o *tête-à-tête* com os docentes, a rotina acadêmica, a interlocução direta com os colegas de sala, a referência de turma e tantas outras), bem como as possibilidades hoje disponibilizadas pela Educação a Distância (flexibilidade de horários, redução de custos, materiais e recursos tecnológicos de vanguarda). Na perspectiva da direção institucional, a nova proposta do curso de Pedagogia EAD é uma alternativa para viabilizar o ingresso e a permanência dos alunos na instituição com a oferta de um curso a preço mais acessível.

Todavia, o fato de a Fapam implantar o curso de Pedagogia na modalidade híbrida, chama a atenção para a consolidação da tendência de crescimento da oferta de cursos de licenciatura a distância em todo o país. No livro *Professores do Brasil: impasses e desafios*, publicado em 2009, as pesquisadoras Bernadete Gatti e Elba Sá Barreto, já apontavam essa tendência de crescimento bem como a necessidade de uma análise mais acurada sobre as implicações dessa modalidade de ensino a longo prazo. Isso porque, de acordo com as autoras Gatti e Sá Barreto (2009, p.51):

Com a facilitação da abertura desses cursos, e pela sua expansão enorme na área das licenciaturas, uma pergunta tem pairado no ar: a formação de docentes far-se-á para as novas gerações apenas em cursos não presenciais? Como fica o desenvolvimento sociocultural dos jovens candidatos a professor sem uma vivência universitária, comunitária, institucional? E o desenvolvimento da sensibilidade humana e da solidariedade? Quase sem experimentar relações acadêmicas face a face, um cotidiano coletivo de estudos e relações escolares, como irão interagir com seus alunos nas salas de aula das classes de educação básica?

A autora Gatti (2013/14, p.38) ainda discorre que:

Esses professores trabalharão com crianças em tenra idade e com a alfabetização, o que exige uma formação delicada, um aprendizado de

relações pessoais, pedagógicas, didáticas, de formas de linguagem específicas. A modalidade a distância não favorece de forma cabal esse tipo de formação, que implica aspectos psicossociais relacionais.

Dessa forma, é preciso analisar com cautela os resultados para a formação de professores para a educação básica na modalidade de ensino a distância.

Outrossim, buscando adequar seus cursos às exigências curriculares estabelecidas pelo MEC, a IES em estudo implantou o Núcleo de Práticas Jurídicas, NPJ e o Serviço de Psicologia Aplicada, SPA. Embora a criação desses órgãos faça parte das diretrizes curriculares estabelecidas pelo MEC para autorização e reconhecimento dos cursos, eles acabam por cumprir um importante papel social na medida em que as práticas de ensino dos cursos, importantes no preparo profissional dos acadêmicos, são realizadas nas comunidades onde estão inseridos proporcionando maior visibilidade para a instituição.

O NPJ/FAPAM, Núcleo de Práticas Jurídicas, foi criado em 2006 e reformulado em 2017, tem por objetivo coordenar, supervisionar e executar as atividades de estágio curricular do curso de Direito. Além do objetivo pedagógico de preparar os acadêmicos para atuação profissional, também desenvolve uma importante função social através do atendimento à população carente de Pará de Minas e municípios vizinhos por meio do acesso à justiça gratuita. O trabalho do núcleo é feito por meio do aconselhamento jurídico geral, tentativa de mediação e de conciliação no âmbito do próprio NPJ e por fim o ajuizamento de demandas ou o patrocínio de defesas de demandas já ajuizadas. Essas demandas versam principalmente sobre Direito de Família, área em que se verifica a maior necessidade por parte da população carente que não possui recursos para pagamento de honorários de advogados. No entanto, a partir de meados de 2017, o NPJ ampliou sua atuação, passando a oferecer também orientações nas áreas Cível, Penal e Trabalhista. Assim, com orientações de diferentes professores, os estudantes têm a chance de verem, através de atividades práticas, o conteúdo ministrado durante as aulas de direito, nas diferentes áreas. Nesse sentido, mais do que cumprir uma exigência legal, a manutenção do núcleo cumpre um compromisso social.

Em 2017, foi criado o SPA, Serviço de Psicologia Aplicada da FAPAM atendendo a Resolução nº 5, de 15 de março de 2011 das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. O SPA constitui um espaço para o exercício das práticas profissionais, tendo por objetivo desenvolver habilidades e competências previstas no processo formativo oferecendo a possibilidade de os alunos do 7º ao 10º

períodos aplicarem os conhecimentos trabalhados em sala de aula. Além da função pedagógica, o SPA também realiza a prestação de serviços psicológicos de qualidade e de baixo custo e/ou gratuito à população de Pará de Minas e região, cumprindo o compromisso social da IES.

E foi pensando nesta perspectiva de cumprir com o compromisso social com a comunidade onde está inserida que a Fapam irá inaugurar muito em breve um Escritório Social. De acordo com informações da direção da Instituição, o escritório será composto pela reunião dos três grandes projetos da IES: o Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), que já funciona desde 2017, com atendimentos psicológicos direcionados às pessoas carentes e/ou que possuem dificuldades de acesso aos tratamentos do nosso município, o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), que já auxilia a população carente de Pará de Minas há vários anos, através do atendimento jurídico e a novidade que será a criação da Oficina de Projetos da Escola de Negócios (OPEN), dos cursos de Administração, Agronegócio, Ciências Contábeis e Gestão de TI, com consultorias e outras atividades relacionadas à prática empresarial (CPA, 2017, p. 214).

Trabalhar práticas político-pedagógicas relacionadas à questão da sustentabilidade também devem fazer parte das ações de todas as instituições de ensino. A educação tem papel fundamental na formação de uma consciência sustentável. Assim, é importante que elas, através de sua gestão, de projetos educativos e ações práticas em suas instalações, possam dar bons exemplos à sociedade, que venham contribuir para a construção do processo de cidadania e para a melhoria da qualidade de vida da população. Foco no desenvolvimento sustentável, segundo informações obtidas junto à direção institucional, também faz parte das ações da Fapam. Dessa forma, a Instituição atualizou seu Plano de Gestão de Logística Sustentável, baseado nos critérios de sustentabilidade e economicidade tanto nas atividades administrativas quanto pedagógicas. De acordo com o relatório do CPA (2017, p.164), são objetivos da Instituição:

Melhorar continuamente a gestão dos processos; reduzir os gastos pela eliminação do desperdício; manter as ações de eficiência energética nas edificações do campus; estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais; garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo; coordenar o fluxo de materiais, de serviços de informações, do fornecimento e reciclagem de materiais; implementar no campus Fapam, programas mais eficientes de coleta dos resíduos recicláveis.

Todavia, para alcançar esses objetivos, é preciso uma parceria que envolva desde funcionários, comunidade acadêmica, empresas, clientes, fornecedores e parceiros que participam das ações institucionais. Todos precisam estar engajados no combate ao desperdício, no consumo excessivo, na disseminação da ideia da gestão sustentável de recursos, no desenvolvimento de ações de responsabilidade social e ambiental, segundo informações dos relatórios institucionais. A adoção de práticas sustentáveis, além de contribuir com o meio ambiente e com o planeta de um modo geral, auxilia na redução dos gastos, na racionalização do consumo, interferindo positivamente na sustentabilidade financeira da IES.

Investir em novas tecnologias e visando facilitar a vida acadêmica dos seus alunos, além de disseminar a sustentabilidade, evitando o desperdício como relação à utilização de papel, a Fapam criou o Portal Educacional. Dessa forma, através da ampliação do alcance da *internet no campus*, o aluno passou a acompanhar virtualmente suas notas, frequência, quadro de horários, assim como textos, artigos, atividades, conteúdo programático e demais materiais, disponibilizados pelo professor, proporcionando agilidade e a interação entre docentes e discentes. O portal também facilitou o acesso à biblioteca tanto física quanto virtual, controle das atividades acadêmicas bem como acesso ao boleto bancário que passou a ser virtual assim como os formulários para matrículas.

Também como forma de dar maior visibilidade à IES e contribuir na divulgação dos trabalhos científicos realizados por discentes, docentes e técnico-administrativo foi criado o Portal de Periódicos Fapam, importante canal de difusão científica e cultural, que engloba a revista *online* SYNTHESIS, criada em 2009, que reúne trabalhos científicos produzidos nos cursos de graduação e de pós-graduação e o ANAIS FAPAM, criado em 2014, que reúne resumos de trabalhos desenvolvidos pelos estudantes e professores da instituição durante a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Os dois veículos de comunicação são importantes para que os trabalhos produzidos não fiquem restritos ao ambiente interno da IES e sim alcancem a comunidade externa.

Oferecer atenção aos portadores de necessidades especiais através da acessibilidade também é um ponto importante na Instituição e começou a ser implantado em 2015. Conseqüentemente, em 2017, foi criado o Grupo de Trabalho Acessível (GTA),

objetivando discutir e elaborar, em parceria com outros setores da IES, novas políticas de acessibilidade em sua estrutura física, como banheiros, rampas, carteiras especiais, acesso fácil à biblioteca, aos auditórios e às salas de aula através da colocação de piso tátil e placas indicativas de direção para deficientes visuais.

A implantação do Centro de Atendimento ao Discente e Docente, CADD, ambiente de apoio, responsável pelo suporte pedagógico auxiliando no aproveitamento e no desenvolvimento pessoal do aluno a fim de garantir e facilitar a permanência e o sucesso do aluno nos estudos e na Fapam seja no auxílio através das bolsas e descontos institucionais e na orientação no sentido de se tentar evitar a evasão. De acordo com a Comissão Própria de Avaliação, CPA (2017, p.143), são objetivos desse suporte pedagógico:

(...) facilitação no processo de conscientização do indivíduo em assumir um papel ativo no processo de aprendizagem, além da escuta psicológica, em que são enumeradas posteriormente possíveis alternativas sobre como o discente lidará com suas dificuldades. O suporte psicopedagógico desperta o potencial criativo, cooperativo e motivacional dos alunos da IES e apoia o estabelecimento das relações de convívio salutar no ambiente acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de soluções, através de ações participativas, promovendo desta forma um ser humano com princípios e valores cristãos.

Inferimos assim que a reestruturação em setores ou departamentalização também faz parte do investimento e modernização da infraestrutura, uma vez que, além de moderna, a Instituição se torna mais atraente para o alunado. Pensando nisso a Fapam mantém laboratórios bem equipados e específicos para cada área: laboratórios de Ciências da Saúde, laboratório Brinquedoteca, laboratório de Matemática, laboratório de Línguas, laboratório de Gestão da Tecnologia da Informação, laboratório de Simulação Empresarial, laboratório de Tecnologia Gerencial. Também houve melhorias nas instalações com a criação da nova recepção e do CAA, Centro de Atendimento ao Aluno. A instituição também é servida por uma ampla e moderna biblioteca dotada de um acervo de 38.009 itens em seu arquivo físico (sendo 17.003 títulos) e acervo eletrônico de 14.123 itens, totalmente voltados para o ensino superior, dos cursos que a IES possui. A Instituição ainda disponibiliza gratuitamente para os alunos duas bibliotecas virtuais: a *Pearson*-Biblioteca Virtual Universitária e a Minha Biblioteca, que oferecem à comunidade acadêmica acesso a livros eletrônicos de todas as áreas de conhecimento de seus cursos oferecidos (CPA, 2017, p.179). A estrutura física da Fapam é hoje muito maior e melhor do que foi no passado, como pode ser observado nas imagens que retratam a biblioteca e a secretaria abaixo:

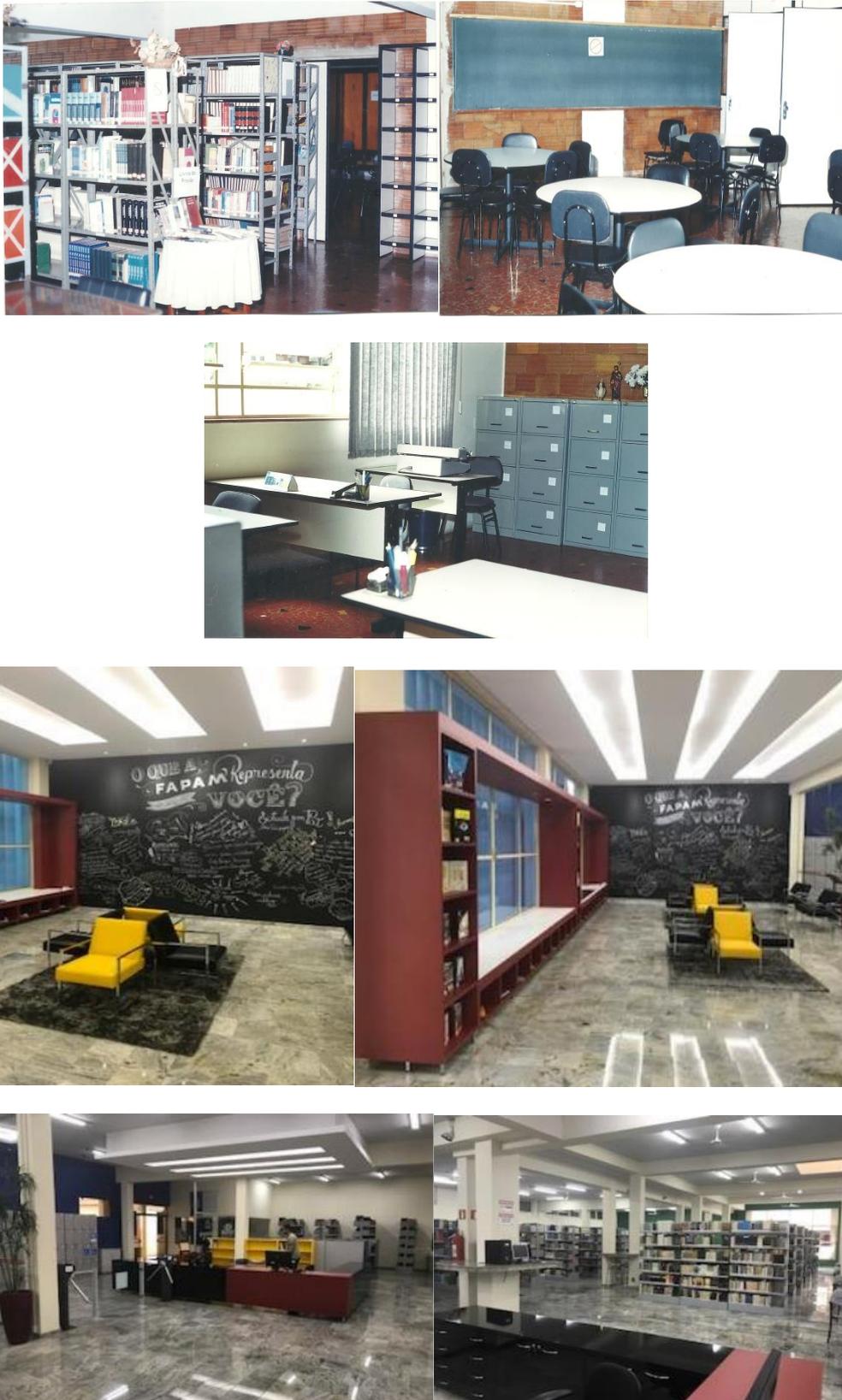


Figura13: Fotos Biblioteca e secretaria, década 1990 e atuais. Fonte: arquivo Fapam

Outro importante diferencial é a internacionalização da instituição de ensino para melhoria das atividades acadêmicas. Pensando nisso, no segundo semestre de 2012 a

Fapam celebrou um convênio de cooperação internacional com a Universidade Católica de Ávila na Espanha, para intercâmbio de discentes, docentes e colaboradores do corpo administrativo. Todo intercâmbio, seja na área do ensino, da pesquisa ou da extensão enriquece conhecimentos e descobertas através da possibilidade de trocas de experiências com pesquisadores de outros lugares. É uma possibilidade para aperfeiçoar idiomas, alargar horizontes, enriquecer e ampliar a visão de mundo.

No tocante aos aspectos de inserção social, a instituição faz parte do Prouni desde 2012, no entanto, os primeiros beneficiados começaram em 2014 no curso de Direito. O Prouni proporciona aos jovens com renda econômica baixa, que tinham pouca ou nenhuma expectativa de cursar o ensino superior, seja por problemas de falta de vagas no setor público, formação básica deficitária ou dificuldade de conciliar trabalho e estudo, usufruir do ensino em instituições particulares, por meio de crédito governamental através de bolsas de estudo integral ou parcial. Em troca, as instituições privadas contam com uma política de renúncia fiscal e tributação¹⁰. Dessa forma, o Prouni também se torna uma alternativa para as IES na medida em que proporciona receitas adicionais que contribuem para a manutenção das atividades acadêmicas auxiliando na saúde financeira da instituição. O quadro a seguir apresenta a relação total de bolsas institucionais e Prouni, ofertadas pela IES no período de 2014 a 2018:

Quadro 16: Relação de bolsas distribuídas pela Fapam – 2014 a 2018					
Bolsas	2014	2015	2016	2017	2018
Integrais	385	390	440	429	369
Parciais	182	173	155	162	205
Total	567	563	595	591	574

Fonte: Dados da CPA e do CADD, 2018.

Os dados obtidos na pesquisa demonstram uma regularidade na oferta das bolsas distribuídas pela Instituição que mantém a média de 578 bolsas anuais. Aproximadamente 25% do alunado da Fapam é beneficiado com algum tipo de bolsa,

¹⁰ A adesão ao Prouni isenta as instituições de ensino superior do pagamento de quatro tributos: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). A isenção vale a partir da assinatura do Termo de Adesão e durante seu período de vigência (dez anos).

parcial e total, ou com alguns dos benefícios institucionais¹¹. Além disso, a Instituição faz parte do FIES, Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior, embora com forte tendência de diminuição do número de contratos, como já mencionado.

A criação do Centro de Idiomas Fapam em parceria com uma Escola de Idiomas tem proporcionado, já há alguns anos, aos alunos, ex-alunos e funcionários da Fapam, bem como a seus parentes de primeiro grau, a oportunidade de cursar inglês e espanhol, essenciais no meio acadêmico, profissional e pessoal com qualidade e comodidade através de uma bolsa de estudo de 50% em todas as parcelas durante todo o curso que é realizado na própria Instituição.

As ações de cunho social são importantes uma vez que os diversos projetos desenvolvidos dentro do programa de extensão universitária desenvolvem ações de solidariedade no meio acadêmico para a formação mais cidadã e solidária dos estudantes e da comunidade onde está inserida. Essas ações partem das carências da comunidade como: Campanha do agasalho; Clube do Livro; Campanha contra o desperdício do alimento; Fapam incentiva a leitura; Projeto Vagalume; Fapam em Ação; Formando Cidadãos; Jovem Aprendiz; Parlamento Jovem; Cine Fapam Social; Horta Urbana e Programa Agentes Ambientais Mirins. A Pastoral Universitária também desenvolve um importante papel na Fapam, através do diálogo, cria oportunidades de reflexão e de convivência sem os limites de currículos, prazos e produções científicas. A Pastoral é o “espaço” para atender, ouvir, conversar, incentivar alunos, professores e demais colaboradores além de participantes da comunidade acadêmica a refletirem sobre o ser solidário, a manterem um olhar solícito para as realidades tão diferentes. Dessa forma, os projetos sociais, além do impacto que provocam na sociedade, trazem visibilidade para a Instituição.

Mediante o exposto, constatamos que a Fapam, diante do cenário de profundas mudanças pelas quais o ensino superior tem passado nos últimos anos, está aos poucos

¹¹ Benefício Familiar: Benefício de 10% (dez por cento) concedido a alunos de graduação que possuem mais de um membro da família matriculado em algum curso da FAPAM. Exemplo: irmãos; marido e mulher; pai e filho; mãe e filho; adotante e adotado; companheiros, desde que comprovem união estável mediante documentação própria. Benefício Defesa Social: Benefício de 10% (dez por cento) concedido para policiais civis, militares e agentes penitenciários matriculados em algum curso de graduação da FAPAM. Benefício Egresso: Benefício de 20% (vinte por cento) concedido para alunos egressos da FAPAM matriculados em algum curso de graduação da FAPAM. Desconto comercial: Descontos de 10%, 20%, 25%, 30%, 35% e 40% (por cento) concedido a alunos em situação de vulnerabilidade social que preencherem requisitos exigidos para a concessão. (CADD, 2018).

aprendendo a lidar com os grandes desafios, principalmente no que se refere à captação de novos alunos. Assim, reformulando-se, adaptando-se, construindo e reconstruindo seus espaços, a Instituição tem buscado atender às novas tendências educacionais para continuar se posicionando como uma IES independente.

CONCLUSÃO

Compreender as mudanças na educação superior nesse ambiente de grande competitividade não é uma tarefa fácil. No fenômeno observado nesta pesquisa, pequenas instituições de ensino superior, tanto na capital quanto no interior, estão deixando de existir diante do crescimento de grandes conglomerados educacionais. Por ser muito alta a concorrência nesse nível de ensino as instituições precisam estar preparadas para enfrentar a competição por alunos, professores, qualidade, imagem e prestígio. Do contrário, não conseguirão resistir às pressões de outras instituições concorrentes e às exigências desse novo mercado educacional. Destarte, submetidas a uma série de desafios cotidianamente, a busca pelo aprimoramento tanto do desempenho acadêmico quanto dos processos administrativos internos, se tornou uma tarefa constante a fim de aperfeiçoar cada vez mais a qualidade dos seus serviços.

Mediante o exposto, o propósito dessa dissertação foi apresentar a análise sobre as ações de sobrevivência de uma instituição de ensino superior privado, sem fins lucrativos, no interior de Minas Gerais, a Fapam, Faculdade de Pará de Minas, no atual contexto de mercantilização da educação. Na escolha dos percursos, a pesquisa foi sendo construída a partir da contextualização do ensino superior no Brasil, em Minas Gerais assim como em Pará de Minas e na região Centro-Oeste de Minas Gerais, a fim de demonstrar como o processo de mercantilização da educação através da concorrência principalmente dos grandes conglomerados educacionais vem afetando a Fapam.

Nessa perspectiva, o levantamento da história de Pará de Minas, lugar de residência da Fapam, ajudou na compreensão do processo de implantação e evolução do ensino superior na cidade bem como na caracterização da área de abrangência da IES, demonstrando sua contribuição na promoção do desenvolvimento não só da localidade quanto dos municípios circunvizinhos.

Dessa forma, para realização do estudo fez-se necessário empreender uma pesquisa documental para o levantamento da História da própria Instituição, a fim de compreender como se deu o seu processo de criação e evolução ao longo de toda a sua trajetória desde o período em que a IES funcionou como extensão da PUC Minas, 1969 a 1985, passando pela fase de emancipação até o ano de 2018. Nesse estudo pude observar que a Fapam desenvolveu-se a partir de uma proposta que tem como objetivo o

desenvolvimento integral, intelectual, moral, social e físico do indivíduo, com base em valores cristãos, mas que primam pelo respeito a todas as outras religiões. Nesse sentido, sua “missão” está fundamentada na promoção do ser humano, perpassando por todo um processo de geração e transmissão de conhecimento, com princípios éticos e cristãos.

A influência dos princípios religiosos e da disciplina, oriundos da formação católica, sempre esteve presente na formação cultural da Instituição, desde a sua fundação, seja por meio de atores importantes como o eterno “diretor espiritual” Cônego Gabriel Hugo da Costa Bitencourt ou dos integrantes de sua mantenedora, a Confraria Nossa Senhora da Piedade de Pará de Minas, e de todos os diretores e demais colaboradores que passaram pela Instituição.

Ao refletir sobre os resultados desta pesquisa, constatei que, ao longo de sua trajetória histórica, o compromisso institucional com a formação de profissionais para a educação está presente desde os cursos iniciais. Dessa forma, a Instituição contribuiu e contribui com a inserção de um bom número de egressos na docência na educação básica. De acordo com os dados pesquisados, cerca de 1/3 dos professores da educação básica de Pará de Minas e região são formados pela Fapam, além do significativo número de profissionais qualificados para as diversas áreas de trabalho. Destarte, a Fapam busca ainda formar não só licenciados, bacharéis e tecnólogos, que possam atuar na sociedade de forma ética e profissional elevando o grau de desenvolvimento social de Pará de Minas e região, mas também cidadãos capazes de transformar positivamente o ambiente à sua volta, munidos de uma consciência crítica e alinhados com a necessidade do desenvolvimento sustentável da sociedade. Confirmando, assim, a hipótese levantada sobre a importância da instituição para a comunidade onde está inserida e o seu entorno.

No decorrer da pesquisa percebi que as dificuldades financeiras sempre estiveram presentes, desde a sua criação, chegando a alguns momentos a ameaçar a saúde financeira da Instituição, precisando inclusive de ajuda por parte da sua mantenedora e do poder público para se manter. A implantação dos novos cursos a partir de 1998 proporcionou um aumento significativo no número de alunos na IES. Isso possibilitou o equilíbrio das contas e o investimento posterior na ampliação e criação do novo *campus*.

Todavia essas dificuldades financeiras perpassam toda a trajetória da IES, provocando momentos de elevação e queda, como demonstrados na pesquisa. Os motivos para esses

períodos de instabilidades podem estar relacionados a vários fatores, no entanto, os que mais se destacaram na pesquisa foram as agruras da mercantilização da educação, o crescimento desenfreado dos polos de EAD, tanto na cidade quanto no seu entorno e a estagnação financeira que o país enfrenta nos últimos anos, o que tem afetado e muito a Instituição uma vez que o número de matrículas tem diminuído progressivamente a cada ano, acentuando-se a partir de 2015. Buscando vencer esses desafios e permanecer no mercado como uma instituição filantrópica sem fins lucrativos a Fapam vem se reformulando, criando alternativas que assegurem a sua sustentabilidade financeira como demonstra os resultados da pesquisa.

Na sequência então, o trabalho concentra-se na análise das alternativas empreendidas pela Instituição nos últimos anos. Através da pesquisa pode constatar que a profissionalização e autonomia dos gestores foi o marco importante na realização das ações. A elaboração do Plano de Trabalho denominado Projeto F5, Atualização Inteligente, cujo objetivo é a melhoria do desempenho institucional, foi o grande norteador dessas ações. Através do Projeto houve a ampliação e a modernização da infraestrutura bem como o investimento em tecnologia, a implantação de um setor de comunicação e *marketing* educacional, contratação de professores e funcionários qualificados, condizentes com a realidade organizacional, manutenção de uma cultura de avaliação institucional, através da reestruturação da CPA.

Nessa perspectiva, também foi preciso repensar as práticas pedagógicas o que resultou na melhoria dos seus indicadores de qualidade. Seguindo essa tendência de mudanças houve a ampliação da oferta de seus cursos de extensão e de pós-graduação oferecidos a toda comunidade acadêmica e à população em geral assim como a implantação de Cursos Superiores Tecnológicos e Programa de Acompanhamento de Egressos. Implementou-se também a oferta de disciplinas na modalidade a distância e, a partir de 2020, o curso de Pedagogia terá um novo formato na modalidade híbrida, isto é, a integração do ensino presencial com o ensino *online*.

A temática que a pesquisa propôs-se a investigar ainda permanece num campo muito complexo. Sendo assim, seria de grande valia novas pesquisas aprofundando em outros temas como, por exemplo, a evasão na Fapam, a partir de um trabalho de coleta de dados sobre os estudantes que interrompem seus estudos a fim de contribuir para o melhor entendimento dessa temática na própria Instituição. Outro tema relevante a ser

pesquisado é a condição do trabalho docente. Isso porque no contexto da mercantilização da educação, o professor também é refém da lógica do mercado. Assim, é pertinente problematizar sobre a atuação e as condições de trabalho dos docentes na Fapam bem como analisar se essas condições sofreram precarização e se os docentes são conscientes do processo de precarização. Também será importante investigar sobre a questão do adoecimento relacionado ao trabalho docente que tem acometido muitos professores em todos os níveis de ensino inclusive na educação superior e na Fapam não é diferente.

Importante destacar que inicialmente a pretensão era investigar a história da Fapam problematizando sobre suas alternativas de sobrevivência no atual contexto da mercantilização a partir da perspectiva de seus atores e nas memórias expressas nas narrativas de sujeitos para os quais a instituição representa ou representou uma experiência vivida. Assim, a pesquisa propunha entrevistar pessoas de cada segmento: gestores, professores, alunos e ex-alunos. Porém, na medida em que iniciei a pesquisa deparei-me com um volume muito grande de informações, que embora tenha sido muito prazeroso, foi muito trabalhoso, o que demandou mais tempo do que o previsto para a realização da pesquisa. Assim, não houve tempo hábil para a realização. No entanto, as entrevistas narrativas com esses atores sociais, servirão como motivação para uma nova pesquisa e poderão trazer outros olhares a respeito dessas mudanças institucionais.

Todavia, durante a pesquisa documental percebi que todo esse material, que preserva 50 anos de história, embora bem guardados nos arquivos da Instituição, não passaram por nenhum tipo de organização, de catalogação, como fichas, listas, guias, ou seja, faltam instrumentos de pesquisa, que assegurem o acesso aos documentos. Pierre Nora (1981) afirma que a memória é carregada pelo homem, está em constante transformação, modificação, sujeita ao esquecimento, suscetível a manipulações, por isso a necessidade de se criar arquivos, museus, memoriais, como forma de organizar, selecionar, guardar as memórias, numa tentativa de evitar o esquecimento. Portanto, a preservação de documentos é fundamental para a preservação da história institucional. Daí a importância dos gestores, professores, funcionários e alunos da instituição compreenderem a relevância e a dimensão da preservação da memória institucional. Isso porque preservar possibilita novas interrogações, perceber rupturas, inconsistências, contradições. Nessa perspectiva, seria relevante a criação de um memorial na Fapam, um acervo composto por mobiliário antigo, quadros, materiais

didáticos, fotografias, documentos, jornais, imagens, livros raros, enfim, tudo aquilo que fez parte da sua história. Consolidar um espaço de memória que esteja em consonância com novas possibilidades de pesquisa histórica bem como com a preservação do patrimônio histórico-cultural.

Ao longo do trabalho pude constatar que a Fapam tem lutado para se manter, tem-se reformulado para vencer os desafios atuais de uma instituição que lida com educação superior. Todavia, o número de ingressantes ainda permanece aquém daquilo que seria necessário para a saúde financeira institucional, o que sinaliza para a necessidade da realização de novas ações. No entanto, essas ações precisam estar focadas na atração de novos alunos para os vestibulares e a sua posterior fidelização, porém, é importante que boa parte desses futuros discentes sejam pagantes, para que de fato a IES possa equilibrar suas despesas institucionais. Embora a Fapam seja uma Instituição filantrópica, o grande número de alunos bolsistas acaba por onerar muito suas despesas. Contudo, importante destacar que as ações apontadas na pesquisa têm contribuído para que a Fapam permaneça como uma IES independente nesse mercado tão disputado que é o ensino superior, procurando manter coerência com seus princípios educacionais ao longo dos seus 50 anos de existência, podendo assim, continuar escrevendo a sua própria História.

Importante mencionar ainda que os dados gerados, postos em análise, não têm a pretensão de esgotar o assunto, pelo contrário, sei das limitações postas neste estudo. Sendo o ensino superior muito dinâmico, impõe-se analisá-lo constantemente a fim de compreender os processos que o define. Por isso, as conclusões não são definitivas, apenas provisórias, indicando que novas pesquisas precisam sempre ser realizadas. Contudo, espero, pelo menos, ter prospectado alguns caminhos que permitam elucidar a história da Fapam bem como a implantação do ensino superior em Pará de Minas.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ATA DA CONFRARIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE. *Livros nº 01 a 04, 1969 a 1996*. Pará de Minas, MG.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA FACULDADE DE PARÁ DE MINAS (CPA/FAPAM). *Projeto de Avaliação Institucional 2014-2015-2016-2017*. Pará de Minas/MG: Faculdade de Pará de Minas, 2018.

FACULDADE DE PARÁ DE MINAS (FAPAM). *Portaria SAI, Sistema de Avaliação Integrada*, 2018. Pará de Minas/MG: Faculdade de Pará de Minas, 2018.

FACULDADE DE PARÁ DE MINAS (FAPAM). Grupo de Trabalho do Egresso. *Relatório anual de acompanhamento dos egressos da Faculdade de Pará de Minas – ano-base 2018*. Pará de Minas/MG: Faculdade de Pará de Minas, 2019.

FACULDADE DE PARÁ DE MINAS (FAPAM). *Livros de Ouro dos cursos de Ciências, Estudos Sociais e Letras, períodos de 1969 a 1985*. Pará de Minas/MG: Faculdade de Pará de Minas.

FACULDADE DE PARÁ DE MINAS (FAPAM). *Livros de Matrículas, períodos de 1969 a 2005*. Pará de Minas/MG: Faculdade de Pará de Minas.

FACULDADE DE PARÁ DE MINAS (FAPAM). *Livros de Formandos, períodos de 1969 a 2018*. Pará de Minas/MG: Faculdade de Pará de Minas.

FONTES SECUNDÁRIAS

AMORIM, Priscila Azevedo de; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; NOVAES, Marcos Adriano Barbosa de. *Ensino superior brasileiro: notas sobre a origem e a expansão*. Universidade e Sociedade: ANDES-SN, janeiro de 2018, p. 156 a 165.

ANDRADE, MARIA Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARAPIRACA, J. O. A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano. Rio de Janeiro: IESAE/FGV, 1979. p. 142-143.

AZEVEDO, M. L. N. de; SILVA JÚNIOR, J. dos R.; CATANI, A. M. A internacionalização da educação superior em diálogos: circulação de ideias, bem público e imperialismo cultural. In: SILVA JUNIOR, J. dos R.; SOUSA, J. V. de;

AZEVEDO, M. L. N. de; CHAVES, V. L. J. (Orgs.) *Educação Superior: Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas*. Belo Horizonte/MG: Traço Fino, 2015, p. 49-6.

BARREYRO, G.B. & Rothen, J., 2006. "SINAES" Contraditórios: considerações sobre a elaboração e implementação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. *Educação & Sociedade*, 27, out. 2006, pp.955-977.

BARREYRO, Gladys Beatriz. *Mapa do Ensino Superior Privado*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BITTAR, Mariluce; RUAS, Claudia Mara Stapani. Expansão da Educação Superior no Brasil e a formação dos oligopólios – hegemonia do privado mercantil. *EccoS, Rev. Cient.*, São Paulo, n. 29, p. 115-133, set./dez. 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Compreender. A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997 p.693-713.

BRASIL. MEC. INEP. *Sinopses estatísticas do Censo da Educação Superior: 2006 a 2016*. Brasília: MEC.

BRASIL. MEC/INEP. *Censo Educação Superior 2016 – Resumo Técnico*. Brasília: MEC.

BRASIL. MEC. INEP. *Sinopses estatísticas do Censo da Educação Superior: 2017*. Brasília: MEC.

CARDOSO, Priscila. *Estranhamento e desnaturalização*. Blog Sociologia online, jun de 2015. Disponível em <https://www.sociologiaonline.com> > Artigos.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. *Reforma universitária e os mecanismos de incentivo à expansão do ensino superior privado no Brasil (1964-1984)*. Campinas. 2002b. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2002b.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O Prouni no Governo Lula e o Jogo Político em torno do acesso ao Ensino Superior. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, nº 96, Especial, p.979-1000, out. 2006.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação* v. 18, n. 54, jul.-set. 2013.

CELLARD, A. *A análise documental*. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação de oligopólios. Campinas: *Educ. Soc.*, vol. 31, n. 111, p. 481-500, abr.- jun. 2010.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 16, núm. 2, 2003, pp. 221-236 Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37416210>

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. Campinas: *Educ. Soc.*, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. *Cadernos de Pesquisa* (35), n. 124, SP, FCC, jan. / abril, 2005, p. 11-32.

DURHAM, E. *O Ensino Superior no Brasil: público e privado*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>>.

DURHAM, E. *Educação superior, pública e privada (1808-2000): Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/7superior.pdf>>.

FERNANDES, Zenilda, Botti. Metodologia pedagógica e suas implicações no cotidiano escolar. In: *Docência e formação de professores: novos olhares sobre temáticas contemporâneas*. Fortaleza: EdUECE, 2009.

FERREIRA, Renata Cristina de Alvarenga. *Mercantilização no ensino superior privado: pensando os processos de subjetivação do trabalho docente*, 2016. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Processos Psicossociais) PUC Minas, Belo Horizonte: 2016.

FERREIRA, Suely. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). *Linhas Críticas*, Brasília, n. 36, p. 455-472, maio/ago. DF, 2012. Disponível em <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/6794/5773>>.

FIGUEIREDO, N. M. A. *Método e metodologia científica*. 2ª ed. São Caetano do Sul, São Paulo: Yendis Editora, 2007.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto alegre: Bookman, 2004.

GATTI, Bernardete A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. São Paulo: *Revista USP: Dossiê Educação*, n. 100, p. 33-46, dez/jan/fev. 2013-2014.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.

GATTI JUNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio

(Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia/ MG: EDUFU, 2002. p. 3-24.

GATTI JÚNIOR, Décio; OLIVEIRA Lúcia Helena M. M. História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico. *Cadernos de História da Educação*, UFU, v. 1, n. 1, jan./dez. p. 73-76, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico 2010*: Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Produto interno bruto dos municípios 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, Lóren Graziela Carneiro. *Território e educação: sujeitos do campo da microrregião de Pará de Minas*, MG. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. FARIA FILHO, Luciano Mendes. VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 5.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MACEDO, Rodrigo Zuquim. *Estratégias adotadas pelas Instituições de Ensino Superior da rede privada face às transformações no início do século XXI*. Pedro Leopoldo, 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração), Faculdade de Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo, 2011.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2004.

MAIA, Velcimiro Inácio. *Educação e Desenvolvimento Regional: a contribuição da Faculdade de Pará de Minas*. Dissertação (Mestrado). Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo, 2006.

MANCEBO, Deise. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. *Educação e Sociedade*. 2004, vol.25, n.88, pp. 845-866.

MANCEBO, Deise. Diversificação do ensino superior no Brasil e qualidade acadêmico-crítica. In: OLIVEIRA, J. F. de; CATANI, A. M.; SILVA JÚNIOR, J. R. (Orgs.). *Educação superior no Brasil: tempos de internacionalização*. São Paulo: Xamã, 2010a, p. 37-53.

MANCEBO, Deise; VALE. Andréa Araújo. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da UNESA. Campinas: *Educ. Soc.*, v. 34, n. 122, p.81-98, jan.-mar. 2013.

MARCONI, Maria de Andrade. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados* / Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, C.B.M.; VELLOSO, J. Balanço: as universidades privadas no contexto do ensino superior contemporâneo. In: HEYMANN, L.; ALBERTI, V. (Org.). *Trajetórias da universidade privada no Brasil: depoimentos ao CPDOC-FGV. Brasília, DF: Capes; Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2002. p. 797-827.*

MINAYO, Maria Cecília de. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 33 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

MOREIRA, Orlando. *Pará de Minas, a construção de uma cidade*. Pará de Minas: AEAPAM, 2008.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. *Revista Formação*, 2007, nº 14, volume 2, p. 48-60.

MORENO, Marcos Felice. *A utilização da pesquisa de satisfação do estudante em uma instituição de ensino superior para obtenção de informações estratégicas: caso FAPAM – Faculdade de Pará de Minas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Belo Horizonte: 2003. 187f.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002c, 268p.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

NÓVOA, António. *Os professores e a sua formação*. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995.

NUNES, Ione Cristina Vieira; BRAGA, Lucelma Silva. A Reforma da Educação Superior no Brasil: a herança neoliberal de FHC ao legado de Lula. *Revista Desafios*, v. 03, n. 01, 2016.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. C. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PARÁ DE MINAS, Museu Histórico. *Sítio eletrônico*. Acesso em: 10 de maio, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Rev. Mosaico*, UFRGS, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

PESSOA, Joseneide Souza. *As relações entre o público e o privado no processo de expansão do ensino superior no Brasil: democratização ou mercantilização?* 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2011.

SAMPAIO, H. *O ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Hucitec, 2000.

SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. *Revista Ensino Superior Unicamp*, n. 4, out. 2011.

SANFELICE, José Luís. História e historiografia de instituições escolares. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n.35, p. 192-200, set. 2009.

SANTOS, M. R. S.. Expansão e Financiamento da Educação Superior Privada em Minas Gerais. In: *XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR: Dívida Pública e Educação Superior no Brasil*, Maringá: UEM, 2016. v. 1.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, HUCITEC, p. 167, 1996;

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SAVIANI, Demerval. O Legado Educacional do Regime Militar. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SAVIANI, Demerval. Demerval. Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Izabel Moura et. al. (Orgs.). *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores associados: *HISTERDBR*; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: EUPG, 2007, p. 4 - 27. (Coleção: memória da educação).

SGUISSARDI, Valdemar (org.). O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas. In: SGUISSARDI, Valdemar. *Educação Superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 29, nº 105, p. 991-1022, dez. 2008.

SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil (1995-2006): precária trajetória e incerto futuro. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 96, p. 1021-1056, 2006.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? Campinas: *Educ. Soc.*, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out. dez., 2015.

SCHWARTZMAN, J.; SCHWARTZMAN, S. *O ensino superior privado como setor econômico*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; SGUISSARDI, V. A Educação Superior Privada no Brasil: Novos Traços de Identidade. In: SGUISSARDI, V. (org.). *Educação Superior: Velhos e Novos Desafios*. São Paulo: Xamã, 2000, p. 155-177.

SOUZA, E. C. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação. *Revista Educação em Questão*, Natal, v.25, n.11, p. 22-39, jan/abril 2006.

STALLIVIERI, Luciane. *O sistema de ensino superior do Brasil características, tendências e perspectivas*. In: Fórum das Assessorias das Universidades brasileiras para assuntos internacionais, [s.l.], 2006. Disponível em: <http://www.uces.br/site/midia/arquivos/sistema_ensino_superior.pdf>.

TEIXEIRA, Inês A. de Castro; PÁDUA, Karla Cunha. Virtualidades e alcances da entrevista narrativa. In.: *Congresso Internacional sobre pesquisa (auto) biográfica II*, 2006, Salvador, Anais... Salvador: Uneb, 2006. 1 CD-ROM.

THOMPSON, Paul. *História oral: a voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOSTA, S. P. & ROCHA, G. *Antropologia e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

VALE, Andréa Araújo do. “*As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora*”: a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado financeiro. 2011, 446f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VALE, Andréa Araújo do. A expansão do segmento privado-mercantil na educação superior brasileira: o caso da Estácio de Sá. In: CHAVES, Vera Jacob; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes (Org.). *A universidade brasileira e o PNE: instrumentalização e mercantilização educacionais*. São Paulo: Xamã, 2013, p.113-130.

VALE, Andréa Araújo do; CARVALHO, Cristina Helena Almeida de; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão privado-mercantil e a financeirização da educação superior brasileira. In: CABRITO, Belmiro; CASTRO, Alda; CERDEIRA, Luísa; CHAVES, Vera Jacob (Org.). *Os desafios da expansão da educação em países de língua portuguesa: financiamento e internacionalização*. Lisboa (PT): EDUCA, 2014, p. 199-220.

VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIEGAS, Susana de Matos. Socialidade e experiência vivida em contextos ameríndios. In: *Terra Calada: os Tupinambá na Mata Atlântica do sul da Bahia*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

VIEIRA, R. *Antropologia da educação, teoria e metodologia: o contexto português*. In: *Diálogos sem fronteira. História, Etnografia e Educação em Culturas Ibero-Americanas*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

YIN, K. Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.